



Uma história (muito) mal contada

JPG
[Apartado 53](#)

índice

- I – Aníbal ad portas
- II – A porca da política
- III – 2008, “annus horribilis”
- IV – Pássaro azul
- V – Derrotar o AO90 a todo o custo mas não a qualquer preço
 - VI – O fim da inocência
 - VII – Os passos perdidos
 - VIII – As fundações
 - IX – Sejam realistas
 - X – Trapalhada na Hora
 - XI – A voz do Povo
 - XII – Os meus agradecimentos
 - XIII – Do azar e do medo
 - XIV – O estado do direito democrático – 1
 - XV – O estado do direito democrático – 2
 - XVI – Eureka...
 - XVII – A fronteira de Zamora
 - XVIII – “O CCB e o AO90”
 - XIX – A pasta preta
 - XX – As causas da Causa
 - XXI – A resistência tem razões que a razão bem conhece
 - XXII – “Quantas assinaturas «temos»?” – 1
 - XXIII – “Quantas assinaturas «temos»?” – 2
 - XXIV – “Quantas assinaturas «temos»?” – 3
 - XXV – A verdade contra a força
 - XXVI – As notícias sobre a nossa morte são manifestamente exageradas
 - XXVII – Tipo grafia
 - XXVIII – Cortinas, persianas, sanefas, estores, adufas, gelosias, venezianas
 - XXIX – O caos trocado em miúdos
 - XXX – Para Memória Futura

JPG

Apartado 53

Aníbal ad portas

Quando e como surgiu o AO90? De quem foi a (peregrina) ideia? Porquê? Para quê?

As respostas a todas estas perguntas resumem-se a uma dúzia de letras (já contando com o espaço) que representam um só nome: Cavaco Silva.

Em Janeiro de 1990, o [então Primeiro-Ministro](#) chamou o seu Secretário de Estado da Cultura, o inefável [Pedro Santana Lopes](#), e — [segundo declara este mesmo](#) — encarregou-o de duas tarefas “principais”: *«assegurar que o CCB estivesse pronto a tempo de receber a 1.ª presidência portuguesa das Comunidades Europeias, a 1 de Janeiro de 1992, e negociar e assinar o Acordo Ortográfico.»*



Santana cumpriu ambas as tarefas “principais”, de facto, e em tempo *record* no que diz respeito ao “acordo ortográfico”: foi [assinado](#) na Academia das Ciências de Lisboa em Dezembro desse mesmo ano.

Foi assinado em 1990 mas já tinha começado a ser *cozinhado* em 1975, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, seguindo a mesma lógica política da anterior “grande reforma ortográfica” de 1911. Lógica política essa que se pode condensar na seguinte premissa: instaurado um novo regime, pela via revolucionária, a primeira prioridade é apagar todos e quaisquer vestígios do *statu quo* antecedente. A começar pela Língua, *evidentemente*, já que uma “nova” forma de expressão escrita implica, por exclusão de partes, passar a outra a ser “antiga” — logo, ultrapassada, logo, obsoleta, logo, inútil.

Em 1911, muito pouco tempo depois do derrube da Monarquia, a [5 de Outubro de 1910](#), o novo regime encetou uma profunda “reforma” da ortografia do Português, com o objectivo (pouco subtil, convenhamos) de contribuir para tornar irreversível o novo regime determinando administrativamente a obsolescência da Língua “monárquica”. Passava assim, por decreto, a ser obrigatório utilizar uma ortografia “republicana”, tão diversa da anterior como diferentes eram os dois tipos de regime então ainda em confronto. É uma maneira fácil de *mostrar serviço*: não havia qualquer necessidade de mexer na ortografia mas isso não interessa para nada, mexe-se na mesma e pronto, assim não só se dá a ideia de que já se fez alguma coisa de “novo” (e de “evoluído”) como se passa a “mensagem” de que havia realmente algo de muito errado na escrita “antiga”; pois se não houvesse, para que diabo se iria então “corrigi-la”? E, se houve que a “simplificar”, então não é evidente que ela era antes desnecessariamente, absurdamente, estupidamente “complicada” (e “retrógrada”)?

Idêntico processo de mecânica mental e ideológica ocorreu a alguns portugueses logo a seguir ao [25 de Abril de 1974](#). Decalcando a “lógica” de 1911, após ’74 também houve uns quantos, certamente netos ou bisnetos dos primeiros, que pensaram imediatamente em mais uma “reforma” da ortografia. E portanto lá foi um grupo excursionista ao Brasil, essa gigantesca ex-colónia portuguesa a 6.000 km de distância, e ali reuniram nossos excursionistas com meia dúzia de sumidades linguísticas indígenas; desta célebre e animadíssima reunião saiu um primeiro rascunho daquilo que em 1986 daria origem a um segundo rascunho, no Rio de Janeiro e já com outras condições logísticas, mas não com menor boa disposição ou com menos folguedos; por fim, 4 anos mais tarde, sobre o segundo rascunho rabiscou-se aquilo que na terminologia oficial foi baptizado como “Acordo Ortográfico de 1990”.

Um [acordo que o não é e que de ortográfico nada tem](#). E sabemos agora que a obsessão pela *novílingua* continua, [este não será muito provavelmente o último](#).

Entre a reforma de 1911 e o “acordo” de 1990 [houve imensos atentados do género](#), naquilo que parece ser uma obsessão característica de alguns maníacos, políticos medíocres e linguistas menores, vaidosos patológicos todos eles. Em não poucas ocasiões, a alguns desses “génios” ocorreu, certamente por desfastio (à falta de

revoluções), que a ortografia do Português ainda não estava suficientemente *mexida*, alterada, adulterada. Em 1945, por exemplo, foi assinada uma “reforma” bilateral que o Brasil unilateralmente denunciou 10 anos depois, em 1955, o que não obsteu a que Portugal persistisse na dita “reforma bilateral”, que assim ficou só com um lado, coisa aliás curiosíssima. Em 1973, por fim, nova “reforma” veio acabar com uns quantos acentos e outras coisinhas “menores”; por mera coincidência, é claro, minudências que o Brasil já não tinha há décadas na sua “norma” (de) escrita.

Quando Cavaco aparece à frente do Governo, surgido do nada, após [ter ido fazer a rodagem de um automóvel novo à Figueira da Foz](#), o segundo rascunho estava esquecido algures, numa qualquer ministerial gaveta da Praça do Comércio. E por ali ficaria para sempre, certamente, já meio roído pela bicharada do papel, caso Aníbal não tivesse ganho aquele Congresso da Figueira, tornando-se assim candidato a Primeiro-Ministro nas eleições seguintes. Se não tivesse ocorrido esta (trágica) sucessão de acontecimentos, se por exemplo o motor daquele Citroën BX tivesse gripado na viagem, se outra pessoa qualquer tivesse sido eleita presidente do PSD ou se este Partido não tivesse ganho as legislativas de '87 e de '91, enfim, abreviemos, se tudo isto não tivesse sido exactamente assim, então teríamos tido na altura outro Primeiro-Ministro e portanto não teríamos agora o AO90.

Porque, de facto, só a uma pessoa como Cavaco Silva, e não há muitas como ele por aí, felizmente, poderia ocorrer semelhante coisa — repescar a “questão ortográfica”. Estas complicadíssimas questões da língua apenas lhe merecem desprezo e azedume. Quanto ao conceito de “cultura”, em geral, bem, disso Aníbal entende um pouco, sim, mas só se estivermos a falar da cultura do tomate, por exemplo, ou em geral dos produtos que se produzem lá na sua quinta de Boliqueime, umas couvinhas, a alface temporã, a laranja, ah, a bela laranja do Algarve, ou as batatas, os nabos, as cenouras e assim.

Cavaco é economista. De formação, o que só por si não comporta a mais ínfima carga negativa, mas sucede que no seu caso estamos a falar de alguém que é “das economias” não apenas por formação como, ou principalmente, por convicção: assim como diz [“eu nunca me engano e raramente tenho dúvidas”](#), declara com orgulho e pujança que não lê nem livros nem [jornais](#) que não sejam “técnicos”. É um técnico da linha dura, por conseguinte, o que implica, como relação de causa e efeito, uma rejeição atávica, cheia de ressentimento, de tudo aquilo que “cheire” a “cultura”. Desta massa irritada, desgastada, a quem as coisas da cultura incomodam, forma-se (ou deforma-se) não o técnico em geral mas o “senhor economista” em particular.

Ora, como é natural e por regra sucede, este fenómeno de rejeição interiorizada e sentimentalmente motivada provoca uma reacção simétrica nos demais, nos outros, naqueles que, mesmo podendo porventura ter cursado um qualquer ramo das chamadas “ciências exactas”, não são nem pensam nem (se) sentem como o senhor economista de Boliqueime: já que o senhor economista de Boliqueime se irrita profundamente com a literatura “não técnica”, por exemplo, então o economista provoca profunda irritação a quem produz literatura “não técnica”, os romancistas, os poetas, todos os escritores propriamente ditos; outro tanto sucede, obviamente, com aqueles outros que não escrevem literatura, em sentido literal (e literário), mas que se dedicam, por exemplo, a pintar umas telas, a compor umas melodias ou até a simplesmente rabiscar umas quantas notícias. Ou seja, assim sendo, há muita gente, imensa gente a quem o senhor de Boliqueime aborrece, de bastante a imenso e até à náusea.

Portanto, como aquele senhor aborrece e se aborrece, ninguém convida o senhor para coisa alguma, da mais simples tertúlia ao mais elaborado dos eventos públicos, espectáculos e exposições ou apenas jantaradas, almoçaradas e outras formas de “em sociedade” petiscar e *dar à língua*. A “sociedade” marimba-se positivamente para o senhor economista e por conseguinte o senhor economista amua, fica ressentido, zanga-se por fim, jura a si mesmo vingar-se das sucessivas afrontas, tirar delas terríveis desforras, um dia, um dia, ah, um dia vocês vão ver!

E vimos, realmente.

Assim que abancou no palacete de S. Bento, Aníbal atirou-se afanosamente a essa sua primordial, prioritária tarefa de retaliação. Vamos a isto, que é uma pressa. Mas como, ao certo? Diacho. Como entalar aqueles tipos todos? Hem, Maria, que dizes tu? O quê? Não os convidar para cerimónias? Ui, isso não pode ser, há aquela

chatice do protocolo, tenho de os cumprimentar e tudo. Caramba, macacos me mordam, assim de repente não me ocorre nad... Espera! Maria! Já sei! Como se chamava aquela coisa de que o Santana falou há dias? Aquilo de não sei quê da língua... Pois! Exactamente. O acordo ortográfico. Ora aí está. Vocês vão ver, seus peneirentos. Ai eu sou das ciências e vocês é que são os espertinhos, hem? Nunca me convidam lá para as vossas palermices, hem? Ai é? Pois então cá vai disto, sai uma ortografia fresquinha para a mesa do canto.

E pronto, já está. Além de mandar construir um mamarracho com a palavra “cultural” na porta de entrada, Cavaco iria mesmo entrar na História de Portugal também pela porta do cavalo, salvo seja, através de um monstro ainda maior, enorme, colossal — o chamado “acordo ortográfico”. Suprema ironia, extraordinária vingança de Cavaco, finalmente escancarando, a pontapé, as portas que sempre lhe tinham sido fechadas na cara: as da cultura. As portas daquela cultura que não trata exactamente de batatas e nabos, da filoxera na vinha ou da lagarta das couves.

-Alô? Pedro? Chega aqui ao meu gabinete. Vais-te rir, ó secretário de estado da cultura.

Ainda hoje ressoam pelas velhas paredes daquele frio gabinete as gargalhadas sinistras do Aníbal das portas.

Neste texto não foram maltratados animais de espécies protegidas. O autor é um profissional treinado em técnicas de combate ideológico e em outros tipos de pancadaria verbal. Não tente escrever coisas destas em casa. Não foi possível apurar a autoria ou a fonte da fotografia de topo.

[R1_121115]



Não sai dela uma reforma, uma lei, um princípio eloquente, um dito fino! A deputação é uma espécie de funcionalismo para quem é incapaz de qualquer função. É o emprego dos inúteis.

Eça de Queirós, “Uma Campanha Alegre”, 1891

A porca da política

Pulhítica, diz o povo. Temos de aceitar que se trata de uma “arte”, visto que está pejada de verdadeiros artistas, e consiste basicamente, a vidinha do político, não em servir a causa pública mas em servir-se dela o mais e o mais depressa que puder.

No fundo, as coisas funcionam na política exactamente da mesma forma que em qualquer outro ambiente da vida animal, isto é, trata-se apenas de uma questão de recursos, os disponíveis e a sua partilha, obedecendo esta à mais pura e dura lei da selva — a lei do mais forte. Forte besta, por conseguinte, forte idiota, pode ser, mas de qualquer forma tem mesmo de ser forte quem se mete na pulhítica; terá, no mínimo, por uma questão de sobrevivência em tão pouco saudáveis ambientes, de ser o mais pulha possível, pois com certeza, é uma fatal inerência, perdeu-se completamente a “polis” da política, ficaram somente os pulhas na política.

Vem este intróito pôr-se mesmo a jeito, salvo seja, para explicar o facto de não haver no “acordo ortográfico” um módico de acordo e nem um pingão de ortografia, o que remete inevitavelmente o caso para a esfera da pulhítica. Pois por quem mais, se não os pulhíticos, e por que outros motivos, além de interesses pessoais, poderia ter sido parido semelhante aborto? Porque se lembraram eles de tal idiotice, uma bambochata que não serve para nada de útil e que veio apenas semear desunião e discórdia onde antes havia harmonia em sã diversidade? Porque fingem eles ignorar todos os protestos contra o seu deles “acordo”? Porque não leram sequer os pareceres negativos dos mais qualificados especialistas na matéria? Porque persistem, cegamente, friamente, tenebrosamente nesse aleijão abominável?

E, já agora, para rematar, como diabo conseguiram eles fazer passar semelhante coisa, aprová-la por esmagadora maioria no Parlamento e torná-la “obrigatória” na Administração Pública, no Ensino e nas demais “entidades do Estado”?

Ah, bem, a resposta a isso está contida na própria pergunta — a política, como dizia Luís XIV de si próprio, é o

Estado — mas valerá talvez a pena esmiuçar (de novo) como sucedeu também neste caso semelhante desgraça.

Um ano depois da [assinatura dos papeis](#), o AO90 chegou pela primeira vez ao Palácio de S. Bento (não confundir com o palacete que também lá há) e foi [aprovado pelos deputados](#). Evidentemente, os ditos não sabiam ao certo o que era aquilo mas pronto, siga, já que o Partido manda votar “sim”, pois então votemos “sim”, não interessa, isto até é giro, uma “grafia única”, isso é que era bom, enfim, está tudo doido mas não importa, há que obedecer, isto da “[disciplina partidária](#)” é coisa séria, não brinquemos.

Após estas parlamentares tergiversações, largos tempos se passaram sem que sequer se tornasse a ouvir falar do “acordo”; dois anos, cinco anos, dez anos e... nada. Mudou o século, dobrou o milénio e... nada. Passou 2001, findou 2002 e... nada de nada. Por fim, em 2004, o gigantesco Brasil — pois que outro país poderia ser o “bandeirante” da coisa — ratificou o “acordo”. No ano seguinte, 2005, um segundo país, que por acaso não é lá muito gigantesco (Cabo Verde), ratificou também aquilo. E em 2006 houve um terceiro país, ainda menos gigantesco do que o segundo (S. Tomé e Príncipe), que igualmente se chegou à frente e tratou de ratificar o AO90.

Mas então, sendo assim, só três países não são suficientes, pois não?, o “acordo” só entraria em vigor se todos os países da CPLP o ratificassem, certo?

Errado. Será necessário repetir que *isto* é política? Em política, por definição, nada é o que parece. Criou-se logo ali um expediente *ad-hoc*, abriu-se uma [exceção ao Direito internacional](#) e pronto, está ultrapassado o percalço: em vez de ser exigida a ratificação de todos os Estados envolvidos, conforme preconiza o [Convenção de Viena](#), passaria a ser suficiente a ratificação de apenas três deles. Maravilhosa coincidência, não? São hoje oito* os países que integram a CPLP mas bastaria a ratificação do AO90 por três deles para que o dito AO90 entrasse em vigor em todos os oito!

Sim, claro, bem sei, até me parece que estou daqui a ouvir os vossos pensamentos indignados (mas o que raio vem a ser isto, hem?, mas que pouca-vergonha!, isto só à chapada!, pode lá ser semelhante coisa, hem, vossemecê está a mangar com a gente, hem?), lamento porém ter de informar que a coisa foi rigorosamente assim.

Dito isto, ou, melhor, feito isto, já muito pouquinho faltava para que o “acordo” entrasse — pela porta do cavalo, [como o outro](#) — em vigor cá no torrão: bastaria para o efeito que nossos digníssimos tribunais se dignassem aprovar ali só mais aquele papelinho, uma coisinha de nada, ora façam o favor, aqui está o [II Protocolo Modificativo](#), queiram V. Exas., senhores deputados, votar, levante-se quem vota a favor da [RAR 35/2008](#), muito obrigado, senhores deputados, quem vota contra (ora, 1, 2, 3, 4, quatro votos contra), quem se abstém (vejamos, portanto, 17, são 17 abstenções), obrigado, [a Resolução está aprovada](#), boa tarde a todos, está terminada a sessão, cumprimentos lá em casa.

Errrrrr... Espera. O que foi aquilo?, perguntar-me-eis, mas que diabo de fantochada foi aquela?

Muito bem, eu respondo, com todo o gosto, se bem que um pouco enojado ante a perspectiva de ter de verbalizar semelhante aldrabice.

Aquela fantochada foi a aprovação de um instrumento legal, para entrar automaticamente na ordem jurídica nacional, que autorizava a [perversão total de um Tratado internacional](#). Trocando por miúdos, para que toda a gente entenda, e até porque por vezes não dá jeito nenhum ir tirar uma licenciatura em Direito só para ler um simples “post” num qualquer “blog”, o que a aprovação da [RAR 35/2008](#) significou foi que a golpada (passar de todos os Estados para apenas três deles) acabou mesmo por ser aprovada pela Assembleia da República Portuguesa.

Além da técnica do costume, isto é, a tal “[disciplina partidária](#)” (os deputados não votam segundo a sua consciência, votam conforme a Direcção do seu Partido manda votar), os promotores daquela Resolução parlamentar introduziram — pelo seguro, não fosse um ou outro deputado não estar a dormir — um pequeno truque no texto sujeito a votação: havia nele um segundo ponto (o primeiro era a referida passagem de 8 para

3), só para despistar, em que se propunha a admissão de Timor-Leste como “subscritor do acordo ortográfico”.

[Existem inúmeras provas](#) de que muitos deputados, se não mesmo a maioria deles, julgavam estar a aprovar apenas este último ponto: “*O presente Acordo estará aberto à adesão da República Democrática de Timor-Leste*“. Falou-se imenso de Timor, a imprensa atirou-se com deleite à “adesão de Timor”, os próprios deputados se congratularam mutuamente, com palmadinhas amigáveis pelas costas, por causa de Timor, devido a algo que vagamente lhes recordava o referendo, todas aquelas ternas emoções de '99, as vigílias por Timor, Luís Represas cantando “Ai, Timor”...

Mas, entretanto, a verdade é que o mal já estava feito. Claro que, *a posteriori*, aprovado de facto o 2.º Protocolo Modificativo, seria “um bocado” difícil vir a público algum dos ilustres tribunos que votaram “de cruz” reconhecer que, ah, e tal, sim senhor, eu cá não sabia que aquilo era para aprovar uma aldrabice, retiro o meu voto, oops, mas que aborrecimento, desculpem lá qualquer coisinha. Seria “um bocado” difícil isso como seria um pedaço penoso para os próprios, fossem eles quem fossem, reconhecer assim, com estrondo, que no fim de contas não passam de paus-mandados dos seus patrões, aqueles que verdadeiramente mandam “nisto tudo”, a meia dúzia de “grandes-chefes” a que se resume a política indígena.

Não pretendamos com estas nada abonatórias observações a respeito da pulhítica e dos pulhíticos, porém, iludir uma realidade comezinha: os políticos não são uns alienígenas que se despencaram de alguma nave extra-terrestre com a missão única de nos infernizar a vida. Não são nem mais nem menos humanos do que um qualquer de nós e no “milieu” político em geral há tantos pulhas e praticam-se tantas pulhices como em qualquer outro meio social. Sucede apenas que a política tende, porque é Poder, a corromper; e portanto o que há de radicalmente diferente nesse “milieu” é que nele apenas sobrevivem os mais especializados na matéria.

Mas a forma como funciona tão desagradável mister já seria outra história.

O que aqui e agora tem todo o cabimento é que ao menos tentemos entender o que realmente se passou, compreender o AO90 como aquilo que ele é, ou seja, mero instrumento político ao serviço de interesses particulares.

Perceber, em suma, como foi possível apenas alguns fazerem passar um gigantesco absurdo pelos buracos da História.

* [Timor-Leste tornou-se independente em 2002](#). A [admissão da Guiné Equatorial na CPLP](#) foi uma palhaçada, não conta. Imagem de [revista “Sábado”](#)

[R1_121115]

2008, “annus horribilis”

Retorcer melancolicamente o bigode é natural num homem, em especial se o dito o tiver para retorcer. Já retorcer obsessivamente uma ideia não é lá muito natural numa pessoa se a dita jamais tiver tido uma única ideia.

Na mesma acepção, quando alguém coça pensativamente a cabeça é impossível saber-se o que ali ocorre ao certo, isto é, se há de facto algum pensamento dentro da cabeça que por fora está a ser coçada pelo respectivo portador.

E no entanto as coisas acontecem (*shit happens*, em jargão técnico), há ideias peregrinas que peregrinam, há perfeitos idiotas que fazem troça das pessoas normais, sucedem-se as desgraças em catadupa sem que, na maior parte das ocasiões, quase ninguém se aperceba sequer daquilo que está a acontecer.

O AO90 é uma espectacular demonstração prática destas retorcidas, comichosas e um pouquinho misteriosas sentenças.

Nunca será demais reenquadrar a “questão ortográfica”, tendo em atenção [alguns marcos históricos](#), de 1911 a 1990, com paragens em 1945, 1973, 1975 e 1986, e focando mais detalhadamente [o que envolveu a assinatura do Tratado](#) “de unificação da ortografia” (como baptizaram aquilo os seus autores). Entre 1991 e 2003 não se passou rigorosamente nada, tivemos uma dúzia de anos tranquilos, mas depois — de 2004 a 2007 — as coisas aceleraram e chegámos então ao ano fatídico em que houve de tudo um pouco: no campo das desgraças, foi aprovada a [RAR 35/2008](#), no campo das esperanças foi “discutida” e arquivada a [Petição/Manifesto “de” Vasco Graça Moura](#).

Foi este ano de 2008, como e pelo que veremos, o verdadeiro “annus horribilis” da chamada “questão ortográfica”.

Em Julho foi publicada no Diário oficial a [Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008](#). Esta publicação seguiu-se a umas quantas sessões de anedóticas “discussões” no hemiciclo, tendo por desfecho uma ainda mais ridícula votação, com [os resultados que são conhecidos e que deverão estar por esta altura mais do que entendidos](#): 4 votos contra e 17 abstenções, além de algumas *curiosíssimas* e muito convenientes ausências no exacto momento da dita votação; de resto, tudo a favor, a RAR 35/2008 acabou sendo aprovada por esmagadora maioria. Esta fatalidade tem uma data oficial: 16 de Maio de 2008.

Uns dias antes, a [8 de Maio](#), tinha sido entregue naquele mesmo Parlamento uma Petição com o título “Em Defesa da Língua Portuguesa” e com o escritor Vasco Graça Moura à cabeça, como 1.º subscritor. Esta [petição](#) organizava-se em torno de um “[blog](#)” ([com o mesmo título](#)) e a recolha de subscrições consistia basicamente, como aliás é costume nas petições, desde há uns tempos, em “assinaturas” electrónicas. Foi já com mais de 113.000 que uma delegação de representantes dos signatários se [apresentou no Parlamento](#), tendo essa Petição/Manifesto sido [discutida \(em Maio de 2009\)](#), após o que [baixou à Comissão de Ética, Sociedade e Cultura e foi por fim arquivada](#).

Nos termos regulamentares, foi despachado [relatório](#) em conformidade, no qual o deputado relator terminava recomendando que “as preocupações e os alertas dos peticionários devem ser tidos em conta”.

O relator é da opinião que as preocupações e os alertas dos peticionários devem ser tidos em conta, do ponto de vista técnico e político, a curto e a médio prazo.



(...)

Esta petição, concordando-se com a totalidade ou só com alguns das suas partes, com os seus objectivos, merece elogio parlamentar positivo, porquanto ao abrigo do Direito de Petição, consagrado constitucional e legalmente, veio contribuir para o debate e para a chamada de atenção de uma matéria de relevante interesse público.

“O relator é da opinião que” [sic]...

Em função da relevância da opinião de um deputado, estamos conversados, digo eu. Nesse mesmo relatório, no entanto, o dito relator refere que a Comissão “solicitou a clarificação do objecto da petição”.

No dia 28 de Maio e na sequência da aprovação pela Assembleia da República do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no dia 16 de Maio, o Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura solicitou «a clarificação do objecto da petição»

Em resposta, no dia 9 de Junho de 2008, os peticionários reafirmaram a actualidade de «tudo o que tiveram ensejo de exprimir na sua petição» e que é «documentada nos vários pareceres especializados e formulados com intervenção de conceituados linguistas da Universidade portuguesa de que oportunamente foi feita entrega à Assembleia da República.»

Entendem os peticionários que «o Acordo Ortográfico enferma de vícios susceptíveis de gerarem a sua patente inconstitucionalidade» e solicitam à Assembleia da República que “tome, adopte ou proponha (Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, art.º 2º) as medidas julgadas necessárias» a desenvolver para que sejam alcançados os resultados reivindicados nesta petição.

Ah, bem, os peticionários “solicitam à Assembleia da República”, a mesma que tinha aprovado o AO90, em 1991, e que tinha acabado de aprovar também o respectivo 2.º Protocolo Modificativo (via RAR 35/2008), que “tome, adopte ou proponha as medidas julgadas necessárias”.

É claro que a coisa ficou por ali mesmo. [Diz na Constituição da República Portuguesa que os cidadãos têm o direito de dirigir petições à Assembleia da mesma República](#), portanto foi o que fizeram — como tantos outros antes e depois, para os mais diversos fins — aqueles cidadãos em concreto naquela exacta situação. Entregue regimentalmente a petição, tudo nos conformes, os representantes dos peticionários expõem o melhor que podem o seu pleito, os deputados saúdam os peticionários (alguns deles dizem até umas coisas sobre o assunto, durante aquilo que, segundo o “regimento”, se chama “discussão”) e por fim a dita petição “baixa à Comissão” respectiva, onde, pelo menos em teoria, é discutida de forma mais “especializada” para que seja despachado o respectivo relatório. O qual serve, nos mesmíssimos termos da [lei](#) que regula o “[direito de petição](#)”, para o Parlamento “recomendar” (ou não) ao Governo isto ou aquilo, (em princípio) a favor do pretendido pelos peticionários. Claro que não diz a lei, a das petições ou outra qualquer, que o Governo está de alguma forma obrigado a acatar uma “recomendação” do género (ou de qualquer outro), pelo que pode perfeitamente, o dito Governo, ignorar em absoluto a questão, no altamente improvável caso de sequer ler a dita “recomendação” algum membro do Executivo.

Não é esta a única “saída” possível para uma petição, na verdade, mas convenhamos que seria “um bocadinho” difícil, por maioria de razões no caso daquela em concreto, que partisse da mesma entidade que aprovou o AO90 e dos mesmos que aprovaram a sua “adoção” compulsiva a iniciativa de anular as inacreditáveis asneiras que ali mesmo e por eles mesmos tinham sido feitas.

Também subscrevi essa petição, pois claro, mas fui alertando o melhor que pude e soube o maior número possível de pessoas para a altíssima probabilidade de a petição acabar como... acabou mesmo: simplesmente arquivada pelo Parlamento e ostensivamente ignorada pelo Governo. Era necessário tratar de arranjar, e

depressa, uma alternativa, um “plano B” para que a resistência ao menos não esmorecesse.

Não poderia ser com certeza um perfeito desconhecido como eu, sem autoridade académica (ou de outro tipo), sem pergaminhos (ou até papel) em qualquer área ou meio, o “mensageiro” mais indicado para fazer ver aos demais que a petição era um passo politicamente arriscado, quando não condenado à partida ao mais rotundo fracasso. Ora, precisamente por saber que a bem dizer “não existo” nos meios académico, político ou mediático, foi por ter consciência, em suma, da minha própria insignificância, que procurei (desesperadamente, devo confessar) alertar pessoas conceituadas, gente “de algo”, gente conhecida e de prestígio. O que de facto fiz; tentei, sem grande sucesso, chegar à fala com algumas pessoas, e troquei bastante correspondência com uma delas, o nome aliás mais conceituado (nestas coisas da Língua portuguesa) a seguir a Vasco Graça Moura. Era, por assim dizer, o “número dois” da petição/manifesto e mesmo, de certa forma, o “número dois” do próprio VGM nesta matéria.

Pois, senhoras e senhores, foi malhar em ferro frio, salvo seja. Escusado será dizer que ao tal “número dois” não interessava lá muito o pior dos cenários, interessava apenas e só o melhor dos cenários. Ninguém ouviu aquilo que não quer ouvir ou entende o que não quer entender. E o caso ainda consegue ser mais flagrantemente deprimente quando a maldita realidade pode vir a estragar uma belíssima teoria.

Os piores receios — ou seja, as previsões mais pessimistas, isto é, a tal maldita realidade — infelizmente concretizaram-se. Em silêncio, sem mais, a petição foi arquivada, a parlamentar discussão foi esquecida, o relatório não teve (obviamente) a mais ínfima sequência (e muito menos a mais microscópica consequência), a “questão ortográfica” ficou para ali, comatosa, mais para lá do que para cá, literalmente amortalhada.

E assim, penosamente, se arrastaram os dias, as semanas, longos meses até finais do Verão de 2009. Foi aquela a primeira “travessia do deserto”, da qual muito naturalmente já poucos se recordarão mas que, perdoar-me-eis a frontalidade, eu cá não posso esquecer o que (não) sucedeu nessa época terrível.

Entre a entrega no Parlamento da Petição/Manifesto de VGM *et al*, a 8 de Maio de 2008, e a sua discussão em plenário, em 20 de Maio de 2009, tinha passado um ano inteiro sem que praticamente nada acontecesse, tudo na expectativa; logo a seguir à tal discussão por que toda a gente esperava, foi o fim desse ano lectivo, vieram as férias, o calor, a praia...

E o tempo continuava a arrastar-se, implacável, sem que nada sobre coisa alguma sucedesse. Não havia um só plano de acção, uma única ideia, um rasgo salvador, uma brecha no muro de silêncio, fosse o que fosse que ao menos não deixasse morrer a resistência à míngua de assunto.

A receita acordista (embrutecimento geral com anestesia local, injectando mentiras no cérebro do cidadão) parecia estar a resultar em pleno: não havia um artigo, um evento, uma entrevista, uma única referência às pobres “consoantes mudas”. O monstro ortográfico alastrava implacavelmente, como praga, como sarna, como se fosse um qualquer agente infeccioso de nova estirpe, sem vacina conhecida ou antibiótico possível.

Bem, só se... a não ser que... olha, e se a gente...

Não me foi possível apurar a autoria ou a publicação original da fotografia de topo.

[R1_121115]

Pássaro azul

Em 25 de Setembro de 2008, oito meses antes de a [Petição/Manifesto de VGM et al ter sido “discutida”](#) no Parlamento (e arquivada, sem mais), já a possibilidade de se lançar uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos tinha sido ventilada, num simples “post” publicado no que era então o meu “blog” pessoal. À época, [e desde pelo menos Janeiro de 2007](#), ia publicando ali alguns [textos e outros conteúdos de agitação e propaganda contra o AO90](#). Foi no início uma campanha de [agitprop](#) algo ingénua, reconheço-o sem qualquer reboço, visto que gravitava essencialmente em volta do que então estava em curso, a tal petição/manifesto de VGM e outros, mas rapidamente me apercebi de que a luta não podia ficar limitada a uma única “frente de combate” e dependente dos resultados (ou da ausência deles) que dali adviessem, caso se confirmassem os piores receios.



As coisas não estavam realmente a correr bem, o silêncio ensurdecedor sobre o assunto e o progressivo isolamento da questão faziam prever o pior. Como poderá jurar a pés juntos qualquer bruxo de bairro, não é de todo necessário possuir extraordinários dotes de adivinhação para prever o que é previsível. Difícil, isso sim, é prever o que é imprevisível, ele há neste mundo coincidências espantosas.

Como diz [Sophia no poema Cantata de Paz](#), “vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”.

Ora, nem de propósito, por aquela época o que se ia vendo, ouvindo e lendo sobre a petição/manifesto era VGM isto, VGM aquilo, Graça Moura para cá, o Vasco para lá, VGM sobretudo, e sobre tudo pairando o espectro do político, o destacado dirigente de um Partido confundindo-se com o (co-)autor do Manifesto, a petição subscrita por milhares aparecia a muitos outros milhares como tendo apenas a assinatura do seu primeiro subscritor e principal mentor.

Acredito piamente em que isto tenha sido involuntário, que os acontecimentos se tenham encadeado assim como poderiam ter seguido outro rumo. Mas pelo menos quanto ao que está em causa, a Língua Portuguesa, parece-me ser tremendo erro que uma única pessoa se torne na “face visível” de uma Causa nacional, transversal, dizendo respeito a todos, mesmo aos “ignorantes”, aos analfabetos e até aos recém-nascidos, os quais, pobres anjinhos, por tremendo azar vêm ao mundo ignorantes de todo, sem saber ler nem escrever ou sequer falar.

Bem sei que existem rebanhos, manadas e bandos, por exemplo, não há como negar as evidências, ele há pastores, ele há líderes, ele há machos-alfa (ou fêmeas-alfa), e é claro que determinam algumas leis da Natureza seguir confortavelmente o formigueiro sua rainha pelo carreiro.

Porém: não tem necessariamente de ser sempre assim, que diabo, ao menos neste tema em particular poderia e sobretudo deveria ter havido alguma prudência. Vasco Graça Moura foi uma figura de excepção no panorama cultural português. Ficará para sempre nos anais da nossa Literatura. Tem reservado, por mérito próprio, um lugar de destaque na História da Cultura portuguesa. E foi efectivamente o mais mediático activista na luta contra o monstro desortográfico.

Mas VGM foi também um homem. Um homem que, à semelhança de qualquer cidadão politicamente habilitado e que esteja para aí virado, militava num partido político, ao qual dedicava boa parte do seu tempo, do seu trabalho, do seu saber e, por fim, do seu próprio prestígio.

Para os portugueses em geral, VGM era um intelectual de topo que militava no PSD. Muito ligado a [Cavaco Silva](#), foi [deputado europeu eleito pelo PSD](#) e foi nomeado pelo PSD como Secretário de Estado em 1975.

Portanto, para os portugueses em geral, VGM era “o PSD”. Criou, por conseguinte, enquanto animal político, sem ofensa, uma espécie de anti-corpos no tecido social indígena. Muitos portugueses passaram a associar ideologicamente a Petição/Manifesto à militância político-partidária de Vasco Graça Moura, que era a “face visível” do Manifesto. E por simples associação de ideias, não havendo à época mais nada em termos de resistência ao AO90, muita gente passou a associar essa “face” não apenas à petição como à Causa anti-acordista em geral.

Acresce que, como [vimos](#), havia um outro problema na petição/manifesto, na sua formulação: afinal, e note-se que o próprio Parlamento “solicitou a clarificação do objecto da petição”, a pretensão da dita consubstanciava-se em que o mesmo Parlamento “tome, adopte ou proponha as medidas julgadas necessárias”.

Na melhor das hipóteses, isto equivaleria à apresentação por parte dos deputados de uma Iniciativa Legislativa (ou proposta de Resolução) — conforme entendessem, porque o texto da petição não era objectivo quanto a isso. “Para que sejam alcançados os resultados reivindicados nesta petição”, convenhamos, é uma formulação algo vaga.

Na pior das hipóteses, que era aliás mais do que provável, o Parlamento poderia vir a fazer quanto ao assunto o que [efectivamente acabou por suceder](#): despache-se [relatório](#), recomende-se ao Governo “que as preocupações e os alertas dos peticionários devem ser tidos em conta” (“na opinião do deputado relator”, valha-me Deus!), archive-se, assunto arrumado.

Em suma, deste quase fatal resultado sabemos nós hoje, ficámos dele inteirados assim que foi despachado o tal relatório parlamentar, mas havia que decidir muito antes, por antecipação, por presunção (e sem qualquer água benta), o que fazer se a petição falhasse. E se afinal aquilo desse em nada por um lado e em coisa nenhuma por outro?

Era esta a questão na altura, repita-se, já em meados de 2008. É certo que houve largos períodos, entre finais de 2007 e inícios de 2010, em que fiquei literalmente *a falar sozinho*, tive imensas reuniões comigo mesmo (por vezes com discussões terríveis entre mim, o JPG e eu), mas ainda assim houve alguns intervalos de actividade enquanto estava “tudo” à espera de que a petição produzisse um qualquer milagre. Ocasionalmente, lá consegui arrancar a ferros umas “consultas” a alguns anti-acordistas, os muito poucos (acessíveis) dos envolvidos na luta, de quando em vez lá tinha umas trocas de mensagens de email com este e com aquele, um ou outro telefonema, um ou outro encontro ali naquele café, acolá naquele jardim.

Quando publiquei o tal “[post](#)”, em que pela primeira vez se referia a possibilidade de lançar uma ILC, havia imensas dúvidas e não se podia descartar qualquer outra alternativa: mais uma petição ou várias petições consecutivas, para ao menos não “deixar cair” o assunto, para mantê-lo vivo e activo junto da opinião pública? Tentar promover um [referendo nacional](#) sobre o AO90? Lançar um Movimento cívico, transversal e universal (incluindo todos os países da CPLP), apelando ao boicote geral e à contestação sistemática?

Houve outras ideias além destas mas, uma a uma, ao longo daqueles quase três anos, todas as alternativas foram descartadas até só restar a que tinha surgido como que “por mero acaso”, isto é, com muita leitura e pesquisa, com imenso pó virtual virtualmente sacudido em inúmeras repartições públicas também elas virtuais.

Primeira hipótese a cair: outra ou outras petições. Seria *ligeiramente* estúpido, para dizer o mínimo, persistir nessa via: se a petição/manifesto “de” VGM desse, como deu, em coisa nenhuma, então tinha sido, como foi, um erro (se bem que não totalmente inútil) e portanto não iríamos repeti-lo. Acresce que — basta consultar os registos no “site” do Parlamento — qualquer petição pode ser prévia, liminar e sumariamente recusada (não é admitida sequer) caso haja precedentes, ou seja, se outra ou outras exactamente com o mesmo objecto/objectivo, tenha(m) sido igualmente recusada(s) ou se, admitida(s), tenha(m) sido arquivada(s) sem produzir qualquer efeito.

Segunda hipótese inviável: o referendo. Os óbices são vários mas basta referir apenas dois deles.

Por um lado, qualquer Tratado internacional (como é o AO90) apenas pode ser referendado “a priori”, não depois de assinado por representantes de vários Estados soberanos, mandatados para tal por referendo prévio

ou, não tendo existido este, pelos respectivos órgãos de poder (“*está arredada a possibilidade de referendar tratados ou convenções internacionais*”). Por outro lado, jamais em Portugal um referendo teve efeitos vinculativos (afluência às urnas de 50% dos eleitores inscritos), o que certamente não iria suceder, por maioria de razões, num país com largas faixas de analfabetismo, se incidisse sobre uma matéria tão “esotérica” como a Ortografia.

Terceira possibilidade: lançar um Movimento cívico internacional contra o AO90. Bem, isso foi tentado, mas tenhamos sempre presente que, *in illo tempore*, nós “todos” não passávamos de 2 ou 3. Utilizando já não apenas o [Facebook](#) mas também o [Twitter](#), algumas pessoas no Brasil e em Moçambique ficaram entusiasmadíssimas com a ideia mas... nada; a ideia era boa, era excelente, diziam, mas como por regra sucede com as ideias, e de mais a mais com as excelentes, depois de as ter é necessário fazer alguma coisinha com elas ou por elas, e lá para trabalhar, enfim, como sabemos, bom, agora não dá jeito nenhum, a patroa está doente, tenho ali uma panela ao lume, etc. E mesmo os casos de imenso entusiasmo para nenhuma disponibilidade eram muito raros; infelizmente, não se via grande “vaga de fundo” por aí — nem “lá fora” nem, de resto, “cá dentro”. Ora, não havendo gente suficiente, não há meios nem quem trabalhe na organização, a qual, assim (não) sendo, não existe. Nada feito, portanto, pelo menos até mais ver, quanto ao um Movimento cívico “lusófono”.

Portanto, até por simples exclusão de partes restava apenas a ILC.

No dia [29 de Setembro de 2008](#) enviei um “tweet” aos meus dois mil e tal “followers” naquela rede social cujo símbolo é um pássaro azul e onde, no máximo, apenas se pode piar 140 caracteres de cada vez. Daquele “tweet” houve três “retweets” (reproduções) e duas respostas por “DM” (mensagem directa, pessoal). Nada mau, hem?

A coisa começava maravilhosamente, portanto. Três e dois (ainda) são cinco, certo? Mais os 2 ou 3 que já são “dos nossos” mas não têm Twitter, isto era eu a pensar, ena, já somos aí uns 7 ou 8, caramba, é uma multidão, *ça marche!*

[R1_131115]



Não queremos o Acordo Ortográfico!

← BACK TO THE CAUSE

Members

AO
Não ao Acordo Ortográfico!

É imperioso ler, assinar e divulgar a ILC contra o AO em <http://ilcao.cedilha.net/>. O Português levou 8 séculos a construir, não será por decreto que o irão destruir. Leia e subscreva a ILC contra... [See More](#)
Issues: education, portugal, portuguese

Cause Leaders

- João Pedro Graça
- Rocío Ramos
- Rui Valente

120,771 Members

Derrotar o AO90 a todo o custo mas não a qualquer preço

Foi sob este lema, ainda em finais de 2008, que “[nasceu](#)” a ([ideia de uma](#)) ILC. Significando, evidentemente, que mesmo na Causa mais justa, como era e como será sempre a nossa, não vale tudo. Não vale vender a alma ao diabo, não vale trocar o essencial pelo acessório, não vale condescender nos princípios, não vale ceder um milímetro no fundamental, não vale tolerar traições, infiltrações ou vendilhões.

Houve antes do lançamento alguns contactos, houve conversas, houve sondagens (no sentido não petrolífero do termo) e houve até [um “site”](#) — [o primeiro exclusivamente dedicado ao tema](#) — que pretendia, ingenuamente mas com toda a boa vontade, congregar vontades, reunir esforços, criar em suma uma “frente comum” na luta contra o AO90: tinha inúmeros conteúdos documentais, tinha ferramentas diversas, tinha até um “fórum de discussão”. Tudo aquilo foi disponibilizado em tempo “record”, a partir de Setembro de 2008, e manteve-se activo — sem grande sucesso, aliás, porque estava “amarrado” à Petição/Manifesto e ao seu “[número 2](#)” — até

ao lançamento “oficial” da (ideia da) ILC-AO, em [Novembro de 2009](#); o que apenas sucedeu, evidentemente, depois de a [dita petição estar, como era previsível e foi expressamente previsto, arquivada](#), arrumada, posta a um canto sem ter produzido o mais ínfimo resultado concreto.

Quando inicialmente [lancei a “hipótese ILC” no Twitter](#) (só um ano mais tarde o projecto foi lançado “oficialmente”, [via Facebook](#)), a primeira adesão, entusiástica e sem qualquer reserva, foi de uma espanhola: [Rocío Ramos](#), de Zamora, Leão, Espanha. De imediato secundada, esta primeira activista espanhola, por uma brasileira: [Manuela Carneiro](#), da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Esta brasileira é, por sinal, portuguesa, de Braga, tem aliás dupla nacionalidade, e aquela “nossa” espanhola é, não por mero acaso, a mais portuguesa de todas as espanholas — adora Portugal, [estuda Português](#), pela-se por tudo o que esteja a jusante do seu Douro natal.

Uns meses depois de ter [atirado o barro à parede no Twitter](#) (ainda em 2008), não apenas publiquei um “post” no Facebook sobre o assunto como, a bem dizer “à experiência”, criei ali [uma página](#), usando a aplicação *Causes**, que na altura era bem diferente e incomparavelmente melhor do que a porcaria que é hoje em dia*. Publicada essa página, enviei convites aos meus contactos — sempre convencidíssimo de que ninguém iria ligar nenhuma àquilo. Pois bem, grande surpresa, dois minutos depois de ter enviado os convites recebo a primeira adesão: [Paulo Pinto Mascarenhas](#), jornalista. Lembro-me perfeitamente de lhe ter escrito logo a seguir, agradecendo mas também manifestando a minha estupefacção (as adesões sucediam-se enquanto escrevia ao dito jornalista, a “campanha” virtual não parava de apitar) pelo facto de afinal, contra todas as expectativas, a receptividade à ideia estar a ser entusiástica!

Em [10 de Março de 2009 já havia 1.200 apoiantes](#) daquela página em *Facebook Causes**, que tinha um título bastante simples mas sugestivo: “[Não Queremos o Acordo Ortográfico](#)“. E a tendência era nitidamente de crescimento rápido e exponencial, tendo chegado a atingir, durante dias a fio, uma média de adesões superior a 150. De tal forma que um ano depois já tinha ultrapassado o (surpreendente) total de 47.000 “membros”.

Extraordinário, não é?

Não, não é.

De todo. Não é nada (de) extraordinário ou sequer de especial. Nem significa muita coisa, afinal de contas. As chamadas “redes sociais” em geral e, destas, o Facebook em particular, não passam de meras ilusões de óptica.

Claro que naquela altura tudo estava ainda muito no início, a aplicação *Causes** era uma novidade relativamente recente e sobre o próprio Facebook — com as suas páginas e grupos temáticos — o desconhecimento geral ainda era imenso. Éramos todos uns ingénuos, ou, pelo menos, eu cá era um ingénuo do piorio nestas coisas das “causas” em ambientes cibernéticos. Hoje em dia é fácil dizê-lo, porque aprendemos fatalmente com o tempo, ganhamos experiência, mas por aqueles dias (e semanas e meses) ninguém diria isto, esta realidade crua: o número de “adesões” a uma página temática, a um grupo virtual ou a uma *Causa* no Facebook é absolutamente irrelevante, o total de “membros” pouco ou nada significa de concreto, de prático, de efectivo; cada “adesão”, cada “membro” é apenas um “click” de “rato” num “link”: *Like* ou *Join*.

Uma ilusão de óptica, realmente. Que resultou num estúpido erro de cálculo: *se há 47.000 “membros”, então basta que dois terços deles subscrevam a ILC*. Ora, isso até poderia ter sido assim, pelo menos em certa medida, mas ninguém sabia, ninguém imaginava sequer, ninguém antecipou que [as subscrições teriam de ser exclusivamente em papel](#) — por um lado — e também a ninguém, a começar por mim mesmo, alguma vez ocorreu que há uma diferença enorme entre carregar num dos dois botões de um “mouse”, por um lado, e, por outro, ter de preencher um formulário com alguns dados. Pior ainda, mil vezes pior, se o dito formulário não for electrónico**, preenchido *online* em qualquer computador, mas se, pelo contrário, tiver de ser preenchido localmente, de forma manual e tendo cada qual de rabiscar (à mão, evidentemente, com uma esferográfica) a sua assinatura no impresso.

E há ainda outra coisa pior por cima do que já era mil vezes pior: ninguém sabia, naquela época, ao certo ou sequer pouco mais ou menos, de quantas pessoas estamos a falar quando se fala do “acordo ortográfico”.

Somos 10 milhões no total, certo? 15 milhões, número redondo, se contarmos com os emigrantes e seus descendentes de nacionalidade portuguesa. É assim ou não é assim?

É, é mesmo assim. Mas a quantos destes milhões interessará a “questão ortográfica”?

Vejamos.

Continuemos a funcionar com números redondos, contas por grosso, que não há outras nem outra maneira de as fazer.

Começemos por não contar com os 5 milhões de compatriotas na “diáspora”, já que, por motivos vários, os pressupostos quanto a tão dispersas e diversificadas comunidades poderiam afectar erroneamente o método de cálculo (com base em [dados do “site” da CIA](#)).

Fiquemo-nos então pelos residentes em Portugal continental e ilhas adjacentes.

Descontemos a 10 milhões os menores de idade (16% ou 1,6 milhões), os analfabetos totais (5% ou 500 mil), os analfabetos funcionais (25% ou 2,5 milhões). Já vamos em 5,4 milhões (10-1,6-0,5-2,5).

A estes 5 milhões e 400 mil pessoas há que subtrair a esmagadora maioria que anda na luta, sim, mas na sua própria luta quotidiana, tentando sobreviver o melhor possível, o que não deixa grande vagar para outras lutas, sejam elas quais forem, e de mais a mais em se tratando de algo que de forma alguma põe comida na mesa. Falamos, portanto, daquilo que vulgarmente se designa por “massas”: 9 em cada 10 pessoas.

Se descontarmos esta esmagadora maioria de 90% ao total da população, teríamos 9 milhões e restaria um milhão; depois, a este milhão restante iríamos subtrair as parcelas de analfabetismo e de minoridade, pelo que restariam cerca de 600.000 pessoas. Caso, de outra forma, descontemos aos 5,4 milhões anteriormente apurados os tais 90% gerais, então seriam 4,86 milhões a menos e restariam, por conseguinte, as mesmas 600.000 alminhas apuradas com o primeiro método de cálculo. É este, por conseguinte, o universo de cidadãos que podemos considerar quanto à “questão ortográfica”, o total de portugueses aos quais o AO90 pode interessar de alguma forma.

Porém, até a este universo de 600.000 almas podemos e devemos retirar diversas fatias, como quem tasca um Gruyère (aquele queijo que tem mais buracos do que queijo), a começar pela talhada maior, a do funcionalismo público: quantos professores, técnicos, dirigentes, quadros e outros funcionários do Estado se atrevem a sequer mexer uma palha contra o AO90? Numa estimativa muito optimista, arriscaria uns 20% de um total de 500.000.

O que vem a dar, no final de contas (100.000 na função pública mais 100.000 no sector privado), algo como 200.000 pessoas. Portanto, isto equivale a uma percentagem final tão espantosa como, se calhar, surpreendente: 2%! A “questão ortográfica”, o AO90, esta luta interessa a 2% dos portugueses...

E ainda assim, mais uma talhada (das grandes), sabendo que deste universo pelo menos 1/3 é constituído por acordistas, bem, então chegamos à seguinte (triste) realidade: há em Portugal 133.000 cidadãos que se opõem de facto ao “acordo ortográfico”. Pronto, está bem, arredondemos “para cima”: 150.000. De acordo? Ótimo. Ou péssimo, consoante a perspectiva.

[A petição/manifesto chegou às 113.206 assinaturas ... electrónicas***. A nossa página no Facebook \(em *Causes*\) chegou a ter mais de 120.000 “membros” ...electrónicos](#), salvo seja. Não brinquemos com coisas sérias. Não é de todo a mesma coisa, como vimos: carregar numas teclas em qualquer computador não tem absolutamente nada a ver com preencher e assinar à mão um formulário, enviando-o depois pelo correio. Conforme sabemos agora, 10% destes cidadãos portugueses deram-se mesmo ao trabalho (que não foi inventado só para chatear as pessoas, é uma exigência legal) de subscrever, em papel, a [Iniciativa Legislativa de Cidadãos contra o AO90](#). Terá sido este um mau resultado?

Bem, não tão mau, ainda assim, do que sucederia caso fosse necessário, em vez de preencher e enviar um formulário, ir a uma assembleia de voto responder, apenas com uma cruz e só a uma pergunta, “sim” ou “não”.

E isto no muito pouco provável de toda a gente entender ao certo a pergunta e as implicações da resposta. Caso se tentasse fazer em Portugal um referendo sobre o AO90, coisa da qual a esmagadora maioria da população jamais ouviu sequer falar ou em relação à qual devota a mais profunda indiferença, não apenas os efeitos não seriam vinculativos como nem mesmo se atingiriam os mínimos (de afluência às urnas, uns 20%, digamos) que pudessem constituir um “sinal político” pelo “sim” ou pelo “não”.

Por alguma razão esta e outras vias de luta alternativas foram postas de lado. Não foi nem por palpite nem, muito menos, por simples “esquecimento”. Seria um pouco estranho que tão “genial” como inexequível ideia nos tivesse escapado, não é verdade?

Ora bem. Por isso mesmo, depois de arquivada a petição/manifesto de VGM, lançada uma ideia que foi colhendo bastante aceitação, era então mais do que urgente avançar com a ILC pela revogação da entrada em vigor do AO90.

2008 já lá vai, 2009 já quase se foi, vem aí 2010. Ao trabalho!

*A aplicação *Facebook Causes* mudou completamente, para pior, sob todos os aspectos, em [Novembro de 2012](#). Alguns conteúdos foram [desactivados](#), os respectivos endereços alterados e desapareceram várias ferramentas e utilitários. Foi inutilizada, portanto.

**Estava montado e já a funcionar, no “site” da ILC-AO, um sistema de subscrição “online” com diversas rotinas de segurança e com verificação tripla.

***É possível que tenha havido algumas subscrições manuais. Desconheço esses números.

[R1_131115]

O fim da inocência

Para que se entenda com exactidão a ILC-AO é necessário situá-la no tempo e no espaço. Quando o projecto foi lançado, o tempo era de não se passar nada e o espaço era o vazio total. De facto, se antes da “discussão” e do arquivamento da Petição/Manifesto de VGM tinham passado longos meses de (enervante) espera, pois então depois desse arquivamento sem discussão ainda foi pior, não havia já mais nada por que ao menos esperar, tudo parecia estar irremediavelmente perdido, as pessoas conformadas, alheadas, desinteressadas. Dir-se-ia que não tinha sido só uma petição sobre o AO90 a ser arquivada, mais parecia que toda a contestação, toda a oposição, toda a resistência ao “acordo ortográfico” tinha também sido atirada — e para sempre — para um qualquer arquivo morto.



Porventura estarei a ser maçador com a [insistência](#), mas este “pormenor” parece-me fundamental e sem esclarecê-lo devidamente não é possível compreender coisa alguma sobre a ILC-AO, os seus “porquês”: quando surgiu, como surgiu e, sobretudo, porque surgiu. Muita gente já não se lembrará disto, acredito, mas farão vossemecês a fineza de admitir que terei eu talvez alguns (fortes) motivos para me recordar exactamente do que se passou: nada. Absolutamente nada. Foram meses e meses a fio sem um só artigo de jornal, por exemplo, sem uma única referência ao “acordo”; o assunto estava mais do que morto e enterrado, ninguém sequer falava já dele, estava instalado o “facto consumado”, os mais (e os menos) destacados militantes anti-acordistas estavam desaparecidos, ausentes, [em parte incerta](#).

Em certa medida, a ILC funcionou como uma verdadeira provocação: veríamos se mesmo assim, com uma arma política já “nas ruas”, os desaparecidos não voltariam a aparecer, a juntar-se à luta e mesmo, quem sabe, se não se disporia a liderá-la de novo...

Como mais tarde se viu, a provocação resultou em pleno. Não apenas toda aquela gente voltou ao activo, como muita outra gente, que até então estava a léguas do assunto, passou a interessar-se pela questão, a envolver-se nela e por fim a lutar por ela. Foram portanto muitos, imensos, os *prós* da tática “provocatória”.

Que teve também os seus *contras*, pois claro.

A começar pelo facto de ao “[número dois](#)” da Petição/Manifesto não terem agradado nem um bocadinho as minhas (públicas) provocações, a começar pelas não muito elogiosas referências aos “[desaparecidos em parte incerta](#)”; e porque o dito “número dois” também não apreciou o “[boneco](#)” em que uma dançarina de samba aparece com a cabeça de Camões, pois vá de me “exigir” que apagasse o seu (dele) nome por extenso do “[site](#)” alojado em Wikidot. É que, pelos vistos, como o dito “boneco” fazia de logótipo daquele “site”, o homem não queria que o seu nome (por extenso) ficasse associado a uma coisa que ele disse achar “xenófoba”. Pois muito bem, com certeza, eu cá não quero que falte nada a ninguém, apague-se então o nomezinho, nesse caso ficam só as iniciais.

Este episódio foi o primeiro de muitos, qual deles o mais (tristemente) caricato, em resultado não apenas desta ou daquela tática pontual durante o lançamento da ILC, mas principalmente porque (e quando) ela já tinha passado de simples ideia a projecto concreto e este começou mesmo a ser executado.

Ainda antes de a iniciativa sair para “a rua”, o que viria a suceder em [Abril de 2010](#), já (eu) sabia que a luta não iria ser fácil, pois está claro, e que não iria ser rápida, fulgurante, imediata, que não bastaria um estalar de dedos. Sabia disto mas não sabia que também não iria ser saudável. Saudável em termos de sanidade mental,

quero dizer. Rapidamente (e dolorosamente, salvo seja) me apercebi de que “as causas” em geral são uma espécie de pasto para, abreviando e chamando os bois pelos nomes, malucos.

O primeiro exemplar de espécie autóctone fez questão de se encontrar comigo para me explicar os seus brilhantes planos: organizar umas “festas” e umas “jantaradas” para promover a ILC (e mais tarde até para recolher assinaturas). Nesses “eventos”, acrescentou ele, juro, eu fique já aqui ceguinho se isto não é verdade, “dava para sacar umas gaijas”.

Caramba. “Gaijas”. Mas que “plano” catita. Tive de segurar o queixo com ambas as mãos e depois foi um sarilho dos diabos para conseguir descolar os maxilares, abrir a boca ao menos para me despedir. Não achei gracinha nenhuma à brincadeira, escusado será dizer, se é que aquilo tinha sido só uma brincadeira.

Não, não tinha sido só uma brincadeira e não tinha sido a sua última, mas a penúltima. Este mesmo espécimen tinha criado no Facebook (mais) um grupo “contra o acordo ortográfico”, onde pelos vistos já havia uma “guarnição” enorme (mais de 30.000 “membros”, se bem me lembro) e portanto, como acontece por regra aos maluquinhos daquela rede anti-social, desatou a imaginar-se a si mesmo na figura de um General, quiçá um Marechal, com o peito cheio de medalhas e os ombros ornados com dragonas douradas, enfim, ali estava ele a comandar as suas tropas, o seu exército de “30.000 homens”, nada mais, nada menos, ena, isto é El Comandante a magicar, a gente sai daqui à espadeirada, hem, os acordistas até se borram de medo, pst, ó nosso sargento, mande lá tocar o clarim, carrega Benfica, digo, ao ataque meus bravos.

Enfim, interrompamos aqui as elucubrações de Sua Excelência, deixemo-lo continuar a brincar com seus virtuais soldadinhos de chumbo, passemos nós outros ao desfecho, se não isto assim nunca mais acaba, mas que maçada, afinal o que aconteceu a este Marechal das “gaijas”? Bem, certo, abreviemos então o episódio, o Marechal das “gaijas” lembrou-se de ameaçar que avançaria, ele com o seu “grupo”, com as suas próprias “tropas”, caso o texto da ILC não estivesse pronto “dentro de um prazo razoável”; não me recordo se foi esta a exacta formulação do “ultimato” mas escusado será dizer que o Senhor Marechal passou imediatamente à situação de *indisponibilidade*. Depois ainda estrebuchou um bocado, mas felizmente nunca mais ouvi falar nem dele nem das suas façanhas *militares*. E parece que o exército de 30.000 “homens” acabou desmobilizado em massa.

Pouco depois deste nada edificante incidente calhou-me outro cromo para a colecção. Este pretendia também organizar umas *patuscadas* (pelos vistos, sem meter “gaijas” ao barulho), mas com uma inovação: a coisa seria abrilhantada por ele mesmo, que era músico, e os “eventos” degustativos para o efeito teriam lugar no seu restaurante.

Bom, nada de mais, a coisa até poderia ir avante caso houvesse eventos semelhantes um pouco por todo o país e não por acaso um outro voluntário da ILC estava na altura a tentar organizar vários do género (todos falharam redondamente). Porém, este músico da restauração era co-administrador da página da ILC no Facebook (éramos uns dez, naquela época); ora, ele decidiu — por sua alta recreação e sem consultar ninguém — em nome da iniciativa e usando a ferramenta de envios de email em massa daquela nossa página, remeter convites a todos os membros*, já então largas dezenas de milhares; convites esses, escusado será dizer, em que promovia muito o restaurante e muito falava do músico, ele mesmo, mas em que pouco promovia a ILC e nada dizia sobre o AO90 .

Mais uma “baixa”, portanto. A iniciativa não vende nada nem se vende a coisa nenhuma. “As decisões são tomadas por consenso”, era o nosso “contrato” comum, não se tomam decisões à má-fila, não se procede pessoalmente em nome de todos e está absolutamente fora de causa ganhar dinheiro à conta da Causa.

Adiante.

Um fenómeno relativamente recente, surgido com a vulgarização da Internet e em especial desde que foi inventado o conceito de “rede social”, é o das “causas de consumo”. Para haver “causas de consumo”, evidentemente, é necessário que existam “consumidores de causas”. São estes os que se abastecem periodicamente de (mais) uma causa, a qual juntam a outra ou a outras igualmente do seu agrado, por assim dizer, ou usando a nova para substituir uma que já não agrada (isto é raro mas acontece), que passou de moda

ou que por algum outro motivo se extinguiu. Há consumidores para toda e qualquer causa, assim como há causas para todos os gostos, há as apetecíveis para espíritos mais combativos, as que encaixam que nem uma luva em perfis mais para o conservador ou no seu oposto diametral, há umas causas mais fofinhas e outras mais rijas e farfalhudas, há as causas *cutchi-cutchi* e as que têm imenso *salero*, enfim, isto das causas é uma alegria, uma causa por dia nem sabe o bem que lhe fazia, há por aí causas a granel, meta lá mais uma no bernal (era para rimar com “granel” mas não deu, ora bolas, diz que ele não há cá “bornel”).

Ilustremos o *paradigma* (ou axioma, vá) com um caso flagrante de “consumidora de causas” que aterrou de pára-quadras na ILC-AO: fazia ela então uma campanha chamada “destrua as ondas, não as dunas” (acho que era qualquer coisa assim, se não era isto exactamente era algo igualmente *exótico*), até tinha um “blog” sobre a matéria (seja lá isso o que for), até tinha um grupo no Facebook (olha, mas que original, hem, grande surpresa, não estava nada à espera) e até tinha, por fim, uma “ideia” para propor à ILC: ela faria campanha pela ILC e, em troca, a ILC fazia campanha pelas dunas...

Lá terei de dizer isto de novo: não, não estou a brincar, eu cá não brinco em serviço, como é sabido, posso afiançar a pés juntos que a coisa foi esta, toma lá a minha causa pelas dunas, dá cá a tua causa contra o AO90, ou lá o que é.

Uff! Que tarefa!

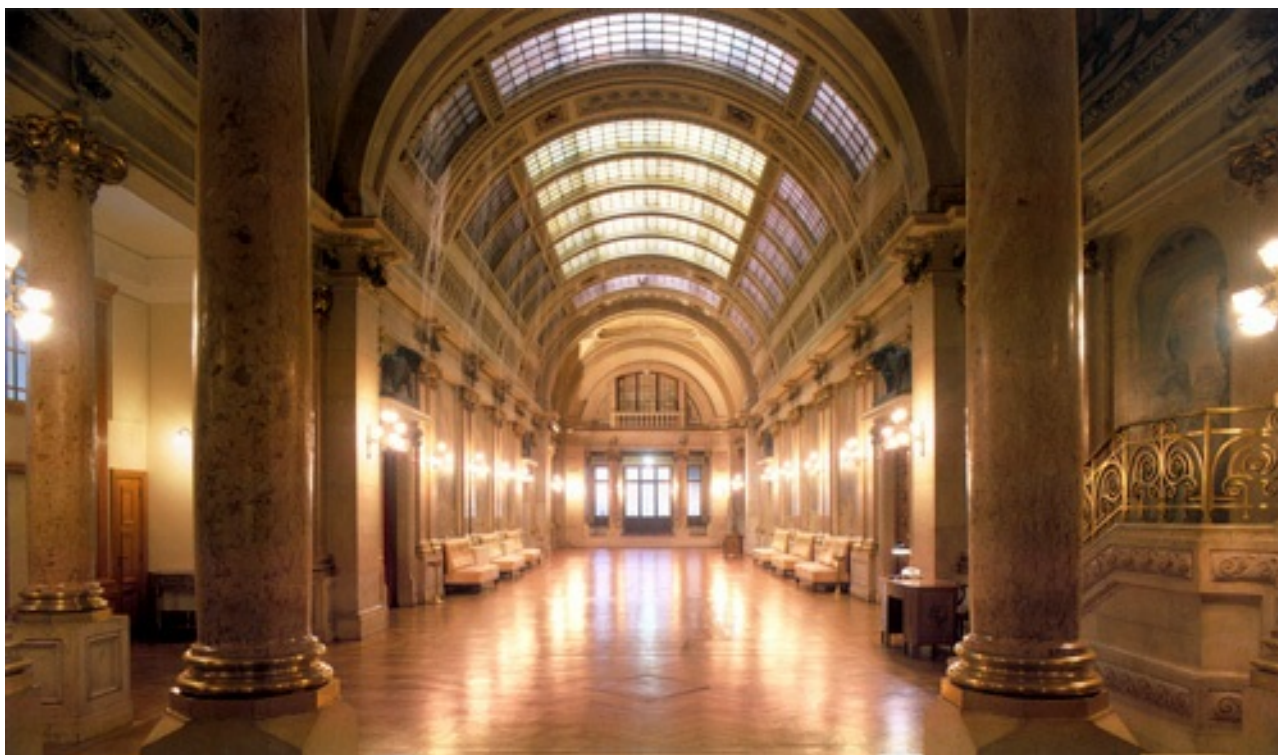
Mas isto foi sempre assim, perguntareis, raios, mas então ele é só levar pela proa com gente estranha, com cromos raros, com malucos uns atrás dos outros?

Não, não, não. De todo. Pelo contrário. Não confundamos o arbusto com a floresta. Isto são apenas excepções, não a regra, felizmente. Na nossa luta há muita gente, portanto é natural que apareça por aí uma ou outra ave rara. Já nas “hostes” acordistas as premissas invertem-se, como todos sabemos: é difícil encontrar no meio deles alguém que tenha conservado um módico de juízo.

Autor da imagem de topo: [Henrique Monteiro](#).

*Na(s) página(s) da ILC-AO no Facebook todos os membros são efectivos, isto é, não há ali aldrabices: ninguém é adicionado por terceiros sem seu conhecimento, todas as adesões são feitas pelos próprios.

[R1_131115]



Trago comigo, todos os dias, o espanto de saber que semelhante bicho foi congeminado. E não só foi congeminado, como nasceu. E não só nasceu, como anda por aí.

Rui Valente

Os passos perdidos

O que é, afinal, o *aborto ortográfico*? Mesmo sabendo-se [quem o pariu, quando, porquê, onde e como \(e até quem assistiu à operação\)](#), muita gente ainda não percebeu ao certo, ou sequer vagamente, o que diabo vem a ser aquilo.

Como o caso é sério, vamos tentar diversas formas de abordagem, sendo que, para o efeito, e dada a absoluta impossibilidade semântica de explicar o inexplicável, podemos apenas tentar ilustrar por amostra não o que é o “acordo” mas o que é o acordismo.

O acordismo é um fenómeno de dependência “*derivado ao*” Cavaco; daí os seus [malefícios](#). Duas espécies de droga, portanto: o tabaco não é uma “droga dura”, como se costuma dizer, enquanto que o acordo é uma droga dura, sim, aliás duríssima, e portanto ambas as drogas têm um potencial de efeitos devastadores em órgãos distintos e em tecidos diferentes.

Porque de facto, ressalvadas as devidas diferenças entre “drogas duras” e o seu oposto, as “drogas moles” (ditas “leves”), o acordismo é como o tabagismo: coisa da moda, algo que (aparentemente, para os espíritos mais infantilizados) dá *pinta* e estatuto. Inalar o fumo do tabaco é perigoso, assim como é tóxico engolir as patranhas do AO90. Tóxico não para os pulmões, mas para o cérebro. O tabaco pode destruir os nossos tecidos pulmonares, o acordismo ameaça afectar gravemente os nossos tecidos social, cultural, histórico e patrimonial. Como rezam os *caridosos* avisos nos maços de cigarros, o risco de cancro é certo, uma morte “precoce e dolorosa” muitíssimo provável. Pelos vistos, a julgar por alguns exemplos de “agarrados” ao “acordo” (atente-se nos casos clínicos mais evidentes, Malaca, Bechara, Reis, Canavilhas, Estrela, Infante, Sócrates), o acordismo é letal porque altamente viciante; deve haver no AO90 alguma substância química equivalente à nicotina (ou a outras com igual terminação em “ina”, bem mais violentas), visto que o alcatrão — o principal ingrediente do AO90 —, só por si, não gera dependência física ou psíquica nos consumidores.

O acordismo é também, por assim dizer, uma forma enviesada e desviante de escutismo; visualizemos a

imagem do escuteiro hiper-activo e super-diligente que obriga uma velhinha a atravessar a rua, à força, e quanto mais ela protesta mais ele a empurra, chega a arrastá-la pelos cabelos, dá-lhe porrada se ela resiste, acerta-lhe uns calduços no venerável carrapito branco; quanto mais a anciã protesta, (o que é isto, jovem, eu cá não quero atravessar a rua, diacho, largue-me, mas que coisa), mais o escuteiro lhe garante que ela quer mesmo atravessar, sim, senhora, que do outro lado da rua é que é bom, que neste passeio aqui ele é só meliantes e chatices, vá lá, minha senhora, ande, despache-se, mexa-me essas pernas, vai ver que depois me agradece.

O acordismo é ainda, na imodesta opinião dos próprios acordistas, *modernismo* e *progressismo*. Coisas giras, por conseguinte. Bastará recordar-se a gente dos antónimos respectivos para que se entenda a “estratégia” acordista quanto à selecção criteriosa daqueles dois chiquérrimos substantivos, que são imensamente *bem* quando servem para adjectivar as pessoas normais: pois claro que o contrário de “moderno” é “antiquado” (ultrapassado, obsoleto, inútil) e o inverso de “progressista” é “conservador” (reaccionário, “velho-do-Restelo” ou simplesmente “velho”, essa coisa horrorosa).

Imagine-se então, como protótipo do acordista, um jovem escuteiro que, ainda por cima, é *progressista*. Um verdadeiro filme de terror, não é? Pois é, mas andam por aí à solta alguns exemplares desta espécie escutista de terceira ordem.

Veja-se o “espetacular” caso do «[escritor ficcionista e empresário](#)» [Nuno Artur Silva](#), que fez o favor de partilhar connosco, os velhotes reaccionários de Portugal, esta genial e imensamente progressista reflexão: “[devíamos escrever todos brasileiro](#)”. E diz isto, note-se, com pujança, com cagança, num estilo marialva e muito *práfrentex*, a imagem de marca dos acordistas.

Ou aquel’outro jovem exemplar, o “ator” Ricardo Pereira, que é fluente em duas línguas, Português e “brasileiro”. Existem diversas gravações em que o dito fala exclusivamente em “brasileiro” mas há [uma, mais “especial”, em que o dito jovem fala do “sutáqui dji pôrtugáú](#)”, garantindo que ainda utiliza “o pôrtugueiss dji pôrtugáú todo dji”. E pergunta-lhe o repórter: “*o teu sotaque já tá bem mais **neutralizado**, né?*”

Ou ainda, para finalizar este tríptico de monstruosidades, oiça-se (e veja-se) Durão Barroso, ex-Presidente da Comissão Europeia e ex-Primeiro-Ministro de Portugal, tentando (desesperadamente) [falar em “brasileiro” numa entrevista a uma televisão brasileira](#). Faça-se-lhe a justiça de notar o “sutáqui” caprichado, a elegância do porte verborreico e, em resumo, o seu compenetradíssimo ar de aluno bem comportadinho que tenta falar na língua dos indígenas quando vai numa visita de estudo.

Este último caso, se bem que nem seja dos mais chocantes, é apenas uma amostra — sintomática, porém — da forma como funciona a cabecinha não apenas do acordista em geral como do político tuga em particular. Demonstração tão espectacular quanto desarmante de um bizarro deslumbramento pelo “gigantismo” do Brasil. Gigantismo esse que lhes inspira, aos políticos tugueses, um forte sentimento de pertença a uma coisa avassaladora, magnificente e magnífica: algo que vagamente lembra a expansão marítima, a saga dos Descobrimientos ou, em suma e por atacado, o [V Império](#) — nada mais, nada menos, o Império “Lusófono” ou, à falta de melhor, o [II Império brasileiro](#).

Deslumbramento este que alguns levaram a um extremo impossível, até à mais abjecta subserviência quanto a tudo o que venha do lado de lá do Atlântico, uma admiração acéfala, parola, embasbacada, pelo “gigante” emergente sul-americano, por tudo o que “cheire” a brasileiro, ainda que apenas reminiscentemente, o ouro, os diamantes, o futebol, o cimento, o pau-Brasil em sentido figurado.

Foi, pelo menos parcialmente, sob este cenário neo-imperialista que o chamado “centrão”, os partidos políticos do “arco da governação”, PS e PSD, fizeram passar [a tremenda aldrabice](#) no Parlamento. Foi por isto e foi também por motivos bem mais objectivos e comezinhos: por uma questão de [disciplina partidária](#), por [não saberem sequer, ao certo, aquilo em que estavam a votar](#), mas também — nos casos dos deputados mais “militantemente” acordistas — porque se tinham deixado deslumbrar por um sentimento neo-imperialista que parecia prometer um novo mundo de oportunidades; com sorte, quem sabe, se calhar até algumas oportunidades pessoais. Influuiu neste processo, igualmente, e provavelmente até mesmo de forma decisiva, o [chamado “jogo político”](#) (você deixam passar agora o nosso projecto-de-lei, depois nós deixamos passar o

vosso); quantas reuniões “informais”, quantas negociações avulsas, quantas conversas “de pé-de-orelha” se terão cochichado naqueles palacianos *passos perdidos* para garantir a aprovação da [maldita Resolução parlamentar](#)?

Não será pelo menos “um bocadinho” estranho que tão patente quanto absurda vigarice tenha sido [aprovada por esmagadora maioria, com apenas quatro votos contra, com apenas dezassete abstenções](#) e com algumas ausências extremamente convenientes no exacto momento da votação?

Mas, realmente, terá então passado pela cabeça de alguém que todas estas “coincidências” pudessem permanecer para sempre ignoradas, que jamais fossem descobertas, denunciadas e, por fim, contestadas, combatidas até à exaustão?

Esqueçamos as “[teorias da conspiração](#)“, pelo menos até ver, isto é, até que o tempo faça com a verdade o que a água faz com o azeite. [O AO90 resultou de uma sequência de azares](#), é verdade, mas não foi a assinatura do Tratado, em 1990, que gerou a balbúrdia, o [cAOs](#), o conflito; foi a aprovação da [Resolução parlamentar n.º 35 em 2008](#). O Tratado poderia ter continuado esquecido, a marinar até à eternidade numa gaveta, visto que toda a gente sabia que aquilo era absolutamente inútil e estúpido e inexequível; gaveta essa onde aliás marinou mesmo ao longo de abençoados 14 anos, esquecido de todo e ignorado por todos.

Então, assim sendo, a ver se a gente entende a coisa, vamos a [datas, que as datas são aparentadas com o azeite](#).

Pois se esteve tudo posto em descanso de 1990 a 2004, o que terá sucedido ao certo para que de repente (e à pressa) a CPLP tivesse aprovado em S. Tomé, a 25 de Julho de 2004, o [2.º Protocolo Modificativo](#)?

E porque terá [o Brasil ratificado esse Protocolo apenas três meses depois](#), em Outubro desse mesmo ano? E porque terá Cabo Verde ratificado aquilo seis escassos meses após o Brasil, em Abril de 2005? E, por fim, porque terá S. Tomé e Príncipe ratificado aquilo também no ano seguinte, isto é, em Novembro de 2006?

Porquê só três dos então sete países da CPLP? Terá sido porque o tal Protocolo Modificativo alterava de sete para três o número de ratificações necessário para que o AO90 passasse a vigorar em todos os sete?

Não é preciso grande perspicácia, digo eu, para perceber imediatamente a marosca: pois é claro que o plano era tornar o AO90 “obrigatório” em toda a CPLP através de um expediente que não passa de uma [escandalosa aldrabice](#), um [atropelo a todas as regras do Direito internacional](#), da [Convenção de Viena](#).

Daí também a extrema urgência em dar a extrema-unção à Língua Portuguesa: só faltava a aprovação do II Protocolo, ou seja, da aldrabice, por parte de Portugal, o que equivaleria tacitamente a uma quarta ratificação. Isso já não seria tecnicamente necessário (com as três ratificações existentes, o AO estava automaticamente ratificado por todos) mas faltava o sancionamento da “pátria” da Língua; daria imenso jeito que assinasse também, essa suprema humilhação iria acabar por convencer os restantes (e, em especial, Angola, que resiste ao acordo ainda mais do que a velhinha ao escuteiro) e, sobretudo, se Portugal ratificasse a tremenda aldrabice isso iria atenuar um pouco o mau aspecto da coisa. Portugal ratificou o 2.º Protocolo Modificativo do AO90 no dia 16 de Maio de 2008, através da aprovação, por esmagadora maioria, da [Resolução da Assembleia da República \(RAR\) 35/2008](#).

Muito mais se poderia dizer sobre isto, que é fundamental para que se entenda o que aconteceu, mas sobra ainda uma questão igualmente determinante para a qual é bem provável jamais venhamos a obter uma resposta concreta, comprovada, irrefutável: porquê 2004?

O que terá sucedido ao certo nesse fatídico ano de 2004, entre Janeiro e Julho? E a coisa não poderia vir já do ano anterior, 2003? Ou até, porque não, de 2002? O que mudou afinal (em Portugal e no Brasil) nesses primeiros anos do século XXI?

Já agora: o que sucedeu cá no torrão em 2006, mais concretamente em Março? Alguma coisa a ver com S. Tomé, que também tinha de ver para crer?

As respostas implicam, obviamente, a necessidade de alguma pesquisa, de bastante esforço de memória, mas, sobretudo, carecem de um módico de raciocínio.

Ficam então as perguntas, por conseguinte, à laia de pistas, assim como fizeram [Hansel e Gretel](#)* com bolinhas de pão para encontrar o caminho de volta a casa.



Fotografia de [Parlamento.pt](#)

[R1_141115]

**Metodologia de trabalho em Portugal**

As fundações

Existem inúmeros adágios populares que descrevem na perfeição o que tipicamente acontece quando alguém, cá no torrão pátrio, tem de repente a peregrina ideia de fazer alguma coisinha. “Quem está de fora não racha lenha”, por exemplo, serve como ilustração da coisa, mas *a contrario*.

A técnica aprende-se de pequenino (que é quando “se torce o pepino”), até a brincar ao esconde-esconde, e prolonga-se depois por todos os (de)graus de ensino, a começar pelo vulgar “copianço” e continuando nos chamados “trabalhos de grupo”, em que, por regra, um faz o trabalho todo e os outros assinam por baixo, depois de devidamente arrasarem com palpites avulsos o autor único, a porcaria que ele fez, a qual só assinam porque são muito amigos dele.

Quando porventura não há grupo algum para fazer o trabalho, então o processo torna-se ainda mais “curioso”, digamos assim, porque surge invariavelmente uma data de gente logo que o dito trabalho “aparece” feito. Gente essa que, ainda mais invariavelmente, desata a “trabalhar” sobre o que já está feito, “contribuindo” com imensa generosidade e grande voluntarismo através de nada desprezível manancial de críticas (“construtivas”, note-se, ok?, isso está tudo uma porcaria, pá, mas olha que eu só digo isto para ajudar, hem, nada de confusões) e também com uma série de “ideias” maravilhosas que não ocorreram ao patego, oops, perdão, ao fulano que fez aquilo tudo.

Nós, portugueses, somos deste jaez, salvo seja, nada a fazer quanto à nossa patriótica vontade de nada fazer (além de dar palpites e *apoio moral* a quem trabalha), portanto “vamos em frente que atrás vem gente”, foi isto mesmo o que sucedeu quanto à ILC-AO.

Foram de facto meses alucinantes, aqueles, entre [Maio de 2009, quando a petição](#) foi “discutida”, e [Abril de 2010, início da recolha de assinaturas](#) para a iniciativa. Mas passaram muito depressa, esses meses, tal foi o

ritmo de trabalho. Estava tudo por fazer e, para piorar o cenário, não apenas havia pouca gente disponível como o próprio conceito de “ILC” era então uma coisa nova, *terreno* desconhecido. Tratava-se de começar literalmente do zero e era tudo “para ontem”: a entrada em vigor do AO90 estava já ali mesmo à frente, logo ao virar da esquina — de 2009 para 2010.

A primeira coisa a fazer era o logótipo. Correu bem, para variar. Em 10 minutos saiu aquilo, pois siga, antes este do que nenhum. Foi um acaso, não há que duvidar, a ideia era que parecesse alguém ter riscado a vermelho o “AO”. Calhou assim, nada mais, tracei um N “manual” sobre as letras AO em “Times New Roman” num preto austero e, por baixo, a palavra-de-ordem: “Não queremos o acordo ortográfico!” Apenas isto, sobre fundo branco, sem mais nada, nenhum adereço ou sequer bordadura.

Duvidei imenso do resultado, devo confessar, de tão simples que era, tão elementar, básico, mas — para minha grande surpresa — pelos vistos o “boneco” *pegou*, rapidamente e “de estaca”. E não apenas “pegou de estaca”, enquanto logótipo da iniciativa, como acabou até por se tornar numa espécie de símbolo visual da luta contra o “acordo”, em geral, o estandarte da Causa. E ainda hoje essa mesma imagem continua espalhada por aí, como que surgida do nada, de geração espontânea, já sem qualquer ligação à origem.



Bom, estamos com pressa, prossigamos. O que era absolutamente fulcral, o que tinha de ser feito imediatamente (já não para ontem mas para anteontem) era o texto da ILC.

Bonito serviço. E agora? Como? Por onde começar? O que dizer, ao certo? Quem poderia redigir a coisa? Teria de haver um jurista envolvido, é claro, e alguém da área da Linguística, mais uma pessoa qualquer, sem ofensa, com tarimba (na) política...

As necessidades e as exigências são facilímas de diagnosticar mas difícilímas de executar quando envolvem trabalho (especializado ou não, sendo ele no caso especializadíssimo) e, pior ainda, quando esse trabalho tem de ser voluntário, *pro bono*, gratuito.

Felizmente apareceu logo, via Twitter, uma professora portuguesa (e moçambicana) de Maputo. Pronto, a parte linguística (ou gramatical) está entregue, aquela voluntária comprometeu-se, porfiou, cumpriu.

[Quem não cumpriu nem porfiou nada \(mas prometeu muito\) foi uma advogada do Porto que, também através do Twitter \(e publicamente\) se ofereceu para redigir a parte jurídica do texto.](#) Advogada essa que tinha inclusivamente sido recomendada por [Garcia Pereira](#) (o qual me dissera, sobre a ILC, “[acho que sim, acho que é de avançar](#)”). Mas, fosse lá pelo que fosse, os dias foram passando, algumas semanas se esgotaram — e nada, da advogada do Porto nem uma vírgula, quanto mais um texto. Isto, aliás, “custou” [as primeiras “baixas”](#) na iniciativa mas também teve, pelo contrário, o mérito de começar a “separar o trigo do joio”, quem trabalha de quem diz, quem faz de quem só fala, quem é sério de quem gosta de brincar com coisas sérias.

O caso era que entretanto se tinha perdido um tempo precioso devido à espera inútil pela “generosa oferta”. Tornava-se ainda mais urgente redigir o texto. Sem texto não havia ILC, sem ILC acabava a luta — porque [não havia mais nada](#).

Portanto, com a ajuda pontual deste e daquele voluntário, desta e daquela militante, e com revisões sistemáticas por parte de toda a gente que de alguma forma colaborou, lá se chegou a uma versão minimamente aceitável do texto. Tínhamos enfim conseguido ultrapassar uma das maiores dificuldades, pelos nossos próprios meios, sem qualquer apoio fosse de que entidade fosse. Um verdadeiro milagre.

Neste ponto convém relembrar um facto de que, pelos vistos, já toda a gente se esqueceu: nós apenas tínhamos aventado a possibilidade de a “sociedade civil” avançar com uma ILC para suspender ou revogar a entrada em vigor do AO; não pretendíamos de forma alguma, até porque não tínhamos qualquer espécie de organização ou meios próprios, levá-la nós mesmos ao Parlamento. Existem diversos documentos, incluindo

textos, notícias e [gravações](#), que plenamente comprovam este facto. Por exemplo, em Dezembro de 2009 enviámos aos órgãos de comunicação social um “[comunicado de imprensa](#)” que referia expressamente aquilo que se pretendia.

(...)

A iniciativa, que conta já com cerca de vinte e cinco mil apoiantes, dentre os quais nomes como Alice Vieira, Lídia Franco ou Garcia Pereira, está alojada na rede social Facebook e, segundo o seu criador, João Graça, esta é uma causa de interesse nacional que, estranhamente, foi abandonada pelos seus iniciais e mediáticos defensores.

Os promotores da [causa](#) estão cientes de que a boa vontade não chega e que o tempo urge, pois existem requisitos e procedimentos que só gente habilitada para o efeito poderá executar, nomeadamente quanto à redacção da referida Iniciativa Legislativa. Com efeito, até hoje houve apenas uma ILC apresentada a votação parlamentar, tendo sido aprovada e tendo por conseguinte passado a vigorar como Lei (a qual foi apresentada em 2007, sob a égide da Ordem dos Arquitectos).

Para que a ILC pretendida pelos defensores deste projecto chegue ao Parlamento e possa vir a ter algumas hipóteses de sucesso, é necessário que surja uma entidade portuguesa, credível e prestigiada, disposta a assumir e patrocinar a causa, disponibilizando a sua sede e os seus próprios serviços jurídicos e administrativos. Havendo entidade patrocinadora, será necessário formar uma Comissão Representativa que redigirá o texto da ILC que os cidadãos irão subscrever e que será sujeita a votação parlamentar. Só então, recolhidas e validadas as 35.000 assinaturas necessárias, será possível dar entrada do processo na Assembleia da República.

(...)

Escusado será dizer que foram por nós contactadas diversas entidades que se enquadravam no “perfil”: da área cultural, socialmente transversais, ou seja, sem ligações político-partidárias, sem fins lucrativos, de preferência ligadas às “letras” e mais preferencialmente ainda de implantação nacional, isto é, não circunscritas, restritas ou limitadas de alguma forma.

Aquele mesmo “comunicado de imprensa” tinha por intuito funcionar como um apelo público (e pungente, admitamos) para que alguma organização “se chegasse à frente”.

De novo, escusado será dizer que não houve qualquer resposta. Nem uma só. Nada. Será necessário fazer um desenho sobre o que isto significa?

Mantivemos ao longo de vários meses contactos com diversos órgãos de comunicação social, o que implicou umas quantas [entrevistas, até por telefone](#), e algumas referências à iniciativa em artigos na imprensa; portanto, as fundações e associações culturais, os “círculos” e “grémios” literários, não podem dizer que não sabem, alegar que nunca ouviram falar do assunto. Se mantiveram uma mais do que prudente distância e um mais do que ensurdecedor silêncio em relação à iniciativa (e à Causa, por junto e por conseguinte), então lá terão tido as suas “razões”, pois com certeza, mas certamente não esperaríamos que a dita iniciativa morresse ali mesmo, à conta e por causa das “razões” que os dirigentes das entidades culturais portuguesas tinham para não fazer absolutamente nada em defesa da Língua Portuguesa. Claro que poucas ou nenhuma das ditas entidades, mesmo as totalmente privadas, são independentes em termos financeiros; quase todas — ou todas mesmo — dependem de financiamentos do Estado. Por conseguinte, qual delas se atreveria a confrontar o Estado, se é deste que em absoluto dependem?

[A 19 de Fevereiro de 2010, na sequência de uma entrevista à rádio TSF, aquele canal publicou](#) o seguinte: «*Apesar de estar esperançado em repetir o feito, João Pedro Graça alertou que o tempo urge, porque se não*

surgir essa entidade credível terá de ser o movimento a criá-la.»

Ora aqui está. Foi por termos sido literalmente atirados para os cornos da besta que avançámos nós mesmos contra a horrenda criatura. Visto que [a gente “de algo” estava algures, ocupadíssima lá com as suas coisas](#), e que as fundações e associações, mai-los grémios e os círculos, se estavam positivamente nas tintas para o assunto, pois então vamos nós à luta, nós mesmos, simples *peões*, gente do povo, sem quaisquer outras armas além de coragem, determinação e sentido do dever.

Na verdade, como pela presente *amostra* se comprova, é muito fácil de entender — e difícilimo de suportar — o motivo pelo qual “chegámos a isto”, a esta *austera, apagada e vil tristeza* de que falava Camões há quase cinco séculos: muitos filhos dos que em tempos deram novos mundos ao mundo e se foram da lei da morte libertando, nestes novos tempos dão palpites em volta de um buraco e preferem continuar à sombra descansando.

Mas outros não. Lá diz o povo: “quem sai aos seus...”

A imagem de topo foi copiada do “blog” [Sociologia para Principiantes](#).

[R1_141115]

Sejamos realistas

«Avaliei-te mal e por isso te peço desculpas. Mas podes crer que passei a ultima hora a ver o teu site e a encher-me de emoção. E vou agora ao correio despachar a petição contra o AO. Creio tratar-se de uma causa perdida mas ela ainda é mais bela por isso mesmo.»

M.G., 15 de Abril 2010 (email)



Uma das maiores dificuldades *operacionais* sempre foi esta tremenda [confusão entre o que é uma petição e o que é uma ILC](#), que não são de todo uma e a mesma coisa, nos pressupostos, nos requisitos, nas formalidades: carregar em dois ou três botões de computador não tem nada a ver com preencher um impresso correctamente.

Por maioria de razões, se demonstrar as diferenças ILC e petição, em geral, já era difícil, então muito pior era conseguir explicar que a [petição “de” VGM](#) e a ILC-AO distinguem-se nas finalidades, no alcance, na eficácia: pedir (é o que significa “petição”) ao Parlamento que sejam tomadas [medidas rectificativas](#) quanto ao “acordo ortográfico” é totalmente diferente de apresentar ao mesmo Parlamento um [Projecto de Lei para a revogação da entrada em vigor do dito “acordo”](#).

São de facto coisas diversas, mas a verdade é que tornou-se uma espécie de missão impossível fazer passar a mensagem, de tal forma a crença de que “isto é tudo a mesma coisa” se arreigou no subconsciente das pessoas. Por mais que se explique a este e àquele, pessoalmente, surgirá sempre mais e mais gente com dúvidas sobre isso e até há quem se recuse de toda a maneira e feito a aceitar qualquer tipo de explicação ou esclarecimento: “é uma estupidez” e pronto, acabou-se, aliás “eu cá já assinei isso na Internet”. Claro, respondemos, com infinita paciência, deve ter “assinado” a petição/manifesto, não tem nada a ver.

Petição essa, note-se, cuja recolha de “assinaturas” (electrónicas) jamais foi encerrada, continuando ainda hoje, 6 anos após a sua [“discussão”](#) e arquivamento, [o número de “assinaturas” a aumentar](#). E não se ficava por aqui a influência, a “sombra” da petição sobre a ILC. As próprias perspectivas de sucesso da iniciativa legislativa estavam *a priori* algo limitadas pelo “manifesto”, dado o seu [arquivamento sumário, sem qualquer efeito prático](#), funcionar politicamente como um precedente negativo para qualquer outra acção (ou pretensão) subsequente no mesmo âmbito.

Para que a situação de impasse pudesse ser ultrapassada, portanto, seria necessário que a ILC chegasse ao Parlamento com um potencial, uma carga política enorme, ou seja, com um número de [subscrições formais](#) esmagador, numa quantidade (e qualidade) que os 230 deputados não pudessem ignorar. Visto que o universo de [portugueses que se interessam pela questão rondará os 200.000](#), então as [35.000 exigidas por lei](#) — o que é, já de si, uma exorbitância — não seriam suficientes. A condição *sine qua non* para que a iniciativa tivesse sucesso passava pela garantia de que o [Projecto de Lei](#) fosse sujeito a escrutínio dos deputados por voto secreto; o que significaria um acordo prévio, em sede de “conferência de líderes” das bancadas parlamentares, para que fosse aberta uma excepção e no caso daquela votação não existisse “disciplina partidária”: cada deputado votaria segundo a sua própria consciência e não, como quase sempre sucede, consoante as orientações da respectiva direcção partidária.

Sem esta garantia, não tenhamos ilusões, a ILC-AO não teria qualquer hipótese de vir a ser aprovada: os [partidos políticos responsáveis pela aprovação](#) da [RAR 35/2008](#) não iriam jamais reconhecer formalmente o seu erro, porque semelhante recuo lhes acarretaria custos políticos incommensuráveis, nomeadamente em termos de relações internacionais e de compromissos assumidos no plano interno.

Portanto, reunir 35.000 assinaturas era um objectivo “condenado à partida”, levar a ILC ao Parlamento era “impossível”, revogar a entrada em vigor do AO90 era “uma causa perdida”. Pois nem assim desistimos e, ainda por cima, pelos vistos o “impossível” não nos chegava, era *poucachinho*, a coisa teria de ser ainda mais “impossível”: quais 35 mil quais quê, tripliquemos a parada, temos de ultrapassar as 100.000 assinaturas!

Ora aqui está, em toda a sua “louca” simplicidade, [a razão do “segredo” que mantivemos até ao limite do humanamente tolerável](#). Eis, portanto, o motivo principal (há outros) pelo qual sempre resistimos a divulgar “[quantas assinaturas temos](#)”: não era esta à partida uma “causa perdida”? Então para quê perdê-la antes de tempo, que só poderia ser nunca, porquê desistir antes de se ter esgotado esse tempo, que é por definição infinito quando se luta por uma Causa justa?

A palavra-de-ordem em [Paris, no Maio de '68](#), era “sejamos realistas, exijamos o impossível”. Salvas as devidas distâncias, históricas, geográficas e políticas, em Maio de 2010 nós por cá éramos também assim — realistas.

A “máquina” que montámos para conseguir o mais impossível dos impossíveis fundamentava-se naquela parisiense, esperançosa, ingénua máxima. Já tínhamos um símbolo para a luta, [o logótipo](#) que funcionava como bandeira da iniciativa; [o texto da ILC, mal ou bem](#), e houve quem chamasse àquilo de “bela porcaria” para baixo, muito obrigado, estava finalmente pronto e publicado; existia um núcleo de “operacionais” mais ou menos definido, com uma estrutura mínima de comunicações e já com alguma distribuição de “pelouros”, consoante as competências e a disponibilidade de cada qual .

Montou-se um [novo “site”](#) em tempo “record” e disponibilizaram-se por diversas vias os impressos de subscrição. Para o envio das assinaturas por correio convencional, alugou-se um Apartado numa estação central dos CTT. Quanto a isto, houve até uma coincidência curiosa: calhou-nos o número 53, era portanto o Apartado 53 contra a Resolução 35, um inverso mesmo a calhar, nem de propósito.

Poucos dias após o arranque da campanha, [fomos informados pelos serviços parlamentares de que os impressos afinal não poderiam ser preenchidos “online”](#), quando já tínhamos pronto e a funcionar um muito complexo programa para o efeito. Foi um choque, tremenda decepção (tenhamos sempre presente que tudo era absoluta novidade para toda a gente), mas esta contrariedade tremenda acabou por resultar também na nossa [primeira vitória: passou a ser possível o envio, não apenas para a nossa mas para qualquer ILC subsequente, do impresso passado a “scanner”, digitalizado, como anexo de e-mail](#).

Trata-se, obviamente de novas realidades a que temos de nos adaptar. A lei não pode prever tudo nem é desejável que o faça. Parece-me que desde que a assinatura corresponda sempre à assinatura constante do BI ou cartão de cidadão a declaração de subscrição devidamente preenchida e assinada (em papel) pode também ser digitalizada e enviada como anexo por correio electrónico.

Fico ao dispor como sempre.

Ana Paula Bernardo

Assembleia da República

Divisão de Apoio ao Plenário

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado

A primeira subscrição da ILC-AO que nos chegou por correio electrónico foi a de [Theo Leiroz Biel](#), uma senhora de Oeiras, firme e perseverante anti-acordista.

Ao longo do tempo, infelizmente, esta possibilidade de envio dos impressos digitalizados por e-mail acabou por se tornar algo extremamente difícil de gerir, manusear, verificar e até de arquivar: muita gente não tem conhecimentos técnicos suficientes para o efeito. Chegámos a receber fotografias em alta resolução dos impressos preenchidos, ficheiros gigantescos (de muitos Megabytes) e mesmo algumas imagens em que se vislumbra vagamente o impresso preenchido em cima de uma mesa!

Aliás, só esta parte dos incidentes com impressos de subscrição daria para escrever um pequeno folheto de anedotas: subscrições repetidas (até a triplicar), papeis só com a assinatura e sem mais nada, outros com todos os dados mas sem qualquer assinatura, muitos preenchidos em computador com uma imagem da assinatura em vez desta, outros ainda literalmente ilegíveis, de uma ponta à outra ou só em parte, textos de declaração “de autor”, ou seja, pessoas que não gostavam da que estava no impresso e portanto reescreviam a coisa conforme lhes dava na gana; e assim por diante. No total, a percentagem de subscrições inválidas (não contadas, é claro) andarão pelos 15% a 20%, uma em cada cinco ou seis.

Talvez tenha sido por extrema preocupação quanto a este tipo de “dados” que certo indivíduo fez questão de, pouco tempo após o início da recolha de assinaturas, apresentar sucessivas queixas junto da [CNPD \(Comissão Nacional de Protecção de Dados\)](#). Um indivíduo não identificado e que recusou identificar-se, bem entendido, mas nem por isso me livre de *assados*. Uma coisa verdadeiramente kafkiana. Sendo o primeiro subscritor, tive de abrir um processo de “licenciamento” da recolha de assinaturas para a ILC, garantindo a confidencialidade dos dados dos subscritores e [responsabilizando-me pelos ditos dados, a sua guarda e conservação](#); apesar de a [lei que regula as ILC](#) garantir uma série de prerrogativas aos promotores e voluntários deste tipo de iniciativas cívicas (gratuidade e liberdade de movimentos, por exemplo), tive de declarar expressamente que não iria ser efectuada qualquer espécie de recolha ou tratamento de dados dos subscritores; ou isso ou teria de pagar uma taxa pelo “licenciamento”...

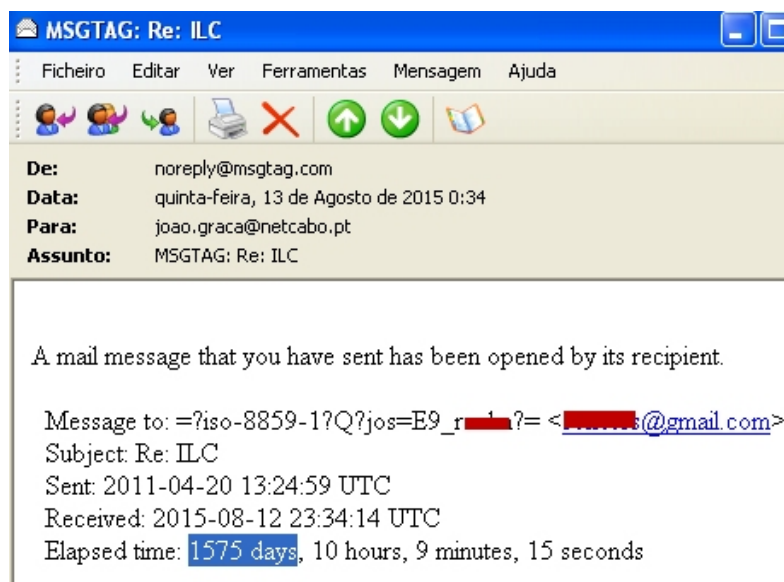
Como sabemos, qualquer pessoa ou qualquer patife pode, em Portugal, comprar seja que processo legal for, bastando ter dinheiro e conhecimentos (“contactos”) suficientes para literalmente tramar quem quiser, quando quiser e onde quiser. Qualquer acusaçõzinha vale, por mais descabelada, infundada ou absurda que seja. Um processozinho até pode sair baratinho, lá isso, ó amigo, hem, depende, mas arranja-se sempre, vossemecê vem da parte de quem, hem?

E se é assim tão fácil quanto a processos judiciais, que envolvem forças policiais, Ministério Público e tribunais, imagine-se a facilidade que não será em casos de simples procedimento administrativo, como acontece nas “denúncias” à CNPD: o “denunciante” nem tem de se identificar e nem mesmo tem de demonstrar coisa alguma quanto à validade da sua “denúncia”. Denunciou, pronto, está denunciado — e sequer tem de pagar seja o que for. Claro que, recebida a “denúncia”, a CNPD só tem que cumprir as suas atribuições, investiga o “denunciado”, intima-o a “licenciar” os dados (Mas quais dados? Para que quero eu ou quereria alguém os dados das subscrições da ILC? Para ir votar em vez dos subscritores?) e por fim abre o processo, autoriza-o (ou não o autoriza) e faculta publicamente, aí sim, publicamente e em especial ao (patife) “denunciante”, todos os dados — incluindo os realmente pessoais — do responsável por uma “recolha de dados”... que nunca existiu!

Não é “maravilhoso”?

Isto foi só o primeiro indício daquilo que aí vinha. Mal suspeitávamos nós, no muito restrito grupo de activistas de então, que se estava já encetando uma batalha com laivos de “clandestinidade”, em que nos iríamos rapidamente habituar a cuidados, a rotinas de prudência mais próprios da luta subversiva numa ditadura do que de uma simples acção cívica num país europeu, em qualquer regime democrático.

[R1_141115]



«São extraordinários, disse Craft baixo a Carlos, procurando o chapéu. Desorganizam-me, preciso ar!...»
“Os Maias”, Eça de Queirós

Tralhada na Hora

A “[Empresa na Hora](#)” foi uma coisa muito engraçada que [José Sócrates](#), um dos espíritos mais “nas horas” que havia (por exemplo) em 2006, se lembrou de inventar absolutamente de raiz e sozinho e tudo. A ideia dele, digo eu, a julgar pela designação da coisa, seria com certeza tornar possível a qualquer cidadão criar uma empresa numa hora e, melhor ainda, não há cá maçadas, bastava o cidadão-futuro-empresário dizer a sua expectante consorte, olha, Maria, eu vou só ali criar uma empresa e já volto. E assim como a “Empresa na Hora”, seguindo a mesma lógica de um mínimo de formalidades imediatas para um máximo de complicações futuras, foi também lançada a “[Associação na Hora](#)”, dando provimento ao caso de a alguém dar na veneta tornar-se de repente já não empresário mas antes dirigente associativo, ou assim. Não me consta que tenha sido criada a “Tertúlia na Hora” ou o “Clube de Futebol na Hora”, apenas para citar dois exemplos de coisas que a qualquer um pode apetecer fundar expeditamente, mas não percamos a esperança, estas duas outras ferramentas de “e-gov” estarão certamente ao dispor dos portugueses em breve.

Isto para explicar a situação ligeiramente problemática, ou de grande entalço, vá, em que nos achámos a certa altura, e a forma de que alguém se lembrou para sair dela: como [nenhuma entidade se chegou à frente para patrocinar e encabeçar a ILC](#), pois, porque não, toca a criar nós mesmos a nossa própria Associação para o efeito: vamos ali à “Associação na Hora” e pronto, está feito, já temos entidade, assim sim, vai correr bem.

Correu mal. Ui, mas que mal aquilo correu, valha-me Deus!

As chatices começaram logo pelo nome da dita “Associação”. Nestas coisas que teoricamente são feitas “na Hora” há umas listas de nomes à escolha, não é chegar lá e dizer “olhe, fazia o favor de tomar nota, a nossa Associação vai chamar-se Assim ou Assado”. Ora, as listas de designações não são infinitas, por um lado, e não se pode repetir (evidentemente) um nome já registado. Portanto, seleccionadas das designações que restavam as muito poucas que poderiam ter alguma coisa a ver com uma ILC contra o AO90, dispúnhamos de 4 ou 5 nomes “à escolha”.

Nessa altura, o grupo de “promotores” ainda era relativamente grande e as decisões eram tomadas por votação, o que significa, para abreviar uma possível longa dissertação sobre a matéria, que muito raramente se conseguia decidir fosse o que fosse em tempo útil e muito menos a contento de todos; formavam-se grupinhos dentro do grupo, havia manobras de pressão, birras, discussões, intrigas a granel. A designação que ganhou a

votação foi esta coisa extraordinária: “Associação Lusófona Capítulo da Palavra”. Sim, bem sei, é um horror, mas, parafraseando a [Teresa do “Big Brother”](#), *isso agora não interessa nada*.

Bom, pronto, siga, isto é uma democracia, lá fomos nós, uma delegação de três, vira à direita, vira à esquerda, até à [Rua Augusto Pina \(se bem me lembro\)](#), levávamos um dossier com os estatutos e demais papelada necessária, incluindo o respectivo chequezinho, ora cá está, número 21, é aqui mesmo: “FECHADO”. Azar, tínhamos chegado 5 minutos tarde demais.

Abençoados 5 minutos. É nas dificuldades que se vêem os amigos, lá se diz no lugar-comum, que é um sítio onde por vezes se dizem coisas acertadas. Aquele grupo de “promotores” da ILC acabou por se desfazer, as zangazinhas agudizaram-se, as intrigas — que são minas com retardador — deram cabo daquilo tudo em poucos dias, a maior parte dos “promotores” desapareceu sem deixar rasto; alguns lá terão regressado às suas [cadernetas de “causas”](#), imagino, e pelo menos um foi a correr fundar o seu próprio grupo no Fakebook, que é óptimo, como sabemos, para virtualmente fundar tudo e mais alguma coisa “na hora”.

Existem afinal imensos sistemas destes, o Primeiro-Ministro de 2005 a 2011 apenas atirou mais dois para o barulho, na verdade ele há de tudo “na hora”.

Até há processos mentais “na hora”. Tomando de empréstimo a ideia de Miguel Esteves Cardoso, que “descobriu” os DAQOMPEB*, nós temos, nas hostes ditas anti-AO90, os AETECI: pessoas que dizem “Ah, E Tal, Eu Cá Ignoro (o acordo ortográfico)”.

Um exemplo na Internet: «[Por isso, NUNCA hei-de adoptar esta última versão do acordo.](#)»

Ou centenas de exemplos na Internet: “[ignoro o acordo ortográfico](#)”.

Os AETECI dizem (e escrevem) umas coisinhas assim, acham-se o máximo, assunto arrumado, não se fala mais nisso, se eu ignoro o AO então o AO não existe. Alguns chegam ao ponto de preceder tão lapidares [pichagens](#) verbais com uma recomendação não menos lapidar: “façam como eu”. Ou seja, “façam como eu, ignorem o AO e pronto”. A sério. Já li muito disto, por aí, dezenas, centenas de vezes.

Um processo mental “na hora”, de facto: qualquer problema resolve-se, extingue-se por si mesmo quando simplesmente é ignorado. “Raciocínio” brilhante, não? Como dizia o velho Craft, estes portugueses “são extraordinários” e desorganizam mesmo, tornam-se até sufocantes, quando não hilariantes — os seus rasgos de *inteligência*... na hora. Claro que é incomparavelmente mais fácil passar o tempo a *coçar a micose*** e a debitar umas larachas do que a fazer alguma coisinha de útil ou prático. Quantos dos AETECI poderiam ter subscrito a ILC e não o fizeram apenas por puro comodismo, por simples preguiça? Quantas pessoas terão deixado de assinar o papel por terem lido as inúmeras pichagens dos AETECI apelando à “ignorância”?

Estamos a falar, nunca será demais repetir esta condicionante básica, de um “[universo de cerca de 150.000 cidadãos](#)” portugueses que poderiam ter feito a diferença, caso se tivessem dado à maçada de preencher e enviar o impresso. Pois, ainda assim, [um pouco mais de 10% desses cidadãos deram-se mesmo ao trabalho de subscrever a Iniciativa Legislativa de Cidadãos contra o AO90](#). Em papel. Com assinatura à mão. Enviando o dito papel dentro de um envelope, na maior parte dos casos, sendo necessário ainda preencher o espaço para o destinatário, comprar o selo, colá-lo no envelope e ir levar este a um marco de correio...

Nada mau. Honra lhes seja feita, a estes heróis. Que dos outros não reza a História. Mas reza, porque fizeram (infelizmente) parte dela, esta história.

Não foram só os [consumidores de causas](#), os arrivistas e oportunistas ou os pára-quedistas em geral e os AETECI em particular. Houve também muita gente que se destacou por um ainda mais caprichado tuguismo, isto é, trata-se de pessoal que exige tudo “na hora” mas que nunca faz seja o que for em menos de muitas, imensas, milhares de horas. Há documentos, há provas, há espectaculares demonstrações deste tipo de nacional-porreirismo.

Salta o desenho. O serviço [MSGTAG](#) é excelente e serve para ilustrar o caso na perfeição: quando enviamos uma mensagem de email, o sistema devolve-nos um “recibo” assim que o destinatário a abrir. Como se pode

ver pela imagem [anexa](#), que sirva de exemplo, salvo seja, foram “só” 1575 dias, 4 anos e picos entre envio e recepção, pfff, o que é isso, uma bagatela.

Há por aí muito boa gente que acha absolutamente normal levar meses a responder (“sim” ou “não”, por exemplo) a uma coisa que deveria ter sido decidida, resolvida, despachada no dia anterior ao da pergunta. Há uma atávica e pelos vistos obrigatória obsessão pelas férias, daí as sucessivas “travessias do deserto” a cada Verão, essa estranha “silly season” que em Portugal é particularmente “silly” e eternamente “season”. Como sempre, o exemplo vem de cima: porventura algum dos nossos governantes prescinde das suas sagradas férias, por mais grave ou até desesperada que esteja a situação do país?

No entanto, em se tratando de apurar os resultados daquilo que não fez ou para que sequer minimamente contribuiu, ah, quanto a isso já o tuga demonstra uma pressa tremenda, uma urgência que só visto. Indigna-se, por vezes com extrema violência, quando regressa das suas sagradas férias, ainda sacudindo a areia dos xanatos, se vê que as coisas não andaram, não estão despachadas, se algo está parado ou por fazer. Mas o que é isto, hem, pergunta o tuga, então afinal ainda não “temos” as assinaturas suficientes, hem, váláver, mas afinal “quantas assinaturas *temos nós*“, ao certo, hem, isto assim não vai lá, não há já aqui as assinaturas todas, então o que há aqui é “falta de transparência”, sim, que isto vocês (neste ponto já não é “nós”, é “vocês”) estão a demorar “muuuuuuuuuuuuito tempo”!

Se é isto o chamado “fogo amigo”, então quanto a amizades ficámos (e ficamos) cientes. São uns indignados profissionais, os tugas. A indignação do tuga é directamente proporcional à sua própria inércia, sendo portanto os seus acessos de “indignação” uma simples operação algébrica: quanto menos faz, mais vezes e mais violentamente se “indigna” por aquilo que não fez ainda não estar feito.

Como facilmente se adivinha, o AO90 não vai de férias e é precisamente enquanto a maioria está a banhos que os acordistas mais trabalham; estes, por acaso e para variar, não dormem em serviço. Como ainda mais facilmente se adivinha, não é lá muito conveniente recolher assinaturas para uma iniciativa cívica utilizando o mesmo [método de D. Corleone](#); não é legal, pelo menos em Portugal, fazer a um cidadão “uma proposta que ele não poderá recusar”, ou seja, apontando-lhe uma pistola à cabeça e garantindo-lhe que “ou a sua assinatura ou os seus miolos, uma dessas duas coisas vai estar no papel” dentro de momentos.

Se fizéssemos isto, seríamos decerto julgados e condenados. Desta vez, na hora mesmo, sem aspas nem mais trapalhadas. E muito justamente.

<https://www.youtube.com/watch?v=HCu9vOpwMp0>

*DAQOMPEB: Deixa Arder Que O Meu Pai É Bombeiro

**sem *copyright*, uma expressão lapidar de [Jorge Rabaça](#), veterano activista da ILC.

[R1_141115]



A voz do Povo

Em [17 de Dezembro de 2009](#) enviámos a primeira “press release” para diversos jornais e estações de rádio. No último editorial desse ano, o jornal “Público” declarava oficialmente a sua rejeição do AO90. Janeiro de 2010 foi o mês de lançamento do “site” da ILC-AO. A 19 de Fevereiro, [a iniciativa foi pela primeira vez divulgada por um órgão de comunicação social](#): rádio “TSF”, entrevista da jornalista Cláudia Arsénio. Em Março, duas outras entrevistas: no dia 1, ao “Rádio Clube Português” e, no dia 25, de novo à “TSF”. No dia 8 de Abril teve início a recolha de assinaturas. E apenas 6 dias depois aconteceu a primeira entrevista da iniciativa a um canal de televisão: “SIC Notícias”, no Jornal das 9, então conduzido pelo jornalista Mário Crespo.

Esta última entrevista, que contribuiu decisivamente para o lançamento da ILC-AO, resultou de diligências pessoais de [Maria do Carmo Vieira](#) (que me contactou pela primeira vez em 17.02.10), professora, veterana activista da luta contra o “acordo ortográfico”; foi aliás o seu, e muito justamente, até pelo imenso [trabalho de divulgação](#) que desenvolveu ao longo de vários anos, o primeiro perfil que publicámos na “galeria” de subscritores, militantes e apoiantes da iniciativa.

Além dos [primeiros fundadores](#), ainda em meios virtuais, houve felizmente quem se apercebesse de que, a haver uma solução para (liquidar) o AO90, ela só poderia passar por uma ILC.

A começar por [Gisela Pereira](#), florista, de Lisboa. Acompanhou desde a primeira hora todo o processo de fundação da ILC e nela colaborou activamente, com imenso e muitíssimo competente trabalho.

A partir de Fevereiro de 2010 e até finais do ano seguinte, foram surgindo muitas outras pessoas que igualmente deixaram nesta luta a sua marca pessoal, indelével, insubstituível.

Em Abril, dia 28, surge [Maria José Abranches](#), uma professora de Lagos que teve ao longo de pelo menos 4 anos uma acção importantíssima, nomeadamente através dos seus textos, de grande rigor e coerência.

A seguir, em 23 de Setembro, aparece [Paulo Jorge Assunção](#), jurista, de Carcavelos. Excelente orador, como mais tarde todos pudemos constatar. Produziu um [parecer jurídico](#) sobre a ILC-AO e integrou delegações representativas da iniciativa em diversas ocasiões, [nomeadamente no Parlamento](#).

Já no ano de 2011, a 2 de Fevereiro, junta-se-nos [Paulo Costa](#), de Lisboa, formador de profissão e “blogger” por gosto. Sempre firme neste combate, continua ainda hoje a publicar no seu “blog” excelentes (e cirúrgicos) textos sobre a “cacografia”, denunciando também o [cAOs](#) que se vai já instalando por aí.

De seguida, a 20 de Março, recebemos [Rui Valente](#), de Coimbra, técnico de Teatro. Com participação em todas as áreas de actividade do movimento anti-AO, foi o primeiro activista a representar “oficialmente” a Iniciativa.

Em 31 de Maio, junta-se à luta [Octávio dos Santos](#), de Lisboa, jornalista e escritor, um indefectível adversário do acordismo. Publica em diversos órgãos de comunicação social e na “blogosfera” e participa em várias discussões “online” sobre o assunto, sempre com a frontalidade que o caracteriza.

E uns meses depois de Rui Valente integrar a ILC, surge a 15 de Dezembro a bióloga e tradutora [Hermínia Castro](#), de Setúbal. Desenvolveu, ao longo de mais de três anos, um imenso trabalho de divulgação e organização, incluindo, em várias ocasiões, o difícil papel de “porta-voz” da Iniciativa.

Foi aliás com aqueles dois camaradas, Hermínia Castro e Rui Valente, que se formou o “núcleo operacional” da ILC. Em várias ocasiões deslocaram-se ambos a Lisboa, o Rui vindo de Coimbra e a Hermínia de Setúbal, expressamente para reuniões de trabalho em que, na maior parte dos casos, estávamos presentes apenas nós os três. Algumas pessoas ficaram convencidíssimas, a julgar pelo volume e pela frequência da publicação de conteúdos, de que nós tínhamos uma grande equipa a trabalhar, que haveria com certeza muita gente no “staff”, mas não, de todo: quase tudo foi feito só por ela, ele e eu.

Quase tudo, sim, mas com imensas ajudas, é claro. Esporádicas e espaçadas, consoante a disponibilidade de cada qual, mas é de inteira justiça referir outras pessoas que contribuíram de alguma forma para a Causa em geral ou para a ILC em particular.

[Graça Maciel Costa](#), tradutora, vive e trabalha em Almada. Sempre fez tudo o que pôde, e foi de facto muita coisa, entre textos e imagens, no nosso “site” e também no Facebook.

[Jorge Rabaça](#), que gere dois *cafés* e em ambos não apenas recolheu assinaturas (foram largas dezenas!) como ajudou as pessoas a preencher os impressos; criou até um sistema, no seu telemóvel, para obter rapidamente os dados de eleitor.

[Ana Almeida](#), dona de uma [lavandaria](#) em Carcavelos. Em 2012 (lá chegaremos) estive num evento da ILC-AO em Zamora, Espanha.

[Maria Pereira](#), professora (“de Algures, Norte de Portugal”), uma das militantes que preferiram optar pelo anonimato. Entre muitas outras acções, promoveu a ILC junto de todas as direcções escolares e de [toda a hierarquia superior da Igreja Católica](#) em Portugal.

GF, outro “anónimo”, do Porto, lançou um “site” de apoio que acabou por se revelar um grande sucesso em termos de promoção do movimento anti-AO90: <http://www.portuguespt.com/>

[Isabel Coutinho Monteiro](#), tradutora, do Estoril. Indefectível apoiante, tem diversas participações no nosso “site”.

[João Ricardo Rosa](#) (emigrado na Alemanha), um jovem algarvio com imenso talento na área das “novas tecnologias”, realizou diversos trabalhos de imensa valia técnica, em especial uma [aplicação para Firefox](#) que permite “ler” qualquer página de Internet em Português-padrão.

O *Ti Manuel*, sapateiro e saxofonista, natural da [Amareleja](#) (“a terra mais quente de Portugal”, como ele não se cansa de repetir), que do alto dos seus 82 anos é homem de dar excelentes conselhos e de dizer coisas acertadas (“isso do acordo é uma parvoíce”, por exemplo).

Enfim, muitas outras pessoas poderiam ser aqui mencionadas — e algumas sê-lo-ão ainda com certeza — mas estes exemplos já dão uma boa ideia do “nosso povo”, o povo da ILC-AO.

Um povo mergulhado naquela que se sabia de antemão iria ser uma luta absolutamente desigual e mesmo, sejamos claros, potencialmente perigosa: lutar contra o AO90 é lutar contra quem, ao certo, contra que interesses instalados, que jogos de poder, que manobras de bastidores, que (e quão) tenebrosos homens-de-mão, testas-de-ferro, agentes infiltrados, sabotadores, traidores, hipócritas, mentirosos compulsivos, vaidosos patológicos?

Ao fim e ao cabo, todos o sabemos hoje e sinceramente espero jamais alguém tenha sequer tentado ignorar tão esmagadora evidência, esta luta não é para meninos (ou meninas). Não vamos a lado algum nem com a ingenuidade da pura retórica nem com argumentos tibios; não pode conseguir-se seja o que for na base de tecnicismos bacocos, deixando assim resvalar o combate para um “debate” de aspectos técnicos num assunto que de técnico nada tem; não se combate a mediocridade dos acordistas passivos, a vaidade dos acordistas militantes e as negociatas chorudas dos mentores de uma óbvia manobra política apelando simplesmente à sua “compreensão”, pedindo-lhes favores, sejam eles quais forem, rogando-lhes a esmola de um “segundo olhar”, isto é, que se dignem considerar uma qualquer espécie de “revisão”. Mas como “revisão”? Que “revisão”? Como se “revê” o absurdo? “Absurdo” é adjectivo e é substantivo também, mas em qualquer dos casos é de sentido absoluto, não admite gradações: não há “pouco absurdo” ou “muito absurdo” ou “mais ou menos absurdo”; ou é absurdo ou não é.

Das duas, uma: ou entendemos que a mentira de Estado se resolve apenas com a verdade, toda a verdade e nada mais do que a verdade, ou então não entendemos afinal coisa nenhuma sobre aquilo que é o “acordo”. Ou se entende que a verdade consiste apenas em revelar o estado da mentira, ou então estaremos a colaborar nós mesmos com ambas as coisas, a mentira e o Estado que a engendrou. Poderá isto porventura parecer um simples jogo de palavras mas, lamento, não sei, como nunca soube, expressar de outra forma aquilo que sempre foram os princípios basilares — e expressos e inerentes e sem alternativa — da nossa luta contra o AO90.

Assim se explicam, por conseguinte e por si mesmas, as dissidências e dissensões nas “hostes” anti-acordistas: cada derrota anunciada é mais um *tiro no pé*, cada manobra suicida não passa disso mesmo, é puro suicídio; ou seja, é traição à Causa e quem tais imbecilidades promove, por vaidade, por sede de protagonismo ou por simples vedetismo, não passa portanto de um miserável traidor.

Ora, precisamente, jamais existiu na nossa iniciativa o mais ínfimo resquício de vaidade, protagonismo ou vedetismo.

As circunstâncias explicam em boa parte, nomeadamente se atendermos à [forma atribulada e isolada como tudo começou, nesta luta](#), porque nunca houve na nossa ILC qualquer tipo de “vedetas”. Sempre foram pessoas absolutamente comuns, em larga maioria, os activistas e voluntários da ILC-AO. Sempre fomos activistas anónimos, no sentido de desconhecidos; nunca privilegiámos quaisquer “figuras públicas”. Algumas destas aderiram à iniciativa, subscreveram-na, militaram nela e por ela, mas sempre ombro-a-ombro com os demais, em absoluto pé de igualdade.

Existe na Bíblia uma expressão que ilustra esta nossa atitude, que é também um princípio, uma postura moral: *Vanitas vanitatum omnia vanitas* (Eclesiastes)

A vaidade, não. A vaidade, nunca! A verdade, sim. A verdade, sempre!

Como se diz no primeiro parágrafo dos impressos de subscrição: « *Somos simples cidadãos que se mobilizam, enquanto “sociedade civil”, na promoção e defesa da Língua Portuguesa em todas as suas cambiantes culturais nacionais.*»

Simplees cidadãos. Tão simples e tão cidadãos como aquele motorista de táxi que me disse, em forma de pergunta, a coisa mais inteligente que alguma vez ouvi (ou li) sobre o AO90:

—**Acordo Ortográfico? Mas as nossas palavras estão erradas?**

Está tudo perguntado, está tudo respondido.

Apenas não está ainda tudo dito...

Imagem: [Roque Gameiro](#) (1864-1935), desenho a lápis e tinta-da-china, “[Pateo do Peneireiro](#)”, Lisboa

O local que Gameiro representou está hoje irreconhecível, praticamente em ruínas, mas nas imagens Google (em Street View) aparece isto escrito numa janela emparedada:

*Cemitério de beijos,
Ainda tens fogo nas tumbas,
Ainda as uvas ardem
Debicadas por pássaros.*

[R1_161115]



Os meus agradecimentos

Estamos cronologicamente mais ou menos a meio desta história (muito) mal contada, é boa ocasião para ir já agradecendo umas coisas, não vá de repente dar-me por exemplo uma travadinha, longe vá o agoiro.

Começo, portanto, por daqui enviar os meus mais sinceros agradecimentos ao [James](#), pelo fantástico Mercedes que disponibilizou ao 1.º subscritor da ILC-AO, que por mero acaso, como sabemos, calhou ser este vosso criado, salvo seja.

É de facto uma bela máquina, este “série C” (ou lá o que é), e à conta dela, com aquela matrícula personalizada e tudo, tenho eu feito um sucesso tremendo aqui pela Costa do Estoril e arredores. Aliás, costumo passear imenso ao volante desta extraordinária viatura, vou ali à Boca do Inferno, por exemplo, amiúde, ou a Sintra ou ao Guincho ou a Manique ou à Buraca, e até oiço os aplausos da multidão que se apinha à borda da estrada para me ver passar, os “ah” e os “oh” de espanto, “olha, lá vai o gajo da ILC-AO, ena, mas que pinta”, e assim, mas que gente simpática, isto por aqui é tudo malta do melhorio.

Escusado será dizer que não há nada como manter um certo estatuto, vá, e portanto não poderia um bacano assim como eu, em tão destacada quanto mediática posição, além de regimento remunerada (estou podre de rico, pois claro), circular por aí montado numa caranguejola qualquer. Pode ser que agora outra alminha caridosa me arranje uma viatura decente, que isto de andar apeado (e quem diz apeado diz montado num Corsa ou num Saxo, por exemplo, que horror) é desprestigiante à brava, lá diz o aforismo dos cámones, “tu és o que conduzes” (ou, no original em língua ianque, “*you are what you drive*”).

Deus te pague, James, ok, por conseguinte, és um tipo *munta* fixe.

Pronto, do carro e do guito já estou despachado, venha outra dose de encómios, e tal, vamos lá a mais uns quantos *obrigadinhos*.

Primeiros as entidades oficiais, as mais assim para o abstracto.

Portantos.

Os meus agradecimentos à [CNPD](#), por ali me terem “ensinado” que não é pública a correspondência oficial entre um cidadão e uma entidade pública. Recebido por email: «*O direito de informação aos visitantes e subscritores deve ser feito nos termos do art. 10º da Lei 67/98 de 26 de Outubro, e não pela divulgação da correspondência trocada com a CNPD.*»

É no que dá alguém armar-se em pessoa bem educada, peço imensa desculpa pelo meu “erro”, caríssima CNPD, em vez de ter perguntado previamente se podia transcrever as minhas mensagens e respectivas respostas, para com isso esclarecer os subscritores da ILC-AO, devia ter reproduzido e publicado logo tudo, pronto, não se falava mais nisso. Mas assim, não, fiquei “ciente”, e por isso agradeço penhoradamente àqueles serviços do Estado, toca a tomar nota, quando pedirem informações à CNPD não podem publicar as respostas da dita CNPD, oh, que maravilha, as respostas são pelos vistos “pessoais”, estão sujeitas a “reserva da vida privada” (dos estatais funcionários, presumo), é como se aquelas perguntas e respostas fossem bilhetinhos entre namorados ou coisa do género.

Ora bem, e a seguir? A quem mais devo agradecer?

Ah, claro, já se me ia varrendo, outro serviço a que devo deixar os meus agradecimentos, não menos sinceros do que os anteriores, é aos CTT, Central de Carcavelos, sita na chiquérrima localidade da Rebelva, por toda a atenção que me dispensou ao longo de quatro anos. Claro que dispensaria eu bem a atenção que me dispensaram, mas as coisas são como são, lá dizia o outro, isto ele não há nada como realmente, cabe aqui reconhecer que eu cá não merecia de todo nem tanta atenção assim nem que aquela gente se maçasse por minha causa ou, melhor dito, por causa da Causa anti-AO e do Apartado 53, 2775-901 Carcavelos, para onde uns tantos cidadãos enviaram uns quantos milhares de envelopes.

Desde a sistemática exigência de documentos e mais documentos para renovar o aluguer da dita caixa postal a cada ano, os CTT lembraram-se de me obsequiar com meia dúzia de chatices avulsas: por exemplo, alguém ali mandou devolver aos remetentes (quando os havia nos envelopes, o que até é raro) sabe-se lá quantas subscrições por virem endereçadas só a “Apartado 53”, sem “Excelentíssimos Senhores Fulanos de Tal” ou coisa que o valha; depois disto, ainda não satisfeitos com as deferências e mesuras à minha excelentíssima pessoa, foi-me exigido entregasse “uma lista de nomes” que passariam a ser os únicos aceitáveis para constar no espaço para o destinatário nos envelopes; indiquei os *acrónimos* “ILC” e “ILC-AO”, com as respectivas variantes grafadas por extenso, mais o meu próprio nome (idem, as iniciais “JPG” e minha graça com as letras todas); tive ainda de apresentar cópias da legislação (CRP e lei 17/2003) que garantia aos CTT não estarem a ser aldrabados pelo responsável pela “iniciativa cívica” requerente, sim, que isto nunca se sabe com quem estão os Correios a lidar, há por aí gatunos e bandidos a alugar apartados nos correios que até ferve, ele é droga em barda e pornografia a granel, pois claro, assinar contratos, mostrar documentos, entregar cópias de tudo e mais alguma coisa não chega para nada, há que assegurar a legalidade e a “transparência”, raios.

Pois aqui ficam, repito, os meus penhorados agradecimentos por tanta e tão amiudada preocupação dos CTT (da Rebelva, essa simpática localidade) para com a ILC-AO em geral e para com a minha pessoa em particular, aproveitando o ensejo para, já agora, agradecer também por me terem obrigado a esperar sistematicamente na “bicha” geral, por vezes ao longo de várias horas, sempre que algum subscritor se lembrava de enviar a sua cartinha com registo — simples ou com aviso de recepção (!!!), por regra contendo essas cartinhas apenas subscrições inválidas, oh, mas que grande azar. Em suma, apreciei imenso o rigor “operacional” dos CTT, que se traduziu, caso fosse possível somar todos os tempos de seca, digo, de espera, em algo como um ou mesmo dois dias de vida que se me feneceram ali, naquele “serviço postal”, com a senha na mão, olhando com desespero (e raiva) para o contador de *tickets* pendurado no alto.

Adiante, despachemos mais uns quantos *muitoóbrigados*, que se faz tarde.

Aqui ficam os meus agradecimentos também, assim em geral, a toda a volta, à maneira de quem dá milho aos pombos, porque são muitos e desconheço suas graças, aos cidadãos (e às cidadãs, sejamos devidamente paritários) cujo modo de vida consiste em “indignar-se” e que, portanto, se “indignaram” à brava o tempo todo comigo (*mas quem eu é que tu pensas que és, hem?*), com a ILC (*vocês são mesmo burros, então não se vê logo que uma petição é que era?!*), com o Apartado (*mas para que raio é isso, hem, então não se vê logo que uma petição...*), com os dados de eleitor (*mas o que diabo vão vocês fazer com os meus dados, hem?!*), com o facto de não haver recolha de dados (*então e agora como posso eu saber se assinei essa porcaria ou não, hem?!*), com a hipótese de haver recolha de dados (*mas o que diabo vão vocês fazer...*), com o espaço para o nome (*é curto, não cabe tudo, onde é que escrevo?, mas que parvoíce*), com o espaço para o número de eleitor (*mas para que serve isto, hem, então o cartão de cidadão não chega?, mas que estupidez*), com os espaços

para Concelho e Freguesia de recenseamento (*então o cartão de cidadão... mas que chatice!*) e até com o espaço para a assinatura: *é assinatura ou é “rubrica”?*

Há quem chame a isto “ossos do ofício”. Porém, agora sou eu quem pergunta (e quem, ainda que vagamente, se “indigna”), mas qual ofício, hem, mas qual ofício?!

(Eia, olha, afinal isto de um tipo se indignar até que não é nada mau, caramba, já me sinto mais aliviado, uff!)

“A Máquina da Indignação” é uma lapidar expressão de [Rui Valente](#); vale como instantâneo do conceito. Os “[indignados](#)” [profissionais](#), vulgo, os tugas, são felizmente uma minoria e o tuguismo está saudavelmente circunscrito em ghettos (especialmente no Fakebook).

No “mundo real”, ou seja, “cá fora”, onde não é assim tão fácil como nas redes anti-sociais para qualquer cobarde armar-se em herói, vivemos numa comunidade com um mínimo de regras: de convivência, de educação, de urbanidade e, no que diz respeito à questão que nos interessa em especial, regras de carácter: não vale tudo, minhas senhoras e meus senhores, meninos e meninas.

E além de regras há também barreiras físicas inultrapassáveis, como é evidente.

Nós, os cidadãos, partilhamos um mesmo espaço, uma mesma “cidade” (no caso, de apenas 200.000 habitantes), com limites — invisíveis mas reais. Há quem diga que os adversários do AO90 são uma espécie de “irreduzíveis gauleses”, como sucede na célebre “[Aldeia de Astérix](#)”. Digamos que não será bem uma aldeia, com tal número de “vizinhos” já estaremos a falar de uma cidade de dimensão média, pelo menos à escala portuguesa, mas a verdade é que mesmo uma grande metrópole, por mais gigantesca que seja, como Londres, S. Paulo ou Nova Delhi, por exemplo, necessariamente acaba, termina, finda. A “nação” (ou cidade ou aldeia) anti-acordista não é, obviamente, infinita. Presumir o contrário é negar a evidência, pretender que a “nação” não tem limites (ou que os limites não são aqueles) é o mesmo que desatar a correr contra um muro que se chama “realidade”.

Por conseguinte, depois de manifestar o meu reconhecimento em particular a alguns “vizinhos”, devo também expressar a outros a minha dívida de gratidão em geral.

Aos desistentes, porque sem eles como termo de comparação não saberíamos o que é a resistência e quem são os resistentes.

Aos medrosos, porque sem eles, idem, não reconheceríamos os corajosos.

Aos intriguistas, porque sem as suas intrigas não conheceríamos os verdadeiros amigos.

Aos viciados em conflitos, que se não existissem teriam de ser inventados para que se pudesse correr com eles.

Aos invejosos, porque se há inveja de medíocres é porque há algo de jeito que a provoca.

Aos plagiadores, porque ninguém roubaria o trabalho de outrem ou as ideias alheias se estas ou aquele não valessem nada.

Aos deslumbrados consigo mesmos por nos terem proporcionado momentos divertidos, grandes barrigadas de riso.

Aos bajuladores, que sempre aparecem quando tudo corre bem e sempre desaparecem quando nem por isso, por me terem dado a oportunidade (e o prazer, se bem que desagradável) de os mandar bajular outro.

Os meus profundos agradecimentos, por conseguinte, às pessoas “difíceis”, digamos assim, que por este mundo de Cristo se reproduzem como pipocas, mesmo sabendo-se que esses, os dos primórdios da iniciativa, não são nada que se possa comparar com os verdadeiros malucos que mais tarde surgiram. Digo “malucos” para facilitar a compreensão. A maluquice é incomparavelmente mais fácil de entender, para as pessoas normais, do que a pura e simples maldade.

Quanto aos maldosos (e malvados), aos hipócritas, maníacos e tarados, o que tenho a apresentar não é evidentemente qualquer espécie de agradecimento.

É outra coisa.

[R2_251215]



Do azar e do medo

O primeiro “choque”, oh, santa inocência: [nenhuma entidade se prontificou a patrocinar a ILC-AO e afinal tivemos de avançar com ela nós mesmos](#), um simples “grupo informal de cidadãos”, sem qualquer tipo de apoios ou meios.



No dia 19 de Fevereiro de 2010 a rádio TSF difundia uma notícia em que, nota-se, as dúvidas já eram mais certezas:

«(...) alertou que o tempo urge, porque se não surgir essa entidade credível terá de ser o movimento a criá-la. Neste sentido, João Pedro Graça apelou à união de esforços e defendeu que os [vários grupos que existem no Facebook](#) e que apoiam a mesma causa teriam mais força unidos.»



O segundo “choque”, oh, santa ignorância: havia naquela altura mais de 73.000 “apoiantes” da iniciativa no [Facebook mas afinal nem 1% deles se deram à maçada](#) de subscrever a ILC-AO.

Logo em Junho de 2010, apenas dois meses após o [início da recolha de subscrições](#), já se podia constatar o óbvio ululante no primeiro “[balanço e contras](#)”:

«São assim, pelos vistos, as chamadas “redes sociais”: muita parra e pouca (ou nenhuma) uva. Salvo raríssimas excepções, toda a gente “subscrive” seja o que for, por assim dizer a granel, desligando-se de imediato e para sempre de todos e de cada um dos assuntos, movimentos e causas que “apoiou” com um simples click de “rato”. Os motivos para este bizarro comportamento constituiriam excelente matéria para um estudo ou uma tese na área da Sociologia, por exemplo, mas há que reconhecer tratar-se de um fenómeno novo e que era, por consequência, imprevisível. Era, porque a partir de agora já não é.»

O terceiro “choque”, oh, santa paciência: o prazo para entregar as 35.000 assinaturas no Parlamento foi marcado para 31 de Dezembro de 2010 mas em oito meses afinal nem 10% tínhamos conseguido.

A 2 de Janeiro de 2011 dizíamos que, afinal, apesar dos choques sucessivos, “[o sobreiro vive](#)”:

«Ainda valerá a pena continuar? Ainda poderemos ter sucesso? Seremos ainda capazes de travar o passo ao monstro “ortográfico”?

Respondamos então de forma clara e decidida: respectivamente, sim, sim e sim!

Ou, vendo a questão de outra forma, por exclusão de partes.

Existe alguma alternativa para acabar com aquele horror além da Iniciativa Legislativa de Cidadãos? Não, não há.»

Depois disto ainda se marcaram sucessivamente mais duas datas como “fim de prazo”, a 25 de Abril e [a 15 de Setembro](#) de 2011, mas é claro que também essas foram ultrapassadas e rapidamente esquecidas, como aliás se verificou ser bem melhor esquecer de todo essa malfadada ideia do “fim de prazo”: a nossa luta não pode ter fim, nunca teve data de validade, jamais será uma luta “a prazo”, até porque o fim do malfadado AO90 não tem (ainda) data marcada.

Na verdade, a luta começou por um objectivo imediato, isto é, entregar a ILC no Parlamento e com isso conseguir-se a revogação da entrada em vigor do AO90, mas com a simples passagem do tempo fomos vendo que o objectivo passava a ser também, e isso já era muito, manter a luta viva: resistir, resistir, resistir!

Reiteremos: a tarefa primordial era levar a iniciativa à Assembleia da República, mas combater a política do “[facto consumado](#)” tornava-se a cada dia mais importante; e isso implicava trabalho, muito trabalho. Foram criados diversos (outros) mecanismos, processos e sistemas de divulgação, de propaganda e, sobretudo, de incentivo à continuação e à organização da resistência: uma rede de [postos de recolha](#) de subscrições, a “Galeria” de [subscritores](#) e [apoiantes](#), listas de “[voluntariado](#)”, amostras (pelos selos) de [subscrições vindas da diáspora](#), vídeos e gravações com manifestações de apoio, [materiais de campanha](#), criação de [selos dos CTT com o logótipo](#) da campanha, etc., etc., etc.

Houve até algumas tentativas de organizar recolhas de assinaturas no terreno e um ou outro [evento público](#) para divulgação do movimento mas, infelizmente e por diversos motivos, com poucos, nenhuns ou péssimos resultados. Por exemplo, em Maio de 2010 pedimos autorização ao Governo Civil de Lisboa para uma “acção de rua” no Rossio; pois nesse mesmo dia (8) resolveu S. Pedro, sabe-se lá se por influência de algum Malaca, ou assim, despejar em cheio na Capital portuguesa uma das mais valentes (e prolongadas) chuvadas de que há memória. Por ali ficámos, [Rocio Ramos](#), [Maria do Carmo Vieira](#) e eu, desolados, em silêncio, vendo a chuva a desabar sem dó nem piedade sobre a esplanada da pastelaria Suíça, submergindo o Rossio, afogando a capital e arredores numa estranha invernina serôdia . Foi azar, há quem diga, foi muito azar.

Poucos dias antes do dilúvio, a [24 de Abril](#), [tínhamos reservado uma sala n’A Voz do Operário](#) e havia um orador convidado: o advogado [António Garcia Pereira](#). Pois sucedeu que o nosso convidado teve uma indisposição súbita quando se dirigia para lá, foi internado de urgência num hospital próximo. É claro que, assim sendo, naquela emergência, não havia alternativa a adiar de imediato a palestra; a assistência dispersou e nós fomos saber do estado de saúde do ilustre jurista; estava em observação mas não era nada de cuidado, pronto, menos mal, que alívio! Bem, neste outro caso de azar acabou por haver bastante sorte no desfecho, valha-nos isso.

Depois marcaram-se ainda umas quantas acções de divulgação e [recolha de assinaturas em restaurantes](#) (outra péssima ideia, como mais tarde se pôde constatar) mas de facto, por isto e por aquilo, principalmente por *aquilo*, praticamente nada funcionou, até porque naquela época a praga acordista estava a dar os primeiros passos e a balbuciar as primeiras asneiras; ou seja, em suma, nos primórdios as pessoas ainda se interessavam menos pelo assunto do que mais tarde começou a suceder. Enfim, uma após a outra, destas acções em ambientes de comezaina resultou uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

Mais azares, portanto. Uns reais, se admitirmos que tal coisa existe de facto, e outros vituais — que são bem piores do que os primeiros.

No Fakebook, quase todos os dias surgiam novos grupos que se diziam “anti-AO”. [Um desses grupos](#), obviamente infiltrado por acordistas, logo, mais falso do que uma nota de quinze euros, chegou a “ter” para cima de 90.000 “membros” (ena, tantos!) e muito rapidamente se transformou numa verdadeira tasca de arruaceiros, o que até não é de todo um fenómeno novo — ou sequer raro — no dito Fakebook, e rapidamente aquilo se transformou num fórum de propaganda acordista.

Distingamos claramente a rede social Facebook da rede anti-social Fakebook. Ambas coexistem, e com bastantes áreas comuns, naquela que é a mais conhecida plataforma do género. Como sempre sucede quando surge uma nova ferramenta (ou arma ou substância química ou máquina, por exemplo), tudo depende do uso que fazemos dela; uma utilíssima chave-de-fendas pode servir tanto para aparafusar uma caixa em madeira como para perfurar uma caixa craniana, assim como qualquer inocente corta-unhas pode ser usado não apenas para os devidos e atalhantes efeitos mas também como instrumento de tortura. Não surpreende, por conseguinte, de mais a mais reconhecendo nós o génio que o ser-humano revela para o bem e o talento inato que possui para o mal, que até o original conceito de [Mark Zuckerberg](#) se tenha rapidamente transformado no seu oposto diametral: o “livro das faces” é hoje em dia o livro do esfacelamento. Da crucificação virtual, da condenação remota, da perseguição sistemática; numa palavra, da falsidade: o Fakebook.

Ainda é possível, se bem que já muito dificilmente, fazer-se no verdadeiro Facebook algo de útil ou, ao menos, positivo, minimamente agradável ou engraçado que seja. Podemos no entanto continuar, alguns de nós, a usar essa e outras redes virtuais para fins verdadeiramente sociais e não tendo por objectivo o seu contrário, ou seja, utilizá-las como armas anti-sociais. Foi a partir do Facebook, com alguma ajuda do Twitter, que [a ILC-AO se tornou conhecida do chamado “grande público”](#) e foi dali que [passou ao terreno, que saiu para “a rua”](#). No Facebook agregámos vontades, juntámos esforços dispersos e vozes perdidas, mobilizámos milhares e cativámos outros tantos para uma luta que é de todos, os que estão e os que não estão na “rede”.

Mas o Face não tem absolutamente nada a ver com o Fake, esse embrião parasita do corpo são. O original corre sérios riscos de vir a ser totalmente devorado, canibalizado, exterminado pela sua cópia malsã (e pirata). O Fakebook parece-se em tudo com o original, a mesma plataforma, tecnicamente igual. Mas já não é “só” pelos truques avulsos de abomináveis patifes que se distingue, é também — ou principalmente — pela protecção da cobardia dos “anónimos” com nomes inventados ou “*alias*”, pela promoção maciça dos autos-de-fé particulares,

cirúrgicos, dirigidos *ad hominem* em sistemáticas campanhas de demolição de carácter. Os canalhas acordistas pretendem demolir caracteres, alguns canalhas que não são acordistas adoram demolir amiúde um carácter; venha o diabo e escolha.

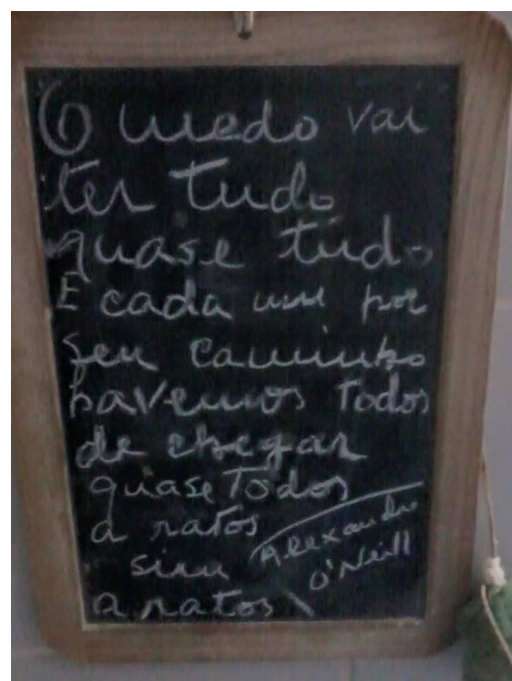
Mas que gente é esta, afinal? De onde lhes virá tanto ódio? E porquê, santo Deus?! Como conseguem odiar tão violentamente aqueles que estão ao seu lado a combater o “acordo” que eles próprios dizem combater também? Porque se encarniçam mais contra os “seus” do que contra os acordistas?

Ou, colocando a questão no patamar da luta política — e o AO90 não passa disso mesmo —, a quem serve a ofensa que um anti-acordista dirige publicamente a outro? A quem interessam as calúnias, as injúrias, as insinuações canalhas entre pessoas que, pelo menos aparentemente, estão do mesmo lado da barricada? Quem beneficia (e o que se prejudica) com o envenenamento das “hostes” anti-acordistas, com a sua fragmentação em pequenos grupos, minúsculos grupinhos e ridículos grupelhos?

Se são verdadeiros resistentes, genuínos opositores, convictos activistas, então porque inventam mentiras, difundem calúnias, propagam difamações sobre um vosso camarada?

Não será por azar, certamente. Isso não pode ser. Isso só pode ser medo. O medo que têm os ratos. Sim, os ratos. Não são todos nem são quase todos. Mas são muitos.

[R1_161115]



O estado do direito democrático – 1

Consciente da nova situação de países, como o nosso, de democracia mitigada pelos arranjos e conveniência dos representantes do poder político e outros poderes, procurei manter certos cuidados na investigação que, creio, são regras úteis de prudência e que recomendo:

1. Nunca revelar a identidade da fonte. Este é o primeiro cuidado, uma condição fundamental de honestidade. Essa protecção das fontes deve resistir até à tentativa de jornalistas e dos curiosos, e não quebrar perante a pressão judicial.
2. Despistar fontes de informação falsa, desinformações e manobras de intoxicação.
3. Usar processos de contacto encriptados, mais seguros do que as comunicações nacionais, mais ou menos controladas pelo Estado, mais fáceis de interceptar por 'rogue agents' ou servicinhos privados de agentes públicos. Não usar telemóvel nem telefone para conversas e fontes sensíveis e ter a prudência de considerar que as suas comunicações de telefone e telemóvel podem ser interceptadas. Não significa que sejam: podem ser.
4. Marcar os encontros pessoais com muito pouca antecedência para evitar preparativos de vigilância.
5. Em encontros e conversas importantes, desligar telemóvel e remover a sua bateria, inclusive na deslocação, e evitar a Via Verde nas auto-estradas.
6. Nos encontros, ser discreto, escolher locais isolados, e silenciosos, ou públicos, movimentados e barulhentos, de forma a tornar mais complicada a interceptação das conversas, evitando, além disso, pronunciar a informação mais perigosa, escrevendo-a codificada à frente da pessoa com quem se encontra e destruindo o registo em seguida.
7. Informar duas pessoas de absoluta confiança dos contactos que vai realizar, por uma questão de segurança face a acidentes e incidentes.
8. Escrever o mínimo, no computador ou em papel, guardando a informação na memória... do cérebro.
9. Escrever imediatamente as informações obtidas depois de as apurar, numa aplicação à edição do método FIFO (First In, First Out). A publicação imediata é o modo mais eficaz de segurança, pois a eliminação, ou comprometimento, do alvo não resolve a divulgação do que este sabe, já que, em cada momento, o alvo tende a não saber nada mais do que já publicou...
10. Finalmente, o último cuidado é não abrandar o rigor dos procedimentos de segurança.

António Balbino Caldeira*



Este pequeno excerto, retirado d'*O Dossiê Sócrates*, da autoria de [António Balbino Caldeira*](#), poderia muito bem ser publicado em forma de folheto, numa simples folha A4, para servir como "Manual do Activista". De qualquer activista, bem entendido, na presunção de que, em democracia, o activismo é, sempre e por definição, cívico; a expressão "activismo cívico" é uma evidente redundância porque, se não é cívico, então não é **activismo**: num Estado de Direito será, por exclusão de partes, ou subversão ou terrorismo.

Pronto, está bem, mas o que tem a investigação sobre o diploma de Sócrates a ver com a luta contra o AO90?

Tem tudo a ver.

Não apenas porque o “Manual do Activista” vale nos dois casos, serviu em 2007/8 para aquele efeito — no qual, modestamente, também participei — como serviu a partir de 2009 e continua a servir para a investigação sobre o “acordo ortográfico” e, é claro, na luta contra ele. Afinal, apesar de ter mudado entretanto a maioria parlamentar, logo, o Governo, todos os pressupostos e as consequentes regras de conduta e cuidados postulados neste “Manual” mantêm-se válidos.

Pelo contrário, [o centro governamental de comando e controlo dos media](#) vai apertando cada vez mais a malha. Pelo que, evidentemente, temos de redobrar as medidas de precaução.

É um processo extremamente perigoso. Não há um juiz, não há uma acusação, nem um processo em tribunal. O que significa que se o leitor tem um site ou um blog onde escreve regularmente e as SGC e a IGAC não gostarem da sua opinião, nada os impede de enviar o link do blog do leitor para os ISPs bloquearem no prazo máximo de 15 dias.

O blog/site é bloqueado e o autor nem sequer se pode defender.

Paula Simões

[Memorando de Entendimento: Bloqueio de Sites em Portugal #PL118](#)

Para quem nunca entendeu a estranha frequência com que o “site” da ILC-AO ficava (e continua a ficar) “indisponível”, bom, está aqui pelo menos uma parte da explicação: já não bastavam as [denúncias electrónicas feitas por anónimos](#), havia que arranjar um pretexto e pronto, arranjou-se, o “erro 404” passou a ser opção legal.

Qualquer “site” pode sofrer ataques continuados, mas a regularidade, a quantidade as origens e a variação dos tipos de ataque indiciam o contrário de algo casual ou esporádico: é deliberado e sistemático.

Será que antes da *legalização*, o activismo já era combatido pelo Estado com [hacktivismo](#)? Num Estado de Direito democrático? Pode lá ser! Mas... e se puder mesmo ser?

Pois alguém sabe, ao certo, o que é o AO90? Se, de facto, não há qualquer motivo ou explicação para a existência de semelhante *coisa*, bom, então que estranhas, ocultas, obscuras, secretas forças estarão por detrás dele? Na verdade, só com muita carga de ingenuidade alguém em seu perfeito juízo poderá presumir que essa *coisa* saída do nada não obedece a interesses e ambições das mais poderosas “famílias” — políticas e, sobretudo, económicas.

Por conseguinte, a ser de facto assim, como vemos, ouvimos e lemos todos os dias, então seria necessário estarmos todos possuídos por uma credulidade cega, surda e muda para que engolíssemos a tese da *bondade*, ou seja, que porventura as ditas “famílias” não iriam proteger ferozmente os seus interesses. Ora, quem é que tem acesso aos “corredores do Poder”? São os grandes e poderosos ou seremos porventura nós outros, os pequenos e insignificantes? E se aos grandes todas as portas se abrem, desde sempre, então desde quando seja quem for os impede de fazer o que muito bem entenderem? Quando foi que mudou o mundo (ou Portugal, vá) e porque raio ninguém me avisou disso?

Os políticos [Francisco Sá Carneiro](#) e [Adelino Amaro da Costa](#) morreram num “acidente” de aviação a 4 de Dezembro de 1980. Foi esta a tese oficial ao longo de mais de três décadas. Dez “comissões de inquérito” e [quase 35 anos depois, finalmente “conclui-se” que afinal não foi “acidente”, foi atentado](#), aqueles dois políticos foram mesmo assassinados. Mas nem assim se revela porquê, visto que «*não foi possível estabelecer um nexo de causalidade*» entre o atentado e uma questão de venda de armas...

[John Fitzgerald Kennedy](#) teve o azar (e, se calhar, cometeu a imprudência) de ir bater com a cabeça numa bala *perdida* que [um maluco](#) disparou depois de já ter-lhe desfeito a cabeça com outra bala igualmente *perdida*.

Maluco esse que depois foi morto à queima-roupa, por [outro maluco](#), no quartel-general da polícia de Dallas. Até hoje, não se sabe, nem exactamente nem pouco mais ou menos, o que realmente se passou: quem matou JFK, porquê, para quê?

Apenas estes dois exemplos, ambos de casos extremos, e muitos outros do género se poderiam apontar, comprovam à saciedade que nem mesmo os poderosos estão de forma alguma a salvo dos... poderosos, seus confrades (enquanto a estes convier a confraria).

Bem sei que estou aqui exorbitando nas analogias entre factos que não têm comparação possível, em grau e em gravidade, mas, salvo as devidas e enormes distâncias, na realidade nada de substancial mudou desde os remotos tempos em que [César](#) chegava a [Cleópatra](#) sua tacinha de [hidromel](#): o mundo está perigoso.

Pois bem, eu cá fartei-me de avisar a malta, dois mil anos depois daquelas românticas beberagens, quanto aos riscos envolvidos na nossa luta: olhem que vossemecês não sabem com quem se estão a meter, hem, dizia-lhes eu, aos activistas, às militantes, isto é arriscado, hem, tenham lá muito cuidadinho!

Creio mesmo ter dito a algumas pessoas, em especial depois de me aperceber de que já tinha o meu próprio “clube de fãs” no Ministério Público (se calhar, sabe-se lá, com filiais nas diversas “secretas”), que seria melhor pensarem bem, e depois pensarem melhor ainda, antes de se meterem “nisto”. Muitos não deram ouvidos a estes avisados conselhos...

É que, por exemplo, sempre me pareceram *um bocadinho* estranhos os “clicks” durante as chamadas por telefone fixo e os “ecos” esporádicos no telemóvel. Ou as mensagens de email que nunca mais chegam ou que chegam, sim, mas só um ou dois (ou três ou mais) dias depois. E o que dizer quanto a todas aquelas coisas combinadas em “rigoroso segredo” que depois, “curiosamente”, falham com estrondo, ou aparecem publicadas algures ou, que esquisito, alguém que não poderia nem deveria saber do “segredo” X não só sabe como até já tem um palpite *infallível* a “dar” sobre o assunto?

Mais teorias da conspiração, será? Teremos nós escutas nos telefones? Ou teremos escutas entre nós, isto é, bufos? Diacho. Há que tomar medidas de segurança adicionais!

Cartões telefónicos, ora bem, toma lá. Coisas importantes, só através de “cabines” públicas, à moda antiga. E mesmo assim, nada de nomes por extenso; só as iniciais ou, de preferência, a alcunha, o “nick”.

Os caixotes com as assinaturas têm de estar em pelo menos três lugares distintos: se houver algum “acidente” num deles, então pelo menos 2/3 salvam-se. Esses sítios devem ser seguros, claro, mas insuspeitos e situados num raio máximo de 3 km, para que seja fácil e rápida a recolha.

O “site” terá sempre uma cópia integral, em domínio próprio e exclusivo fisicamente situado no estrangeiro (fora da jurisdição nacional), mantendo-se o seu acesso reservado e secreto até que venha a ser necessário, isto é, para quando (ou se) o “site” principal estiver de todo inacessível.

Tem de haver um Apartado postal para recepção exclusiva das subscrições: só assim se consegue triagem prévia e automática da correspondência, eliminação de extravios por parte dos carteiros (perda em trânsito, depósito em caixas erradas, etc.) e ainda, por fim, elimina-se a possibilidade de devoluções ao remetente por a caixa estar cheia com publicidade, por exemplo.

Pelo menos duas cópias, em locais e na posse de pessoas diferentes, das subscrições digitalizadas recebidas por email, através de endereço próprio para o efeito.

Reuniões virtuais só para assuntos não muito “sensíveis”, por chamada telefónica em conferência ou via “*videochat*”. Todos os outros assuntos apenas serão tratados em reuniões presenciais, de preferência em locais públicos.

Enfim, nestas coisas da segurança, todos tivemos de aprender muita coisa muito depressa. Ao fim e ao cabo, nada disto deveria ser necessário em Portugal, um Estado que se reclama, na lei fundamental, como sendo “[de direito democrático](#)”. Mas a verdade é que jamais soubemos de facto com quem nos estávamos a defrontar,

quem é ao certo o “in”.

Quem são “eles”, afinal?

Como se deve interpretar, por exemplo, a seguinte declaração do putativo pretendente ao trono português?
«*Alguns intelectuais condenam essa decisão, que consideram um atentado à nossa cultura e outros referem os grandes custos que resultarão da substituição dos dicionários e livros escolares. Seria preferível ficarmos “orgulhosamente sós” com a nossa ortografia?*»

Ou, também por exemplo, contas de outro rosário. O Bispo de Bragança-Miranda foi um dos destinatários do apelo que uma voluntária da ILC enviou a todas as autoridades eclesiais nacionais.
«*O bispo de Bragança-Miranda recordou que “está em curso” também a tradução da Bíblia oficial em português da Conferencia Episcopal Portuguesa e do Missal Romano, tendo em conta o novo acordo ortográfico.*»

Portanto: Cavaco, Santana, Sócrates, Balsemão, Lula, Casteleiro, Bechara, metade do CDS-PP, todo o BE, parte do PSD, grande parte do PS, D. Duarte Pio e parte dos monárquicos, mais as cúpulas da Igreja Católica.

E isto é a “nata”, por assim dizer. Então e a borra?

CONTATOS

Oeiras

Igreja Matriz de Oeiras
Largo 5 de Outubro, n.º 1
2780-225 OEIRAS

21 443 05 53
93 596 11 50
geral@paroquiaoeiras.com.pt
www.paroquiaoeiras.com.pt

Nova Oeiras

Rua Mons. Ferreira de Melo
2780-141 Oeiras

ZONA INTERPAROQUIAL DE OEIRAS
Vigararia de Oeiras | Patriarcado de Lisboa

**IGREJA
VIVA**



*Nota: ABC passou (em 2 de Janeiro de 2012) a escrever em acordês.

[R1_171115]

O estado do direito democrático – 2

A borra? Qual borra? Não há borra. Isto ele é tudo gente fina. Enfim, não há borra mas há espuma, babugem.

As hostes acordistas estratificam-se em três classes sociais: a alta burguesia, a gente-com-dinheiro-que-até-mete-nojo e a [aristocracia aspirante](#). É claro que toda esta malta “de algo”, como sucede pelo menos desde que em Paris cortaram o lindo pescoço de [Maria Antonieta](#) ou em Lisboa quebraram os ossos aos [Távoras](#), carece imenso de seus lacaios, mordomos, homens-de-mão e fieis escudeiros, enfim, de todo um arraial de serviçais que providenciem de forma expedita o que mandarem suas (deles) Excelências. É precisamente com os serviçais que temos nós outros de batalhar, ora pois, que os senhores não se chegam à frente, é o chegas, e por isso mesmo alguns ingénuos entretêm-se amiúde a tergiversar com paus-mandados, testas-de-ferro, simples marionetas que apenas sabem papaguear o que lhes foi ordenado pelos respectivos patrões.



Disto resultam aquelas intermináveis discussões técnicas sobre o AO90, que já todos lemos (a granel) e cuja utilidade se resume a servir na perfeição os objectivos dos ditos “patrões”, ou seja, é um passatempo — em sentido literal. Os [pareceres](#) anteriores à aprovação chegam e sobejam para desmontar os pressupostos “técnicos”, o [cAOs](#) vigente chega e sobra para demonstrar as suas consequências.

De resto, convenhamos, a estratégia de entreter o pagode com as parvoíces debitadas por mercenários a soldo foi muito bem urdida: o tempo joga a favor dos verdadeiros acordistas, aqueles que manobram na sombra. Trata-se de intoxicar a chamada opinião pública, portanto, mas é principalmente uma questão de “*timing*”: como sabemos, glosando a célebre máxima de um dirigente da bola, também ele pertencendo à classe social da gente-com-dinheiro-que-até-mete-nojo, “[o que hoje é verdade, amanhã pode ser mentira](#)”.

Já tenho afirmado, em resposta a essa questão colocada por jornalistas, que o acordo que Portugal assinou há vários anos atrás (porque tal acordo já foi assinado) não representa nenhum benefício para a língua e cultura portuguesa, pelo que não traria qualquer prejuízo que não entrasse em vigor. De resto, não vejo qualquer problema em que o português escrito possa ter grafias um pouco diferentes conforme seja de origem portuguesa ou brasileira. Antes pelo contrário, ajuda a mostrar a diversidade das expressões e acentua os factores de diferenciação que nos distinguem realmente e que reforçam a nossa identidade. Aliás, considero míope a visão de que o mercado brasileiro de cultura passará a estar aberto aos autores portugueses em razão da homogeneidade da grafia, pois que o interesse desse mercado pela nossa produção só pode depender do real interesse pelas nossas especificidades e aí a suposta barreira do grafismo não chega a ser uma barreira, pode ser um factor de distinção que acentua o interesse pela diferença.

Com os melhores cumprimentos

Pedro Passos Coelho

Publicado originalmente no blog “[Cenáculo de um \(pseudo\) filósofo](#)”, em 20 de Maio de 2008, da autoria de [Ruben D.](#) Reproduzido no “[site](#)” da ILC-AO em 22.06.11.

Ora, como dizia uma senhora da política, lá vem outra citação, “[o senhor sabe que eu sei que o senhor sabe](#)

que eu sei” que mentira é mentira e que verdade é verdade. Não é “consoante” coisa alguma.

Mas na política, especialmente em países que têm uma relação problemática com a verdade, pelos vistos, vale mesmo tudo e portanto, cá vai mais uma citação, caramba, já estamos a ficar monótonos, desta vez apenas uma singela palavrinha de não menos lapidar e singelo político: “habituem-se!”

Claro que a “recomendação” foi proferida em contexto diferente e tinha outros destinatários, mas serve na perfeição para ilustrar o conceito.

Habituem-se a quê, afinal? À vigilância constante, ao controlo remoto, ao sequestro da correspondência, às escutas sistemáticas (ou esporádicas), à devassa da vida privada?

Habituem-se ao arbítrio, ao abuso de poder, à imposição selvagem de uma mentira descabelada?

Habituem-se ao esmagamento da personalidade porque nem a objecção de consciência nos é permitida?

Pois bem, mais uma vez tenho de parafrasear, peço desculpa, “*não podemos deixar que os nossos carrascos nos criem maus costumes*”, ou seja, maus hábitos.

«É que isto não é uma questão linguística, é uma questão política.»

Malaca Casteleiro

Jornal *Expresso*, 20.02.08

Já cá se sabia.

Mas assim como não têm os cidadãos livres qualquer motivo para se deixarem intimidar por ameaças, também não têm de acreditar em tudo aquilo que lhes sopram aos ouvidos (ou lhes enfiam pelos olhos adentro). Pelo contrário, de resto: não existe cidadania sem liberdade e não existe liberdade sem consciência, pelo que é um dever cívico de todos a participação activa nos assuntos da *res publica*, através do escrutínio responsável (e responsabilizante) dos seus representantes nas instâncias do Poder, ou seja, dos políticos — e em especial das suas mentiras.

Mentiras essas que, no que respeita ao “acordo ortográfico”, são fabricadas em quantidades industriais, como já vimos e continuaremos a ver; surgem continuamente, umas atrás das outras, as patranhas.

“Há resistências de algumas pessoas, e não são muitas, que têm uma relação emocional, clássica, física e sensorial com a Língua. Mas ninguém será abatido, preso ou punido se não aderir às novas normas. O Acordo é uma simplificação da Língua.”

[José António Pinto Ribeiro, ex-Ministro da Cultura, in semanário “*Expresso*”, 19.08.08.]

Então e os alunos — que não podem recusar a “simplificação”?

Então e os magistrados — que são efectivamente punidos se não aderirem às “novas normas”?

Então e os funcionários públicos, todos eles, que são obrigados a usar aquela porcaria — ou arriscar um processo disciplinar e, portanto, sofrer sanções, despromoção ou até mesmo irem para o olho da rua?

Então e os jornalistas, que idem, aspas, outro tanto e igualmente?

E então todos nós, simples leitores, que temos de levar com aquilo em tudo quanto é livro, jornal, revista, legendagem, cartaz, folheto ou factura e até nos programas de computador?

Nada disto é punição, Sr. ex-Ministro da Cultura? Processos disciplinares, castigos, despromoções, despedimentos, reprovações, e o diabo, tudo isto é uma brincadeirinha, Sr. ex-Ministro?

Forçar um ser-humano (normal) a ler textos cheios de erros ortográficos não é “ser punido”, senhores políticos? Não é uma violência obrigar os cidadãos a utilizar aquela *coisa* para redigir um simples requerimento a qualquer serviço do Estado?

Deixemo-nos de governamentais rodriguinhos.

A questão é política, sim, mas é também (ou principalmente) económica. A [maioria que determinou a entrada em vigor do AO90](#) não resultou dos votos dos deputados do Partido A mais os do Partido B a que se somaram os do Partido C. Nada disso. Essa maioria proveio de uma única “bancada”: a do Partido D, ou seja, o Partido do Dinheiro. Ao contrário dos outros Partidos, o PD não é nem vermelho nem verde nem azul nem cor-de-rosa nem cor-de-laranja — porque o dinheiro não tem cor.

Por alguma estranha razão, passaram totalmente despercebidas do “grande público” certas afirmações que [Maria Alzira Seixo](#) proferiu publicamente em mais do que uma ocasião. Afirmações estas que, na minha opinião, não apenas retratam fielmente o fulcro da questão (política mas principalmente económica, repito) como anulam quaisquer especulações sobre o assunto.

<https://www.youtube.com/watch?v=LpaI9C30fWs>

- [3':10"] Já fui acusada de muitas coisas, para além de estar em **muitas listas negras** e para além de várias dificuldades com que tenho deparado na minha vida profissional desde que, em 2008, tomei posição contra o acordo ortográfico.
- [14':12"] Há três razões para esta **loucura gananciosa** que dá pelo nome de acordo ortográfico. Que é completamente louco e parte de um **objectivo de ganância**. Dir-me-ão: mas ganância porquê?
- [22':40"] A grande razão, qual era a grande razão política? Era uma razão de país diminuído e que se quer afirmar; temos não sei quantos milhões de falantes, temos que entrar na ONU e sobretudo o Brasil está a crescer, vai-se afirmar e nós vamos atrás do Brasil, portanto temos que ir com o Brasil, portanto tem que ser um Português único para que não seja a variante brasileira que se siga nos documentos oficiais da ONU.
- [35':30"] E depois vem debilitar muito, economicamente, todos nós; aliás, já debilitou; eu não sei até que ponto o acordo ortográfico não foi um dos tais representantes do «viver acima das possibilidades das pessoas» de que tanto se falou e que não é bem assim, mas nisso foi. Nisso foi, porque obrigaram muita gente a gastar e depois os editores... e peço desculpa, isto tenho que dizer... porque agora a bola de neve constituiu-se... e **uma vez que o acordo entrou em vigor por indicação do Ministério e que os manuais escolares e os dicionários começaram a escrever-se com o acordo, se agora quisermos voltar para trás, e queremos, a maior parte das pessoas querem, o que é que acontece? Acontece aquilo que eu não sabia e que provavelmente a maior parte das pessoas não sabe: é que o Ministério não pode, porque os editores assinaram um protocolo com o Ministério, segundo o qual — e isto é feito nas costas da população e a população não sabe — o Ministério tem que indemnizar regamente os editores da despesa que já foi feita.**

A Professora Doutora [Alzira Seixo](#) não iria atirar esta importantíssima informação “para o ar”, assim, sem mais nada, só porque ouviu dizer não sei quê não sei onde a não sei quem. Aliás, a [gravação](#) aqui reproduzida é de Março de 2013, mas já antes a tinha eu ouvido dizer o mesmo, no jantar que se seguiu a um [evento no Instituto Goethe, em 9 de Janeiro de 2012](#).

Falta agora “apenas” descobrir esse tal “memorando” celebrado entre o Estado e as editoras. Note-se, quanto a este importantíssimo, decisivo “detalhe”, que não se trata de um contrato entre determinado Governo e certas editoras, trata-se de um compromisso assinado entre o Estado português e entidades representantes dos

editores nacionais. É algo de perene, portanto, sem prazo de validade, independentemente de qualquer *statu quo* partidário, de qualquer maioria parlamentar ou do gabinete governamental que venha de futuro a entrar em funções. Existindo de facto uma cláusula de “régia indemnização” e sendo essa a única forma de resolução constante do dito “memorando”, então já sabemos quem realmente são os “donos disto tudo”.

E se isto não explica, pelo menos em boa parte, a “teimosia” dos Partidos do chamado “arco da governação” na protecção férrea ao AO90, então, se calhar, já mais nada poderá explicar grande coisa nesta matéria.

Porque é que as sucessivas maiorias parlamentares continuam cegas, surdas e mudas quanto à contestação ao “acordo ortográfico”, a sua inutilidade, os incalculáveis prejuízos que acarreta?

Eis aí uma resposta, clarinha como água: dinheiro.

Não é o único motivo, pois claro, mas de qualquer forma esta História já começa a ficar (muito) menos mal contada.

Imagem de [Hiroshi Bogéa](#).

[R1_171115]

Eureka...

De vez em quando, é fatal como o destino, lá aparece alguém — por regra e por definição, um tipo que a gente nunca viu mais gordo ou uma fulana que igualmente mas mais esbelta — com uma ideia genial, fabulosa, supimpa, ena, isto agora é que vai ser, *cheguem-se vocêzes p'ra lá* que eu é que sei, eu é que percebo disto, vá, xô, andor, seus camelos, pá.

Convém, quando estas aparições aparecem, munir-se a gente de um vasto manancial de pachorra e de não despicienda quantidade de pacotinhos de chá (sem cafeína), mas pronto, ora diga lá vossemecê o que lhe ocorreu assim de tão extraordinário. Ah, fazermos uma petição em vez da ILC, ok, não está nada mal lembrado, não, senhor. Ah, pois, irmos recolher assinaturas nas ruas, nas estações de Metro e dos comboios, a modos que nos mercados e feiras ([olha, a Feira do Livro](#), certo, esta ideia *tinha-se-me varrido da alembadura*) e nas praias e assim.

Com certeza. A gente depois diz-lhe alguma coisinha, sim? *Atão vá*. Cumprimentos lá em casa.

Ossos do ofício, cá estão eles outra vez, os malditos, isto das iniciativas cívicas mais parece a [Capela dos Ossos](#), aquele chocalhante monumento que existe em Évora, ele há que levar nestas coisas com cada esqueleto que só visto. Enfim, quero dizer, nós cá, na ILC, sempre fomos mais bolos — como dizia o [célebre José Severino](#) — e portanto sempre preferimos tentar coisas sérias.

Em 17 de Novembro de 2011, tivemos finalmente um vislumbre daquilo que poderia vir a ser o mais do que improvável triunfo da ILC: reunimos pela primeira vez com [Nuno Pacheco](#), Director-Adjunto do “Público”, e nessa reunião ficou estabelecido que o jornal publicaria um “[encarte](#)”, em cinco edições consecutivas, com o impresso de subscrição da ILC e indicações de preenchimento e envio; mais ainda, cada uma dessas publicações seria acompanhada de um texto de motivação e apelo à subscrição, sendo esses textos redigidos por autores convidados por nós expressamente para o efeito. Poderia vir mesmo a ser possível, caso a Direcção do “Público” autorizasse essa despesa extra, que os impressos fossem enviados via [RSF \(Resposta Sem Franquia\)](#); em alternativa, como aventado pelo próprio Director-Adjunto do jornal, *«poderia ser até uma página destacável, impressa num dos suplementos. Mas isso não resolve o principal problema, que é o de levar as pessoas a porem o papel num envelope e enviarem-no pelo correio.»*

Por conseguinte, qualquer das hipóteses era boa, excelente, fosse qual fosse a opção escolhida estava debelado o impasse. De facto, após o natural (e inerente) “boom” inicial, rapidamente o afluxo de assinaturas tinha começado a decrescer enormemente e acabou por chegar a uma decepcionante média diária rondando as 10 subscrições, e sempre a diminuir, até encravar nas 5 por dia.

Foi desta reunião no “Público”, e das conversas e trocas de mensagens subsequentes, que surgiu a “solução”: pela primeira vez o problema das assinaturas estava “resolvido”. Ou seja, supondo que seriam distribuídos 30.000 exemplares por edição, então teríamos, numa só semana, 150.000 impressos de subscrição nas mãos dos nossos compatriotas; ora, se apenas 20% deles enviassem a sua assinatura...



Porque, naquela altura, a prioridade era, muito simplesmente, entregar o mais depressa possível a ILC no Parlamento. Mas sempre tendo em atenção que [sem um número esmagador de subscrições \(pelo menos o triplo do exigido, digamos\) seria muito difícil a abolição da “disciplina de voto”](#).

Mas já então algumas pessoas, que certamente não tinham lido [uma única linha sobre o assunto](#) (algumas julgavam até que bastava entregar a ILC para ela estar automaticamente aprovada), nos perguntavam amiúde quantas assinaturas já tínhamos recolhido.

[Mário Crespo, na entrevista ao “Jornal das 9”](#), perguntou-me isso mesmo 3 dias depois de a recolha de subscrições ter sido iniciada!

Bem, pronto, mas assim sendo, tendo surgido aquele verdadeiro milagre da distribuição do impresso com o “Público”, o “problema” pura e simplesmente deixava de existir, estava definitivamente arrumado o assunto, de uma penada — isto é, numa semana ou duas — reuniríamos as 35.000 subscrições mínimas necessárias e até, se calhar, mais umas quantas para além do exigido por lei.

Entretanto, por email e por telefone, já tínhamos afinado o plano com Nuno Pacheco: não haveria respostas RSF nem seria possível o “encarte”, mas haveria espaço, numa página do próprio jornal, não apenas para o impresso e respectivo texto de motivação como também para algumas indicações de preenchimento e envio pelo correio.

Passaram-se uns dias e os níveis de adrenalina que a ansiedade inevitavelmente provoca estavam já *a bater no tecto*. Certa noite, precisamente na véspera, a poucas horas da saída do primeiro número com a “página da ILC-AO”, de súbito, toca o telefone: a Direcção do “Público” tinha reunido e acabava de recusar o plano. Nada feito, portanto. Na véspera. Tudo anulado!

O combinado era que o primeiro texto de motivação sairia assinado pelo “1.º subscritor da ILC-AO”: o original estava na Redacção do jornal desde o dia 8 de Dezembro, tinha por título “As nossas palavras”* e terminava assim:

Pois sim, pensará o leitor, mas o que mais se ouve dizer por aí é que o AO90 «está em vigor, agora já não há nada a fazer».

Não existe nada irrevogável neste mundo; salvo a morte, é claro. Do mesmo modo não existe também lei alguma que não possa ser alterada, anulada, revogada ou substituída por outra.

Já não há nada a fazer, diz-se? Pois diz-se mal, pois diz-se erradamente. Isso que se diz é uma mentira que tem por objectivo levar as pessoas a conformar-se, uma patranha para dar uma imagem de solidez, de inevitabilidade, de que “já não há volta a dar” a algo que todos sabemos, incluindo os próprios autores do AO90, ser totalmente inútil.

Pois bem, há uma maneira de responder a quem se limita a dizer que “já não há nada a fazer” e essa maneira é fazer mesmo alguma coisa quanto ao assunto: leia, assine e divulgue a ILC contra o AO90.

Ou afinal acha que as nossas palavras estão mesmo erradas?



Claro que, não havendo afinal distribuição do impresso com o jornal, este primeiro apelo não faria sentido. Portanto, visto ser de minha autoria, retirei-o. Mas ainda assim começaram a sair outros textos de apelo à subscrição, sem o impresso mas remetendo para o “site” da iniciativa. Tínhamos convidado vários autores, algumas dessas matérias até já estavam prontas antecipadamente, enfim, nem tudo se perdia; e foram de facto publicados 15 desses textos, entre 17.12.11 e 19.01.13, de uma série a que chamámos [“parceria entre o Público e a ILC-AO”](#).

Questionámos Nuno Pacheco sobre a possibilidade de o plano de distribuição do impresso com o jornal ainda vir a ser aprovado “lá mais para a frente”, ou se, pelo contrário, o dito plano estaria definitivamente posto de lado, ao que ele respondeu algo como “vamos ver”. Com o tempo, fomos desistindo de perguntar, de tempos a tempos, se essa hipótese ainda se mantinha de pé. E acabámos até por deixar de contar com o “Público”. De todo. Mas isto foi mais tarde, lá iremos.

Em suma, conseguir o mínimo necessário de subscrições por aquela via, conforme o planeado, teria sido não apenas possível como, de certa forma, relativamente fácil. Mas, por algum motivo, o plano original não vingou.

Esta inacreditável decepção não foi a [primeira](#) em que o problema das assinaturas (mínimas, repita-se) esteve aparentemente resolvido, mas também não foi a última. Apenas alguns meses após o “plano Público” falhar, de forma totalmente diferente e por outros meios, também ficou tudo “resolvido”... e depois igualmente isso falhou.



A [1 de Setembro de 2012](#), reunimos com a [Direcção da AEIST](#) (Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico). Só faltou que tivesse sido lavrada acta da reunião, mas [publicámos](#) as conclusões dessa reunião e o respectivo plano de acção. Haveria eventos de promoção da iniciativa nas instalações do Instituto, mas foram [cancelados por falta de resposta](#). Organizariam os estudantes locais de recolha de assinaturas (entre alunos, professores e funcionários), mas afinal não houve assinaturas algumas. Seriam afixados cartazes de propaganda, mas pelos vistos a coisa era no singular, foi um único cartaz. Etc. Não houve quaisquer respostas subsequentes minimamente concretas, efectivas ou, pelo menos, não vagas, não evasivas, não do género *ah, e tal, depois ligamos de volta*.

O [Instituto Superior Técnico](#), actualmente integrado na Universidade Técnica de Lisboa, é uma instituição fundada em 1911, tem mais de 11.000 estudantes, quase 1.000 docentes e um número indeterminado de funcionários. Estaremos então aqui a falar de algo como 13.000 a 14.000 potenciais subscritores directos de uma iniciativa cívica; “directos”, porque não contamos na estimativa com os familiares (e amigos) de toda aquela gente.

Mas nem era “só” este o principal objectivo da (acordada e combinada) acção conjunta entre a ILC-AO e a AEIST: a intenção, aliás expressamente declarada por ambas as partes, seria abrir um precedente muito significativo, de evidente impacto na opinião pública, que levasse a iniciativa a toda a comunidade académica nacional. Isto mesmo, ou seja, este outro plano imensamente alargado de promoção do movimento anti-AO90 tinha sido aprovado, através da [moção](#) apresentada na Assembleia Geral de Alunos do Instituto Superior Técnico em 17 de Maio de 2012. Esta moção [foi aprovada por esmagadora maioria](#).

Pelo exposto, a Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST), reunida em Assembleia Geral de Alunos, no dia 17 de Maio de 2012, propõe o seguinte:

** O abandono do Acordo Ortográfico de 1990 em todos os documentos e comunicações oficiais da AEIST;*

** A defesa, por parte da AEIST, da revogação do Acordo Ortográfico de 1990 junto dos órgãos de governo do Instituto Superior Técnico, assegurando que nenhum estudante seja prejudicado por recusar escrever segundo o AO;*

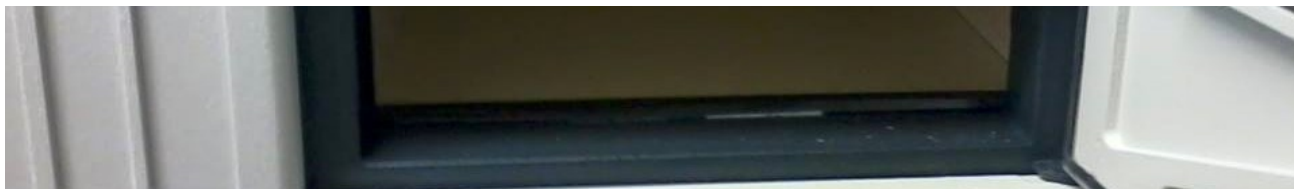
** A proposta da revogação, no próximo Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA), do Acordo Ortográfico de 1990 por parte de todas as Associações de Estudantes, no sentido de dar início a um movimento nacional de estudantes do Ensino Superior contra o AO.*

Nada disto teve a mais ínfima das consequências. Rigorosamente nada.

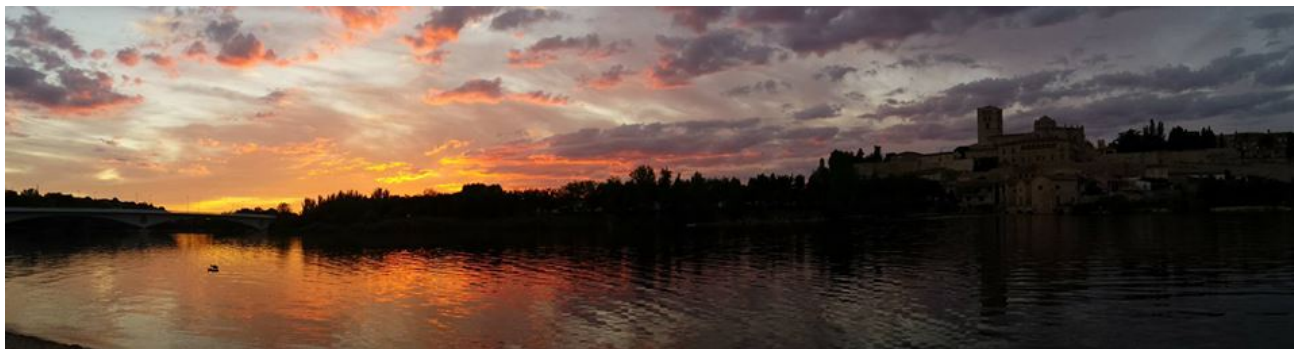
Nunca viremos a saber, é quase certo, o que realmente se passou nem naquele caso do “Público”, o plano A, nem neste plano B, o da AEIST. Mistérios insondáveis.

Bem, então e o que se pode fazer quando um plano falha? Pois se falhou o plano A e se o B foi pelo mesmo caminho, então crie-se um plano C! E, se esse falhar também, invente-se um plano D, depois o E caso o terceiro corra mal, o F se for preciso, um G e um H, que diabo, ainda há muita letra no alfabeto, ao menos para nomes de planos temos nós matéria-prima quanto baste.

*O título do artigo referia-se a uma [citação já aqui mencionada](#).



[R1_171115]



A fronteira de Zamora

Há mais fronteiras para além das territoriais, sejam elas naturais ou políticas. Há também as fronteiras morais ou ideológicas e ainda as temporais. Em qualquer dos casos, uma fronteira é sempre uma linha imaginária que se pode desenhar fisicamente, por exemplo com um risco pintado transversalmente numa estrada, ou que se pode traçar apenas mentalmente — o tipo de linha fronteira mais sólida e perene que existe.

De facto, as [fronteiras nacionais entre Portugal e Espanha ficam um pouco mais a Oeste da cidade leonesa de Zamora](#), mas esta história poderia dividir-se, como se faz com [a.C. e d.C.](#), em antes de Zamora (a.Z.) e depois de Zamora (d.Z.). Trata-se portanto de uma fronteira temporal, não física, e representa um marco muito significativo: dali (ou de então) em diante, tudo seria completamente diferente.

Os anos de 2008 a 2011 foram, por isso, uma espécie de pré-história da nossa luta contra o AO90: em 2008 aventámos a possibilidade de se avançar com uma ILC, em 2009 começámos a estruturar o movimento, 2010 foi o ano do lançamento da iniciativa propriamente dita e em 2011 reunimos apoios, juntámos esforços, promovemos e consolidámos a ideia de que o “acordo” poderia ainda vir a ser derrotado.

Mas não estava nada fácil, convenhamos. Ao longo daqueles quase quatro anos, até aos primeiros meses de 2012, parecia que a governamental “política do facto consumado” se tinha já instalado definitiva e irreversivelmente: na verdade, muito pouca gente acreditava sequer fosse ainda possível fazer alguma coisa para travar o passo àquele crime de lesa-património.

Fez-se o que se pôde, porém, nesses difíceis tempos. E a pouco e pouco, muito lentamente, com a persistência que advém da convicção firme, fomos conseguindo fazer passar a mensagem, reunindo informação e contactos, recrutando voluntários e apoiantes (até no estrangeiro), promovendo acções públicas (geralmente com apenas um punhado de activistas), publicando conteúdos de “agitprop” e tentando “furar” o mais possível a cortina de silêncio em que os “media” tinham encapsulado a iniciativa.

Pouco depois do gigantesco [balde de água fria que nos foi atirado da Rua do Viriato, onde era a sede do “Público”](#), recebi um convite para ir a Espanha — ele há mesmo milagres, como se vê, e nem todos são pura ilusão de óptica — “falar sobre o AO90” na [Fundação Rei Afonso Henriques](#), em Zamora.

Foi tudo (excelentemente) tratado, arranjado, organizado pela nossa camarada [Rocío Ramos](#), escusado será dizer. Por mim, apenas teria de arranjar alguém para conduzir nas viagens de ida e volta, já que iria precisar do tempo do trajecto para rever notas e documentos, reavivar memórias, ensaiar minimamente o “discurso”, digamos, e as perguntas da assistência a que provavelmente teria de responder. Viajando no próprio dia, iríamos chegar apenas uma hora antes do evento e ainda seria necessário mudar de roupa...

Ah, a propósito, por falar em roupa.

Na segunda-feira anterior à data marcada fui, como de costume, buscar a trouxa à [lavandaria](#). Por desfastio e por simples descargo de consciência, perguntei à dona da dita lavandaria (como andava há dias a perguntar a toda a gente) se “por acaso não conhece alguém que precise de ir a Zamora, não?”

–Zamora?
–Zamora. Espanha.
–Quando?
–Tenho de estar lá na próxima quinta-feira, dia 2, o mais tardar às 7 da tarde.
–Em Zamora?
–Em Zamora. Espanha (não sei se já tinha dito).
–Ok. Eu levo-o.
–Hem?
–Eu levo-o lá. Não conheço Zamora.
–Errrrrr...
–Temos de sair daqui às quantas?
–Errrrrrrrrr...
–São aí uns 500 quilómetros, não? Cinco horas de caminho, vá. Pelo seguro, saímos daqui à uma da tarde.
–Errrr... ok...
–Ok. Até quinta-feira, então.
–Errr...

Pronto, foi isto. Aliás, “nossa” [Ana Almeida](#) é assim mesmo, zás, trás, pás, já está. Daí o meu acesso de gaguez (ou entupimento) no diálogo, peço desculpa.

Correu tudo muito bem na viagem menos um “piqueno” pormenor: ambos nos esquecemos de que os espanhóis têm o ancestral vício de se nos adiantar em tudo e por isso, quando chegámos a Zamora, já passava das 7 horas e não das 6, como garantiam os nossos relógios regulados em TMG.

A coisa resolveu-se, a bem dizer, à francesa, isto é, *vite-vite-vite*: “check in” no hotel, desfazer a mala, tomar banho, fazer a barba e vestir uma fatiota (estava um frio de rachar) em menos de 30 minutos, ora, ora, o que é isso p’rá gente, prontinho, cá estou eu, vamos a isso.

Quando chegámos às (esplêndidas) [instalações da FRAH](#), depois de louca correria, de uma ponta à outra da cidade, posso jurar que não me apercebi de que o termómetro da farmácia mais próxima já marcava 3 graus negativos; aquele “fresquinho” leonês iria bater os menos 7 pela madrugada, mas não havia tempo para dar atenção a isso. O que me ralava um pedaço era aquela impressão estranha na garganta, ameaçando rouquidão, e era outra impressão ainda mais estranha na cabeça, assim como se fossem umas guinadas irradiando para o peito, para os braços, para tudo quanto é músculo.

Gripe. Oh, diabo. Se estar rouco é mau para quem vai palestrar numa palestra, estar de repente com uma gripalhada tremenda é péssimo para o palestrante. Ai, ai, ai, isto vai correr mal, ui, mas que mal que isto vai correr.

Correu bem.

Está visto que [não somos especialistas em dar palpites](#).

Enfim, correu menos mal, digamos, atendendo às gripais circunstâncias. Como programado, a [palestra realizou-se mesmo no dia 2 de Fevereiro de 2012, às 8 e um quarto da noite \(hora de Espanha, é claro\)](#).

A sala estava cheia e lembro-me, se bem que de forma enevoada, de que ninguém na assembleia tagarelou com o colega do lado, não houve movimentações na assistência, toda a gente ficou no seu lugar do princípio ao fim da “função”. Só bons sinais, portanto, e das duas, uma: ou os estudantes espanhóis, incluindo os adultos, são muito mais disciplinados do que os portugueses ou então estavam *concentradíssimos*, fazendo imensa força para entender o meu Português de dois sotaques (Porto e Lisboa), e portanto sequer pestanejavam, mudos e quedos. Lamento imenso não ter sido capaz de me levantar para explicar umas coisas



num quadro que lá havia mas, na verdade, a cada minuto que passava ia piorando aquele mal-estar que se nos dá quando a [influenza](#) influencia.

Alguém me segredou, à entrada, que “vieram pessoas de longe, até de Madrid”. Para os espanhóis, e em especial para aqueles espanhóis em concreto, todos eles estudantes de Português, o AO90 é uma coisa absurda, ridícula, incompreensível; por isso tinham ido ali ouvir um português falando sobre a Língua que estudam, a ver se finalmente poderiam entender alguma coisinha sobre “el acuerdo ortográfico de la Lengua Portuguesa”. Bom, se calhar falhei em toda a linha neste particular, visto que o AO90 é de facto absurdo, ridículo, incompreensível, e portanto é humanamente impossível explicá-lo. Mas espero ter passado a ideia que ali me levava, ou seja, conseguir explicar que em Portugal se resiste a esse absurdo e se combate aquele ridículo. Porque só isso é compreensível.

Bem, estava de facto perante gente muito especial; são especiais os estudantes espanhóis de Português em Espanha e é espantosa a própria Fundação Rei Afonso Henriques, a sua Direcção, o seu corpo docente e os seus funcionários. Como se já não bastasse terem exemplarmente organizado aquele evento, [chegaram mesmo ao ponto de, mais tarde, recolher \(88!\) assinaturas de apoio à ILC-AO](#). Note-se, destaque-se, enalteça-se esta coisa extraordinária: são espanhóis que amam a Língua Portuguesa, não podem subscrever a ILC por serem cidadãos estrangeiros mas, ainda assim, com “dados pessoais” e tudo, manifestam publicamente o seu apoio à nossa iniciativa em defesa da mesma Língua que, de certa forma, também é deles.

APOIO À ILC CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO

Nós, abaixo-assinados, estudantes de língua portuguesa em Espanha, perante a lógica impossibilidade de poder subscrever a Iniciativa Legislativa de Cidadãos por não possuir a nacionalidade portuguesa mas no desejo de colaborar da maneira possível na defesa do Português, APOIAMOS a ILC contra o A090 por considerar que as línguas hão-de evoluir de forma natural conforme a sua utilização pelas pessoas que através delas se comunicam e não por decreto imposto.

Emocionante. É o mínimo que posso dizer.

Como emocionantes foram as manifestações de apreço e as inúmeras gentilezas com que fomos brindados após o evento. Felizmente não perdi a fala durante a palestra mas fiquei literalmente sem palavras depois dela.

E assim terminou aquele gélido dia 2 de Fevereiro de 2012.

O dia seguinte, 3, amanheceu gloriosamente, céu completamente limpo e Sol radioso. Batia exactamente o meio-dia quando recebo uma chamada de Portugal. Rui Valente tinha à mão uma notícia acabada de sair: [Vasco Graça Moura suspende AO90 no Centro Cultural de Belém](#) .

Caramba! Reviravolta total.

Acho que me passou a gripe por completo naquele exacto momento. Deviam meter telefonemas daqueles em frasquinhos e vendê-los nas boticas.

O novo Presidente do CCB, nomeado pelo Governo, manda suspender o AO90 — é uma evidente desautorização. Se isto não muda tudo...

Ora cá está, eis uma nova linha de demarcação, chegámos à fronteira entre Antes e Depois.

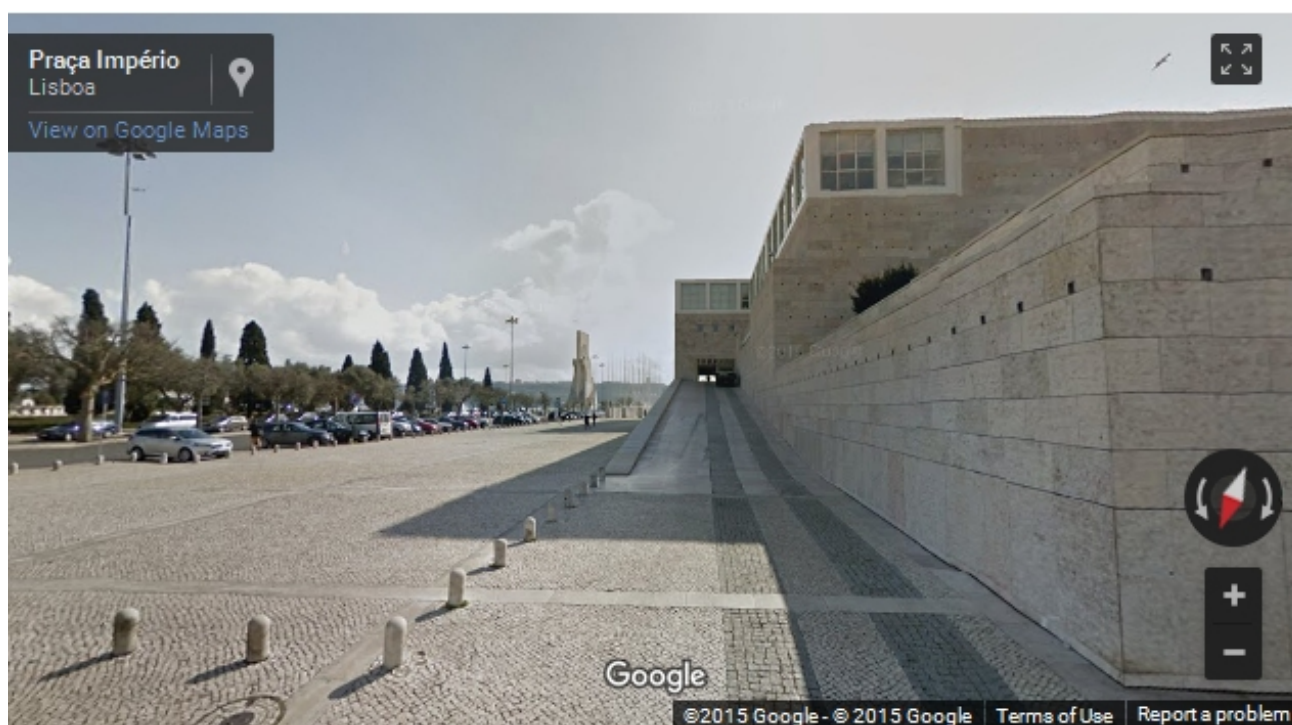
A cidade leonesa de Zamora é o marco mais relevante da nossa História: foi ali assinado o Tratado que consagrou a [independência de Portugal, no dia 5 de Outubro de 1143](#) .

Em comum, não por mera coincidência, o facto de poder haver fronteiras até entre o zero e o infinito, entre nada e tudo, de um lado o desespero e do outro a esperança.

Podemos ir a Zamora, por exemplo e por acaso, e isso é ir ao encontro da História. Ou podemos estar algures, por acaso e por exemplo em Zamora, e a História vir de repente ter connosco.

A fotografia de topo é da autoria de [Rita Ferreira Borges](#), que também participou na organização do evento de Zamora.

[R1_181115]



[View on Google Maps](#)

“O CCB e o AO90”

No dia 20 de Janeiro de 2012 foi [noticiada a nomeação de Vasco Graça Moura \(VGM\) para a Direcção Administrativa e Financeira do Centro Cultural de Belém \(CCB\)](#). Alguns dias depois, a 2 de Fevereiro, sai — com imenso e muito justificado estrondo mediático — a notícia de que VGM manda [suspender](#), segundo o semanário “Sol”, ou [anular](#), garantia o “Diário de Notícias”, ou “[manter em vigor a velha ortografia](#)”, como diz a rádio “TSF”, ou ainda, como titulava o “Público”, “[dá ordem aos serviços para não aplicarem](#)” o “acordo ortográfico” no CCB.

Mas a [notícia bombástica](#) foi, em suma, que o AO90 estava a ser utilizado nos serviços de uma entidade dependente do Estado (Secretaria de Estado da Cultura) e o seu novo Director, nomeado pelo Governo, ordenou aos serviços dessa entidade que deixassem de utilizar o AO90.

Como é normal num país que se pretende livre, cada órgão de comunicação social (OCS) noticiou o acontecimento à sua maneira. As palavras escolhidas para intitular uma notícia não são meramente casuais ou arbitrárias e ainda menos arbitrárias ou casuais são as que se usam no tratamento, no desenvolvimento e na análise dessa notícia. Os conteúdos noticiosos dependem de uma série de factores, a começar pelas orientações (e ligações) políticas específicas de cada OCS e, em última análise, pelas opiniões do jornalista que relata o sucedido.

Ora, sucede que, de mais a mais quando uma opinião se forma (não só mas também) a partir de notícias que são elas mesmas mais opinativas do que noticiosas, qualquer cidadão tem também o direito de exprimir o seu próprio ponto de vista.

Vejamos.

Em relação à polémica decisão de banir o Acordo Ortográfico dos documentos do Centro Cultural de Belém, o recém-empossado director admite que possa ter causado algum incómodo junto do executivo, mas assegura que não houve intenção de afrontar o Governo com esta medida. E defende que sem vocabulário ortográfico comum, preparado com intervenção dos sete

países signatários do Acordo através dos seus organismos e instituições, as alterações exigidas à grafia não são sequer aplicáveis.

Excerto de notícia (com ortografia corrigida) do “DN” de 12.02.12

«o recém-empossado director admite que possa ter causado algum incómodo junto do executivo»

“Alguns incómodos”? Mas tendo sido nomeado para aquele cargo pelo mesmo executivo, em Janeiro de 2012, não terá o próprio dado conhecimento prévio dessa sua intenção ao executivo que o nomeou? E se houve conhecimento prévio, logo, acordo entre executivo e nomeado, então que “incómodo” poderá ter causado ao executivo a decisão do nomeado?

«mas assegura que não houve intenção de afrontar o Governo com esta medida»

Então qual terá sido, ao certo, a intenção da medida? Seria aceitável que o novo Director do CCB, o mais conhecido (e mediático) adversário do AO90, aceitasse passivamente que o “Lince” lhe devorasse consoantes “mudas”? Que o AO90 lhe estropiasse os textos e que ele mesmo assinasse documentos em “acordês”? Isso não seria uma intolerável afronta, uma desconsideração inadmissível, um verdadeiro insulto para o novo Director do CCB?

«E defende que sem vocabulário ortográfico comum, preparado com intervenção dos sete países signatários do Acordo através dos seus organismos e instituições, as alterações exigidas à grafia não são sequer aplicáveis.»

Ou seja, desde que ou a partir do momento em que passe a haver “vocabulário ortográfico comum”, então, nesse caso, as “alterações exigidas à grafia” já passariam a ser aplicáveis sem problema algum?

Como sabemos, o tal “vocabulário ortográfico comum” — enfim, uma aldrabice qualquer com essa pomposa designação — foi oficialmente apresentado na cimeira de Dili, em Julho de 2014.

Não era e não é esta a única objecção, o único dos impedimentos apresentados por algumas pessoas como sendo condições *sine qua non* para a não aceitação do AO90: além da referida ausência do VOC, apontam também o facto de o “acordo” não ter sido (ainda?) ratificado por todos os países da CPLP, o que, de facto, à luz do Direito internacional, invalida a sua eficácia (ou efectividade) na ordem jurídica interna dos demais países signatários.

Ainda no âmbito da sua nomeação pelo Governo para o Centro Cultural de Belém, o novo Director refere ele mesmo esta objecção:

«Antigo eurodeputado do PSD argumenta que “o Acordo Ortográfico não está nem pode estar em vigor” porque Angola e Moçambique ainda não ratificaram o documento» [“Expresso”, 03.02.12]

Ora, segundo esta outra linha de raciocínio quanto a factores decisivos (de impedimento), então bastaria os (2) países que (ainda?) não ratificaram o fizessem, por fim, para que tudo estivesse nos conformes?

Portanto, considera-se assim aceitável que o nosso (ou qualquer outro) país fique literalmente refém de uma decisão tomada por um ou por mais do que um Governo estrangeiro? A entrada em vigor do “acordo ortográfico” em Portugal decide-se em Luanda ou no Maputo? Uma lei passa a vigorar em Portugal quando os moçambicanos e os angolanos resolverem decidir isso?

Houve, há e se calhar ainda continuará a haver algumas condições *sine qua non* deste género que são absolutamente inadmissíveis — por questões morais, de identidade nacional, logo, inultrapassáveis e não negociáveis.

Não queremos *dar tiros nos pés*, não é verdade? E muito menos queremos chegar ao ponto de, por mero acaso ou por grande azar, de tanto atirar à toa, a esmo, sem fazer pontaria, vir a acertar com um desses disparos na cabeça. Certo? Não queremos essa radical (e irreversível) “solução”, pois não?

Se invocar a falta do VOC ou a falta das ratificações de Angola e Moçambique já é suficientemente mau, se é péssimo porque ficamos sem ambos os pés, então passar ao estágio seguinte é uma total insanidade.

Refiro-me, evidentemente, com esta suicidária imagem, à tese da “revisão” do AO90. Uma coisa é usar (acessorialmente!) o VOC ou Moçambique e Angola como objecções ao “acordo”, outra coisa completamente diferente é utilizar esses argumentos como se fossem barreiras decisivas. Ora, muito pior ainda, mil vezes pior do que persistir nesses dois (tremendos) erros é apontar... “erros” no próprio “acordo”. Como se o “acordo” não fosse todo ele um (tremendo) erro, de cabo a rabo, sem ponta por onde se lhe pegue. Considerar que o AO90 contém apenas uns quantos “erros” e que, portanto, corrigindo-se esses “erros” deixa de haver qualquer problema, é o mesmo que admitir a viabilidade da “uniformização da língua”, é aceitar que afinal o “acordo” era mesmo necessário, que serve para alguma coisa, que ajuda em algo, que facilita em vez de dificultar enormemente.

Apontar “erros e contradições mais flagrantes” e aceitar as respectivas “correções” equivaleria, na prática, a termos de saber como se pronunciam as palavras num país estrangeiro para podermos escrever na nossa própria Língua: “corrigir” os casos de **novas duplas grafias**, por exemplo, implicaria que tivéssemos todos de perguntar a nós mesmos coisas como “no Brasil pronuncia-se o P em «**receção**»?” Ah, então escreve-se «recePção». “Os brasileiros dizem «**perspetiva**» ou «**perspeCtiva**»?” Ah, então é como era *dantes* cá. Será que eles ‘lêem’ o C em «**seCção**»? Ah, não lêem? Então como diabo se escreve? Ah, ok, é «**seção**». E assim por diante. Este horror.

Aceitar que o absurdo pode ser “revisto” (ou **referendado**) é “dizer” que, em suma, toda a oposição ao “acordo” estava afinal redondamente enganada, que toda a nossa luta foi inútil, que a Causa nunca existiu sequer porque jamais fez sentido.

Portanto, do sumário seguinte sobra apenas a alínea c).

No meio desta vergonha, o mais simples é:

*a) reconhecer-se que o AO nunca entrou em vigor por **falta de ratificação de todos os estados signatários**;*

*pressuposto essencial da sua aplicação que é o **vocabulário ortográfico comum que nem sequer foi iniciado**;*

c) suspender-se tudo o que se dispôs em Portugal quanto à aplicação do AO, nomeadamente no plano das escolas, dos livros escolares e dos serviços do Estado;

*d) tomar-se a iniciativa de **negociações internacionais com vista a uma revisão e correcção do AO** por especialistas dignos desse nome.*

*O Acordo Ortográfico é tão mal feito que nem o Brasil o aceita... Logo à nascença, já era um cadáver adiado. Com vénia de Fernando Pessoa, agora não se pode deixar que, **sem a necessária revisão**, ele procrie seja o que for.*

*[Transcrição de **artigo da autoria de Vasco Graça Moura publicado no jornal “Diário de Notícias” de 02.01.13. <http://ilcao.cedilha.net/?p=9039>**]*

A não ser, é claro, que essa “revisão” do AO90 consistisse essencialmente na reposição do que estabelece o **Acordo Ortográfico de 1945!**

O que aliás estava previsto nas 3 alíneas iniciais da “**síntese de medidas rectificativas necessárias**” da **Petição/Manifesto “Em Defesa da Língua Portuguesa” (2008)**:

*a) **correção das inúmeras imprecisões**, erros e ambiguidades do texto actual;*

*b) **eliminação das facultatividades** nele previstas ou por ele tornadas possíveis, nos domínios*

do H inicial (Base II), das consoantes mudas (Base IV), da acentuação (Bases VIII-XI) e das maiúsculas e minúsculas (Base XIX);

c) **reposição da questão das consoantes mudas** (Base IV) nos precisos termos do Acordo de 1945;

Ah, assim, sim! Apoiado! Venha de lá então essa “revisão” — que afinal o não é de todo. Mas só se for essa mesmo, porque não é de nada disso o que se vai lendo por aí, desde pelo menos meados de 2013, o que originou vários esclarecimentos no “site” da ILC-AO.

*Por conseguinte, e em função das notícias mais recentes, vimos **de novo** dar público conhecimento de que não aceitaremos qualquer “solução” que o não seja de facto, isto é, se consistir, na prática, no protelamento sistemático, no adiamento da questão para as “calendas gregas”, em **manobras de diversão várias** ou, em suma, em promessas vãs, vazias, desprovidas de sentido e de substância, como é o evidente caso da já muito anunciada “revisão” do AO90.*

Não é possível, por definição, “rever” o absurdo para que este deixe de o ser. O AO90 é uma aberração completa, um monstro que nenhuma “revisão” (necessariamente cosmética) poderá tornar “um bocadinho” menos monstruoso.

21.12.13

“Cosmética” porque consistiria em apenas algumas alterações pontuais que deixariam, na prática, tudo na mesma, ou “cosmética” porque equivaleria, também na prática, a repor a situação normal (o AO45), chamando “revisão” àquilo que seria efectivamente a anulação total do AO90. Pois sim, se a operação de “cosmética” fosse esta última, ah, claro, repito, este tipo de “revisão” estaria muitíssimo bem.

Mas, falando a sério, alguém acredita nessa “hipótese”?

Sem qualquer dúvida, o facto de **VGM ter mandado retirar o “Lince” dos computadores do CCB teve uma enorme importância política**. Menos um animal feroz à solta. A partir daquele dia, nada seria como antes: nem para o bem, já que só então apareceram voluntários e militantes da Causa às carradas, nem para o mal — visto que no meio das carradas vinham também alguns oportunistas, como favas num bolo-rei.

E por falar em bolo-rei, não deixa de ser uma coincidência com seu quê de irónico este “cavaquiano” (e encavacante) binómio, o CCB e o AO90. Ao mesmo tempo e no mesmo sítio, VGM depara com as **duas incumbências cometidas por Cavaco a Santana**: é nomeado para dirigir a primeira e manda anular ali a segunda.

Infelizmente, esse hiato de normalidade no CCB durou apenas cerca de dois anos. **Vasco Graça Moura faleceu no dia 27 de Abril de 2014**.

A partir de Setembro desse mesmo ano, o *bunker* da Praça do Império voltou a encher-se de “espetáculos” e de “atividades”.

https://www.youtube.com/watch?v=Y3BrW_6Of10

[R2_261215]

A pasta preta

7 de Junho de 2012. Um dia marcante. [Mais uma vez](#), o problema estava resolvido. Seria desta, finalmente?

Muita água tinha já corrido sob as pontes desde o “[2 de Fevereiro](#)”. E, como sucede num jogo de batalha naval, que é brincadeira, mas não deveria acontecer nesta luta, que é séria, foi nessa mesma “água” que *acertaram* alguns dos nossos “tiros”.

Já tínhamos percebido por aquela altura, meados de 2012, que o destino mais provável da ILC — [caso a entregássemos com “apenas” as 35.000 assinaturas exigidas](#) — seria a recusa liminar, *a priori*, ou então a sua (humilhante) derrota se porventura chegasse a ser votada no Parlamento.

Havia, portanto, que ir procurando alternativas.

Por exemplo, sugerir aos [deputados que tinham votado contra a RAR 35/2008](#) que avançassem eles mesmos com uma resolução ou outra iniciativa parlamentar do mesmo teor.

Para os que votaram contra a [RAR 35/2008](#) poderem avançar “internamente” com uma iniciativa (ou resolução) própria [teriam de ser pelo menos 23 \(10% do total dos assentos parlamentares\)](#) e não [apenas 4, que foram quantos votaram de facto contra a dita RAR. Ainda que pudessem contar com os 17 deputados que se abstiveram naquela mesma votação](#), seriam 21 no total: não era suficiente. Acresce que seria muito difícil os deputados do PCP, o único partido que então se absteve em bloco, aliarem-se numa iniciativa legislativa aos seus mais férreos adversários políticos, no mesmo hemiciclo onde todos os dias se confrontam. E acresce ainda que não é lá muito fácil ao povo sequer chegar “à fala” com os seus representantes no Parlamento, quanto mais convidar uns quantos deles, de vários partidos, para conversar placidamente à volta de uma mesa.

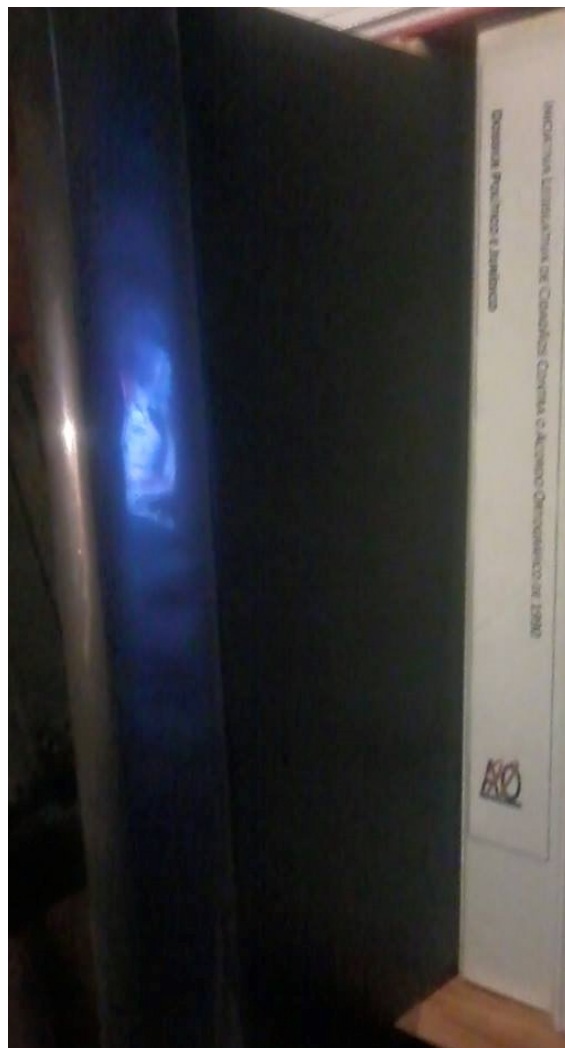
Mas foi isto mesmo o que efectivamente tentámos. Já tínhamos encetado contactos nesse sentido, tendo como alvo preferencial alguns dos deputados de diferentes “bancadas” que tinham tomado posição pública contra o AO90.

Um precedente, ainda no ano anterior, tinha entreaberto essa “porta”. Numa mensagem com data de 27 de Abril de 2011.

Não só já enviei por correio a minha subscrição de tal iniciativa legislativa, como enviei também as subscrições de outros elementos do meu agregado familiar.

Como pode verificar abaixo, a frase “O deputado Mendes Bota não se submete ao Acordo Ortográfico. Só por descuido!” consta em todos os email que envio, e só tenho recebido aplausos por essa posição.

Não sei o que pretendem colocar no meu perfil de subscritor e entusiástico apoiante da ILC. Sem qualquer pretensiosismo envio uns resumos biográficos que preparei recentemente, podem utilizá-los ou não, à vossa inteira vontade.



[Visite o nosso website](#)

www.mendesbota.com



"Activismo Europeu", a última obra de Mendes Bota

O deputado Mendes Bota não se submete ao Acordo Ortográfico. Só por descuido!

A (profusa e profícua) troca de correspondência com este deputado prolongou-se por todo o ano de 2011 e prosseguiu ainda mais intensamente em 2012. Depois de [publicado o seu perfil](#) na “galeria” de subscritores, apoiantes e activistas da ILC-AO, José Mendes Bota assinou também um excelente [texto, de incentivo à subscrição da iniciativa, que saiu na edição do jornal “Público” de 3 de Maio de 2012](#). Por fim, no dia 7 de Junho seguinte, recebeu-me no seu gabinete do “edifício novo” do Palácio de S. Bento.

A reunião, pessoal e informal, correu muitíssimo bem. Nenhuma hipótese deveria ser descartada à partida, pois claro, e foi o próprio Mendes Bota quem avançou com aquela que poderia ser a estratégia mais expedita (ou exequível) para os fins em vista: envolver deputados de diversas bancadas, sim, mas no próprio Parlamento e a um nível já não estritamente pessoal, mas institucional.

A ideia não seria propriamente “convidar uns quantos deles, de vários partidos, para conversar placidamente à volta de uma mesa”, mas convocar o máximo possível de deputados para uma sessão (ou reunião) extraordinária, no próprio Palácio de S. Bento, em que seria ouvida uma delegação da ILC e enunciadas e discutidas entre todos as diversas alternativas de acção concreta.

O que se poderia sequer imaginar de melhor do que isto? Essa sessão deveria realizar-se para além do horário normal (à noite, portanto), provavelmente na Sala do Senado, com a presença de “dois ou três” oradores principais convidados por nós, com a possibilidade de haver outras participações no debate até de alguma gente, igualmente convidada, na assistência.

Em cima da mesa estariam, à partida, três hipóteses principais:

1. A apresentação, por parte de um único Deputado ou de vários, de um projecto de lei de conteúdo e objectivos [similares aos da nossa ILC](#), conforme previsto na alínea b) do [Art.º 156.º da CRP](#). Isto evidentemente, desde que fique garantida a liberdade de voto, ou seja, que em sede de reunião de líderes de grupos parlamentares se convencie a abolição da “disciplina de voto” neste projecto de lei em concreto.
2. A constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ([Art.º 178.º – 4 CRP](#)), requerida por 46 Deputados, com a finalidade de investigar todos os procedimentos do processo legislativo que conduziu à aprovação da [RAR 35/2008 \(II Protocolo Modificativo\)](#) e tendo por (óbvia) consequência a apresentação de uma iniciativa legislativa em conformidade.
3. A apresentação de um pedido de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade da [RAR 35/2008](#), do [II Protocolo Modificativo](#) e/ou do próprio AO90, por parte de (no mínimo) 23 deputados de todas ou de pelo menos duas bancadas parlamentares. ([Art.º 281.º – f\) CRP](#)).

Eram estas as propostas que iríamos apresentar, mas, evidentemente, ficaria sempre em aberto um ponto 4: qualquer outra via de acção concreta que aos próprios deputados ocorresse.

Convidámos vários possíveis oradores para o evento, pessoas de inegável prestígio nas áreas do Direito, da Política, do Ensino e da Literatura, como, por exemplo, o Juiz [Rui Estrela de Oliveira](#) e o poeta [Pedro Tamen](#). Tínhamos já conseguido a (simpaticíssima) manifestação de disponibilidade por parte do Professor Doutor [José de Faria Costa](#), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Bom, pelo menos no plano das intenções aquele era um plano óptimo e nele todos depositávamos imensas (e nada infundadas) esperanças. Tratava-se, no fundamental, destacando o ponto 3 da “ordem de trabalhos”, de suscitar a inconstitucionalidade da entrada em vigor do “acordo ortográfico”; e para que isso fosse feito “apenas” haveria que determinar a via prática mais adequada.

Infelizmente, o tempo foi passando e acabou por não ser possível conciliar as agendas dos vários envolvidos, e por conseguinte aquela “janela de oportunidade” gorou-se: rapidamente chegou o Verão, vieram as “férias parlamentares”, as pessoas desmobilizaram, o próprio Professor Faria Costa teve de cancelar a sua presença devido a outros compromissos, já que entretanto, de facto, muito tempo (demasiado tempo) se tinha perdido entre antes do [fim de uma Sessão Legislativa e muito depois do início de outra](#) .

Perdurou a ideia-base, contudo, que fomos reiterando daí em diante exaustivamente.

E assim, com o concurso não apenas de simples cidadãos como também de deputados de todos os Partidos, teríamos de uma assentada a correcção de um erro colossal e uma saída airosa, em qualquer dos três casos, para o imbróglia político (ou para o beco sem saída a que nos pretende condenar o “statu quo” político-partidário), já que todas as forças políticas seriam solidariamente responsáveis pela anulação do seu próprio erro colectivo. Sem responsabilizações nem culpas nem ónus nem custos de qualquer espécie para qualquer deles.

Pois se não é para interpretar fielmente o sentir do povo, se não é para o representar nas suas aspirações, então para que servem os deputados da Nação? O que estão afinal ali a fazer?

[ILC-AO](#)

O deputado Mendes Bota foi uma das pessoas mais asoberbadas de trabalho que até hoje conheci. Devo confessar que ter podido constatar isso mesmo *in loco* foi para mim uma grande surpresa: entrei no seu gabinete tão imbuído como outro qualquer vulgar cidadão da ideia-feita de que “os deputados não fazem nada”, saí de lá absolutamente convencido de que há uma ideia-feita que está muito mal feita, pelo menos em alguns casos. Aquele deputado, sou testemunha, trabalha (mesmo) mais de 15 horas por dia (7 dias por semana) e, ainda por cima, fá-lo quase completamente sozinho, isto é, sem qualquer “staff” de apoio: por exemplo, enquanto falava comigo ia tirando fotocópias e vigiava ao mesmo tempo duas impressoras que debitavam papel a um ritmo alucinante. A certa altura, toca o telefone; Mendes Bota atende e, enquanto despacha o assunto por voz, retira de uma das impressoras mais uma pilha de papel impresso, escreve qualquer coisa num bloco-notas, faz-me sinal com o queixo (e aponta) para uma pasta branca e levanta um polegar: era o nosso “Dossier Político e Jurídico”, já o tinha visto, parecia-lhe bem. Recordo-me de lhe ter espreitado sorrateiramente para os pés, a ver se ele não estaria ao mesmo tempo, por exemplo, a dar ao pedal num gerador para ter electricidade no gabinete. O homem parecia ter pelo menos quatro braços!

— *Não há verba, disse, não há quem ajude ...*

Compreensivelmente, uns meses mais tarde, acabou mesmo por ter de “passar o testemunho”, como designou a “cerimónia”: no dia 22 de Novembro de 2012, [João Bosco Mota Amaral](#) recebeu, no seu gabinete do Palácio de S. Bento, uma delegação da ILC-AO constituída por [Hermínia Castro](#), [Rui Valente](#), [Paulo Jorge Assunção](#) e eu mesmo; e Mota Amaral recebeu também, das mãos de Mendes Bota, toda a documentação relacionada com a luta contra o AO90, incluindo, evidentemente, a tal “ordem de trabalhos” para o parlamentar evento que tinha afinal ficado sem efeito.

Esses documentos por ali se quedaram. O testemunho foi efectivamente passado mas não passou, lamentavelmente, dali.

Tenho tudo isto guardado numa pasta preta, nem de propósito.

A paralisação da linha de acção traçada naquele 7 de Junho foi mais um dos (muitos e) muito decepcionantes episódios que fui documentando, ao longo dos anos. Nada obstava, de resto, a que o mesmo projecto viesse a ser retomado, mais tarde, já que oportunidades para tal não faltaram em 2013, 2014 e 2015.

E poderia ainda retomar-se, porque não? Ou passou a haver algo impeditivo de que se faça o que tem de ser feito?

[R1_191115]





No passado dia 7 de Dezembro uma delegação representativa do grupo de cidadãos que promovem a ILC contra o AO90 foi recebida por dois deputados do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, na sequência de encontros marcados com os diferentes grupos políticos com o fim de os informar a respeito da nossa luta e procurar apoios entre eles.

Esta reunião em particular alongou-se por várias horas e houve evidente interesse no assunto por parte dos deputados [João Oliveira](#) e [Miguel Tiago](#).

Rocío Ramos

[A ILC visita o Parlamento – ILC contra o Acordo Ortográfico](#)

As causas da Causa

A maior parte do nosso trabalho sempre foi feito “pela calada”, em sentido literal, especialmente quanto a contactos e reuniões de carácter estritamente político-partidário. Nada de “fazer ondas”! Trabalhámos, trabalhamos, trabalhemos sem qualquer alarido desnecessário, tão discretamente quanto possível, pois a essa espécie de “low profile” obrigam as regras implícitas do jogo político.

Chegados a Dezembro de 2012, já muita coisa se tinha passado neste âmbito: além das [reuniões com dois deputados do PSD](#), tínhamos sido recebidos em [audiência na CECC¹, no dia 12 de Julho de 2012](#). E prosseguiu o seu curso, é claro, o nosso programa de audiências com deputados de várias áreas partidárias, a fim de os sensibilizar para a nossa iniciativa cívica em particular e para a oposição ao “acordo ortográfico” em geral. Muitos pedidos de reunião nos foram recusados, até então, e outros tantos viriam a ser pura e simplesmente ignorados depois disso, é verdade, mas pelo menos duas das “bancadas” parlamentares conseguimos nós “furar”. Mas não somente. Até ao final daquele ano de 2012, para citar apenas alguns exemplos mais significativos, tivemos [reuniões no jornal “Público” e na AEIST¹](#), houve as palestras na [FRAH¹](#), em Espanha, e na [Feira do Livro de Coimbra](#).

Portanto, estivemos lá, divulgámos a Causa, despertámos consciências, mobilizámos pessoas para a luta, promovemos a resistência activa e, sobretudo, conseguimos manter viva a polémica junto da opinião pública, com alguma repercussão nos órgãos de comunicação social. Em suma, até porque a “questão ortográfica” estava antes da ILC mais do que morta e enterrada, conseguimos liquidar a “política do facto consumado”.

Não se tratou de uma liquidação sumária, porém. Pelo contrário. Foi um longo e extremamente paciente trabalho de “minagem” da consumação, uma permanente e sistemática desmontagem do “facto”, em resultado de uma abordagem política de coerente e firme subversão do *statu quo* “desortográfico”. Quer dizer: tendo por objectivo último a revogação da entrada em vigor do AO90, o primeiro objectivo teria necessariamente de ser... não deixar a Causa morrer. “Só” isto.

A ILC-AO sempre foi muito mais do que uma *simples* iniciativa legislativa de cidadãos. A [finalidade inicial tinha sido que alguma entidade de implantação nacional assumisse, patrocinasse e encabeçasse a ILC; como isso não sucedeu, pois então avançámos nós](#) mesmos com a iniciativa, mas sempre tendo presente que poucas ou nenhuma hipóteses teríamos, enquanto *simples* “grupo de cidadãos”, [se não conseguíssemos um número esmagador de subscrições](#). Portanto, teríamos de, usando a ILC como arma de arremesso (ou como [espada de Damocles](#) sobre a cabeça da [Hydra](#) acordista), procurar outras soluções com acrescidas hipóteses de sucesso.

Na verdade, o “problema” já tinha antes estado aparentemente “resolvido”, e até por [mais do que uma vez](#), mas [foi de facto naquele \(belo\) dia 7 de Dezembro de 2012](#) que a “questão ortográfica” alcançou finalmente um patamar sólido e exequível para a tão desejada solução: uma “bancada” parlamentar iria propor a constituição de um Grupo de Trabalho sobre o AO90.

Como já tinha sucedido com a [palestra em Zamora](#), que é a sua cidade natal, também a ideia deste encontro com os deputados do PCP foi de Rocío Ramos, que é militante da espanhola [Izquierda Unida](#). Nada de mais natural, portanto, que, sendo ela comunista e, ao mesmo tempo, sendo também a mais veterana activista da ILC-AO, tivesse sugerido a ideia e feito questão de estar presente nesse encontro no Parlamento português. RV¹ estabeleceu os primeiros contactos com os deputados e HC¹ preparou um “dossier” com documentação.

Fomos muito simpaticamente recebidos pelo deputado João Oliveira, que se prestou a conduzir-nos numa interessantíssima visita guiada ao Palácio de S. Bento: percorremos os “Passos Perdidos” de uma ponta à outra, subimos e descemos longas escadarias, espreitámos a Sala do Senado e o hemiciclo principal, estivemos no jardim que “dava directamente para a casa do Salazar, era por ali que ele vinha todos os dias”; num vão de escada, uma interessantíssima arca cheia de... sacos com terra! Algures pelos anos [40 do século XX, aquela arca foi oferecida ao então “Presidente do Conselho”](#); por fora tem gravados os brasões de todas as províncias de e por dentro, nos tais sacos, estão pedaços de terra de cada uma dessas províncias.

Almoçámos na cantina dos deputados, que em nada difere de qualquer vulgaríssimo refeitório. Depois de me debater (sem sucesso) com um pedaço de frango assado ligeiramente *renitente*, pus-me a imaginar um daqueles ilustres tribunos, chegando de tabuleiro na mão e sentando-se ao lado de outra não menos ilustre Excelência mas de outra “cor” política. Ambos mastigando conscienciosa e laboriosamente seu frugal repasto, lado a lado, quando apenas uns minutos antes haviam estado em pleno debate insultando-se mutuamente, Vossa Excelência é uma besta, Sr. Deputado, com o devido respeito, é claro, besta é Vossa Excelência, Sr. Deputado, Sr. Presidente, eu queria fazer uma interpelação à mesa, sim, em defesa da honra, Sr. Presidente, isto não fica assim. E agora ali estariam os dois, ultrapassada a parlamentar zaragata, almoçando tranquilamente, podia passar-me aí o galheteiro, se fizesse o favor, muito obrigado, ora essa, por quem é.

Bem, adiante, engaiolemos de novo o pássaro da imaginação e voltemos à realidade. Continuando a história. O deputado Miguel Tiago tinha estado durante toda a manhã ocupado, só pôde juntar-se a nós à hora do café, no bar do Parlamento. Ficámos à conversa, todos os cinco, entre “bicas” e água mineral. Primeiro, resumimos o ponto da situação quanto à ILC-AO e o estado de “implementação” do AO90 na administração pública e nos “media”. Foram enumeradas algumas possíveis linhas de acção e depois, por algum nada estranho motivo, fez-se um grande silêncio. Devem ter sido só alguns segundos, mas mais pareceram horas: pelos vistos, ninguém tinha ideia alguma, nada de novo (ou de velho), estávamos num beco sem saída.

De súbito, Miguel Tiago suspende a chávena de café a meio da viagem entre a mesa e a boca.

— Criamos um grupo de trabalho.

O silêncio em volta tornou-se ainda mais espesso. Por fim, a chávena lá seguiu o seu caminho. Depois de bebericar uns golinhos, o deputado *deixou cair* de chofre todo o plano:

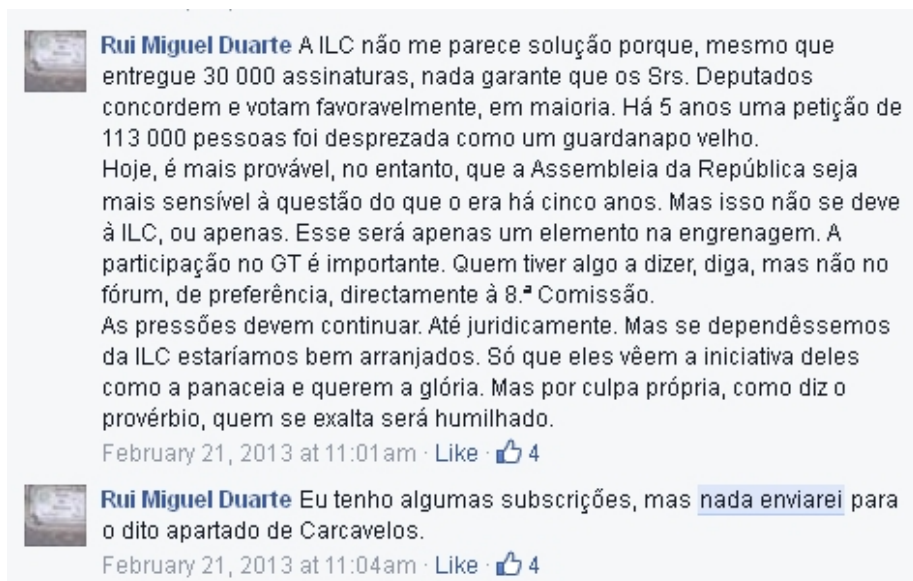
— Criamos um grupo de trabalho parlamentar sobre o “acordo”; isso implica audições e acervo documental; as audições e os documentos têm de ser analisados e discutidos. Depois, tem de ser elaborado e aprovado um relatório com conclusões, recomendações e propostas de iniciativas, se for o caso. E pronto.

— “E pronto”?

— Sim, e pronto. Veremos...

Pois é, “e pronto”. Foi assim, desta maneira e não de outra forma qualquer, foi naquele exacto momento e por inspiração súbita de uma única pessoa, que surgiu a ideia de avançar com o GTA0¹. E esse Grupo de Trabalho surgiu porque Rocío Ramos, activista da ILC-AO e militante comunista (por esta ou por ordem inversa), criou as condições originais para que a dita ideia pudesse ter surgido na cabeça de um dos 230 deputados da Nação. Ao fim e ao cabo, semelhante coisa nunca tinha ocorrido fosse a quem fosse. Jamais alguém havia sequer aludido a essa figura regimental do nosso Parlamento. Um Grupo de Trabalho, claro!

Pois não é verdade que a sociedade civil não tinha sido vista nem achada sobre o “acordo”? Bom, então ali estava a resposta, pelo menos a isso: toda a gente seria ouvida. E foram ouvidos mesmo todos, [até aqueles que puseram em causa](#) a própria criação do grupo de trabalho parlamentar e a forma como ele “nasceu”. Ilustremos a coisa, salvo seja, com uma pequena amostra. Este detrito, por exemplo, foi então avistado a boiar no Fakebook:



“Veremos”, tinha dito Miguel Tiago. E vimos, de facto. [O PCP avançou mesmo com a criação do GTA0¹](#), a “sociedade civil” foi finalmente — e pela primeira vez — ouvida; o próprio Miguel Tiago fez todos os possíveis para que o sucesso fosse total ou, pelo menos, aceitável. Lutou com imensa bravura, honra lhe seja feita.

Claro que, bem o sabemos, infelizmente, a ideia, em termos de resultados práticos, acabou por ser demolida, destruída, aniquilada. O GTA0, após [dezenas de audições e audiências](#) concedidas a inúmeros grupos, instituições e entidades, terminou de forma absolutamente pífia, ridícula, decepcionante.

Porque terá sucedido (mais) esta desgraça? Terão sido as mesmas forças obscuras de sempre? Pois sim, pois foram. A “mão invisível”, o [PD \(Partido do Dinheiro\)](#), os *lobbies*, os inúmeros — e complicados e perigosos — interesses envolvidos, de tudo isso já sabemos nós perfeitamente.

Mas não terá havido também neste (in)sucesso a (over)dose de [tuguismo](#) do costume, ou seja, não terá contribuído para tão mau desfecho a vaidade patológica, a arrogância feroz, a maledicência militante de que são

portadores alguns perfeitos idiotas? Bom, isso será matéria para outro “episódio” desta história (muito) mal contada. Lá iremos, com certeza, assim me dê Deus saúde até lá.

Estes são os factos. Não andámos por aí a apregoar coisa alguma, nem antes, nem então e nem sequer agora. Jamais algum de nós se pôs em bicos de pés. Mas também nunca nos pusemos e nunca nos poremos de cócoras. E muito menos de joelhos.

Como diz o povo, a verdade está para a mentira como o azeite para a água: mais tarde ou mais cedo vem à tona. Ora cá está o azeite, todo, inteiro, rebrilhando — à tona. E a água, inevitavelmente turva, já insalubre, choca, podre, lá está também no lugar que por natureza lhe toca: em baixo.

-
- CECC – [Comissão Educação Ciência e Cultura](#) (Assembleia da República)
 - AEIST – [Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico](#)
 - FRAH – [Fundação Rei Afonso Henriques](#) (de Zamora, Espanha)
 - GTAO – [Grupo de Trabalho sobre o Acordo Ortográfico](#) (Assembleia da República)
 - PSD – [Partido Social-Democrata](#)
 - PCP – [Partido Comunista Português](#)
 - HC – [Hermínia Castro](#)
 - RV – [Rui Valente](#)

[R2_140116]

A resistência tem razões que a razão bem conhece

«Se estamos numa de palpites, deixo o meu: **daqui a cinco anos ninguém se vai lembrar das razões de tanta resistência.**»

Rui Tavares

Isto dizia **Rui Tavares** a propósito do AO90, em 24 de Julho de 2008. Quatro anos depois da tavariana “profecia”, a resistência estava mais fervilhante do que nunca.

The collage features several overlapping elements:

- Top Left:** A snippet from 'CULTURA' dated 25.12.2012 12:32 with the headline 'Adiamento de novo Acordo Ortográfico no Brasil divide opiniões de professores e alunos'.
- Top Right:** A snippet dated 30/12/2012 - 08h15 with the headline 'Governo adia novo acordo ortográfico para 2016'.
- Middle Right:** A snippet dated 01/01/2013 - 03h30 with the headline 'Editorial: A regra é complicar' and the text of Decree 7.875, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.
- Center:** A social media post from RTP dated 20/12/2012 with the headline 'PCP propõe grupo de trabalho para avaliar AO90 [RTP-Lusa, 20.12.2012]' and a quote: '“ PCP propõe grupo de trabalho para avaliar aplicação do acordo ortográfico'.
- Bottom Left:** A snippet from 'diário de S. PAULO' dated 25/12/2012 05:48 with the headline 'Portugueses criticam acordo ortográfico'.
- Bottom Right:** A snippet from 'ÁFRICA 21 Digital' with the headline 'Academia Brasileira de Letras propõe mudanças e ampliação do acordo ortográfico'.

2012 foi de facto um ano de viragem, em todos os aspectos. Em especial depois de franqueada a **fronteira psicológica do “2 de Fevereiro”**, isto é, a data em que **Vasco Graça Moura anulou o AO90 no Centro Cultural de Belém**, os acontecimentos precipitaram-se espectacularmente. Além dos eventos realizados (e alguns falhados), dos sucessos (e certos insucessos), das notícias (e das não-notícias), dos avanços e retrocessos já relatados nesta história (muito) mal contada, houve ao longo desse ano de 2012 outras datas marcantes.

Por ordem cronológica, anotemos algumas delas.

Logo no dia 7 de Fevereiro, também a **FLUL*** anula o acordo ortográfico, segundo notícia da M80 rádio que posteriormente diversos OCS* viriam a difundir e que nós próprios **tivemos o cuidado de confirmar** junto da fonte original. Curiosamente (ou não, que já estamos habituados a estas governamentais trapalhadas), a notícia áudio refere que «*Contactado pela M80 o Ministério da Educação fez saber que desconhecem o caso, já que as Faculdades são autónomas*» mas o facto é que posteriormente, em data indeterminada, pelo menos o **“site” daquela Faculdade** acabou por ser totalmente arrasado pela máquina trituradora acordista. Ordens do patronato, deduz-se.

Avancemos.

Apenas uma semana após a decisão de VGM* no CCB*, o [Editorial de dia 9 do Jornal de Angola](#) — uma espécie de órgão oficioso do Governo angolano — deixava perfeitamente claro que aquele país não ratificou nem ratificará o “acordo ortográfico”; denotam-no com clareza expressões como “*nada o justifica*” ou “*ninguém ouse impor regras*”. Numa formulação ainda mais incisiva sobre a Língua Portuguesa, resulta claro que a posição oficial de Angola jamais será a de «*pô-la a reboque do difícil comércio das palavras*». Apenas alguns excertos desse editorial são o suficiente para entender toda a *mensagem*.

(...)

A Língua Portuguesa é património de todos os povos que a falam e neste ponto estamos todos de acordo. É pertença de angolanos, portugueses, macaenses, goeses ou brasileiros. E nenhum país tem mais direitos ou prerrogativas só porque possui mais falantes ou uma indústria editorial mais pujante.

The logo for 'Jornal de Angola Online' features the words 'Jornal de Angola' in a large, bold, red serif font. Below this, the word 'Online' is written in a smaller, blue sans-serif font. A thin blue horizontal line is positioned just above the 'Online' text.

(...)

O importante é que todos respeitem as diferenças e que ninguém ouse impor regras só porque o difícil comércio das palavras assim o exige. Há coisas na vida que não podem ser submetidas aos negócios, por mais respeitáveis que sejam, ou às “leis do mercado”. Os afectos não são transaccionáveis. E a língua que veicula esses afectos, muito menos.

(...)

E o veículo utilizado foi o português. Queremos continuar esse percurso e desejamos que os outros falantes da Língua Portuguesa respeitem as nossas especificidades. Escrevemos à nossa maneira, falamos com o nosso sotaque, desintegramos as regras à medida das nossas vivências, introduzimos no discurso as palavras que bebemos no leite das nossas Línguas Nacionais. Sabemos que somos falantes de uma língua que tem o Latim como matriz. Mas mesmo na origem existiu a via erudita e a via popular. Do “português tabeliônico” aos nossos dias, milhões de seres humanos moldaram a língua em África, na Ásia, nas Américas. Intelectuais de todas as épocas cuidaram dela com o mesmo desvelo que se tratam as preciosidades.

(...)

Todos devemos preservar essas diferenças e dá-las a conhecer no espaço da CPLP. A escrita é “contaminada” pela linguagem coloquial, mas as regras gramaticais, não. Se o étimo latino impõe uma grafia, não é aceitável que através de um qualquer acordo ela seja simplesmente ignorada. Nada o justifica. Se queremos que o português seja uma língua de trabalho na ONU, devemos, antes do mais, respeitar a sua matriz e não pô-la a reboque do difícil comércio das palavras.

[Excertos do [editorial de 08.02.12](#) publicado no “[Jornal de Angola](#)”. Texto integral publicado no “site” da ILC-AO em [9 de Fevereiro de 2012](#).]

Aqui está outro marco fronteiriço, por conseguinte, e desta vez com uma relevância política incomparavelmente superior à do [primeiro](#). Trata-se já não apenas de *simples* desautorização de um Governo por um único político, agora é todo um Governo, um país inteiro (e, ainda por cima, um país enorme, o segundo maior da CPLP) que não só desautoriza como liminarmente recusa uma intolerável tentativa de imposição de países terceiros sobre a sua soberania nacional. Aquela que deveria ter sido a posição de Portugal quanto ao “acordo ortográfico”, em suma, mas ao que parece no caso do nosso país tal não sucedeu porque “valores mais altos se levantaram”: “valores” em sentido literal, bem entendido, “valores” expressos em números, verbas, cifrões, [dinheiro](#).

Bom, já todos estamos fartos de saber como se confeccionou o *AO90 à portuguesa*, ponhamos de lado, arrojemos esse prato que cheira a esturro, que tresanda a podre, prossigamos pois com a nossa breve cronologia de 2012.

A “Galeria” de subscritores, voluntários e activistas da ILC-AO lá se ia compondo, por essa época, de forma

vertiginosa, com — parafraseando o lema da cidade do Porto — “mui nobre, sempre leal e invicta” gente (sobretudo sempre leal, note-se), pessoas das quais destacamos (sem sombra de elitismo, bem pelo contrário), por exemplo: no dia 1 de Fevereiro, juntou-se à nossa Causa o Doutor [Gentil Martins](#). No dia 12 seguinte, [Manuel Luís Caupers de Bragança](#). A 16, também nesse mês, o (grande) poeta [Pedro Tamen](#). No dia 22, ainda em Fevereiro, [José de Faria Costa](#), Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, co-autor de um importantíssimo texto, de enorme impacto na opinião pública: «[O chamado ‘novo acordo ortográfico’: um descaso político e jurídico](#)». A 16 de Maio todos os [quatro “Gatos Fedorentos” já tinham subscrito a ILC](#) e consentido na publicação dos respectivos “perfis”. [Francisco Ferreira de Almeida](#), Professor de Direito da Universidade de Coimbra e co-autor do [texto já referido](#), passou a constar da “Galeria” em 21.11.2012. Para terminar esta pequena “selecção” de aderentes ao longo do ano de 2012, de referir ainda a publicação, em 22 de Agosto, do “perfil” de [Sandra Vinagre](#), uma das pessoas com mais valiosa intervenção na rede social Facebook.

Outros acontecimentos serão também de realçar, de todos — e foram imensos — os que ocorreram durante esta fase de actividade especialmente frenética.

Após meses de preparação, conseguimos disponibilizar impressos de subscrição da iniciativa nos pavilhões de três das editoras presentes, entre 24 de Abril e 13 de Maio, na [Feira do Livro de Lisboa; a Gradiva](#), a [Zéfiro](#) e a [Relógio d’Água](#).

No dia 1 de Junho, [a ILC esteve na Feira do Livro de Coimbra, onde realizámos uma palestra sobre o AO90](#) com dois oradores convidados e “moderação” de HC*.

A 15 de Junho, toda a imprensa (bem, não exactamente “toda”) noticia mais uma tremenda machadada no *statu quo* “desortográfico”, outra desautorização política: «[Câmara da Covilhã não adota Novo Acordo Ortográfico](#)». Não vale a pena virem agora os acordistas do costume tentar dourar a pílula: as Câmaras Municipais fazem parte da Administração (no caso, não a Central mas a Local), logo, se uma Câmara recusa “adotar” o AO90 então isso é uma desautorização política do Governo. Que a dita pílula lhes fique entalada na garganta, é o que se deseja. Em sentido figurado, bem entendido, cuidem-se lá dos gasganeses.

Adiante.

No dia [12 de Julho](#), uma delegação da ILC-AO é recebida por alguns deputados da Nação, tendo o respectivo [relatório da Audiência Parlamentar \(CECC\)](#) sido publicado no nosso “site” 15 dias depois. A solicitação foi de [Maria do Carmo Vieira](#) (como se pode ver, aliás, na [“ordem de trabalhos” da audiência](#)), e estiveram também presentes [Hermínia Castro](#) (pela ILC), os estudantes [Pedro Afonso](#) (AEIST*) e [João Ricardo Rosa](#) (aluno da UAlg*) e a escritora [Teolinda Gersão](#).

O que se pode dizer sobre esta audiência, em termos de saldo? Bem, em resumo, que foi um sucesso, porque todas as intervenções correram muito bem, felizmente, e que não teve qualquer consequência prática, infelizmente. Mas pronto, como diz o outro, fomos ouvidos, ao menos marcámos presença, lá deixámos de alguma forma um testemunho.

Um efeito colateral (digamos assim) desta audiência parlamentar recaiu sobre um inocente felino. Esperando não me levem ambos a mal, o gato e a sua dona, pela inconfidência, sucedeu que a nossa companheira HC* tinha acabado de recolher um gatinho abandonado, cheio de pulgas e com mazelas várias — chegou a estar às portas da morte —, e naquele dia, quando chegou a casa vinda de S. Bento, resolveu baptizar o bichano: chamou-lhe Pimpão. Vá-se lá adivinhar porque lhe terá ocorrido aquele nome...

Voltando à história. Tínhamos acabado de sair da audiência. “Cá fora”, longe das severas paredes do luxuoso palácio que serve de nacional “Casa do Povo”, as coisas estavam mesmo quentes de todo, e não era só por estarmos então já em pleno Verão, no que à luta contra o “acordo” diz respeito.

Não, de facto, essas quenturas pouco ou nada tinham a ver com a canícula. Aliás, tanto assim é que o Estio tinha estiolado há muito, fenecera-se até o Outono seguinte, estávamos já em pleno Inverno quando, [na sequência de uma outra das nossas “visitas” ao Parlamento](#), o [PCP*](#) avança oficialmente com a formação do [GTAO*](#), conforme despacho da agência Lusa com data de 20 de Dezembro.

E pouco depois disto rebenta em Portugal a notícia seguinte: «[Brasil adia AO90 para 1 de Janeiro de 2016](#)». Corria o gélido e simultaneamente tórrido dia 28 de Dezembro desse Ano da Graça de 2012.

Um ano alucinante, realmente, e nem sempre pelos melhores motivos. Muito de desagradável se passou também. Houve demasiados, estranhíssimos incidentes, uma tal saraivada de bizarras “coincidências” que podemos mesmo concluir ter sido aquele não apenas um ano de viragem nesta luta, como foi igualmente (ou principalmente) durante esse mesmo ano que o movimento anti-AO começou a devorar-se a si mesmo.

Como disse [Pierre Vergniaud](#), um revolucionário a quem a Revolução Francesa premiou pela sua valorosa participação cortando-lhe a cabeça, “a revolução devora os seus filhos”. Bem, a luta contra o AO90 não é propriamente uma revolução, é mais uma devolução: não queremos radicalmente mudar coisa alguma, apenas queremos que nos devolvam integralmente o que é nosso por direito.

Mas nem todos, ao contrário das aparências. O aforismo de Vergniaud pode verificar-se até mesmo numa luta cívica, pacífica, sem armas de fogo nem tiros nem motins. Bom, certo, sem armas de fogo nem tiros.

Veremos em pormenor como foi possível tal coisa.

-
- CCB – [Centro Cultural de Belém](#)
 - FLUL – [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa](#)
 - CECC – [Comissão Educação Ciência e Cultura](#) (Assembleia da República)
 - AEIST – [Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico](#)
 - UAAlg – [Universidade do Algarve](#)
 - GTAO – [Grupo de Trabalho sobre o Acordo Ortográfico](#) (Assembleia da República)
 - PCP – [Partido Comunista Português](#)
 - CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa](#)
 - OCS – órgãos de comunicação social (abrev.)
 - HC – [Hermínia Castro](#)
 - VGM – Vasco Graça Moura

[R1_201115]

No dia seguinte, Varvara Petrovna Stavrogina recebeu a visita de cinco homens de letras, três dos quais lhe eram desconhecidos. Com ar severo, declararam haver estudado o caso da revista em projecto e participaram a sua decisão: depois de fundado o periódico, devia ela ceder-lhe com todos os capitais e nos termos de uma sociedade livre. Comprometer-se-ia também a voltar sem demora para o seu domínio, levando consigo Stepan Trofimovich Verkhovensky, esse velho farsante. Por delicadeza, reconheceram-lhe o direito de propriedade e prontificaram-se a pagar-lhe todos os anos a sexta parte dos lucros obtidos. O mais enternecedor de tudo foi o facto de quatro daqueles cinco indivíduos declararem não ter nenhum propósito lucrativo e só agir no interesse da «causa comum».

— Partimos desesperados — Contou Stepan Trofimovich. — Não percebia patavina do que se passava. Respirei de alívio ao chegar a Moscovo, como se naquela cidade pudesse encontrar coisa melhor. Ah, meus amigos — exclamava ele às vezes, diante de nós, como que tocado por uma inspiração súbita — não podeis medir a dor e a indignação que se apoderam da nossa alma quando uma ideia grande e nobre, que há muito tempo veneramos, é profanada por mãos inábeis e arrastada na lama. Depois encontramos-la assim conspurcada, sem forma nem harmonia, a servir de juguete a crianças desmioladas. Não! No nosso tempo as coisas passavam-se de outra forma. Isto agora desnorteia-me. Mas há-de vir uma época na qual se consolide o edifício que ameaça desmoronar-se. Senão, o que seria de nós?

“Os Possessos”, Fyodor Dostoyevsky



“Quantas assinaturas temos?” – 1

Esta é realmente uma história (muito) mal contada, toda ela, sempre o foi, mas em especial quanto ao pormenor do número de subscrições recolhidas pela iniciativa. Pormenor esse que acabou por deixar de o ser, tornando-se a questão central a partir de certa altura: alguém, por algum motivo, em determinado momento, suscitou a polémica e urdiu a pretexto desse tema único uma estratégia de cerco, de assédio permanente e de insulto sistemático aos promotores da ILC-AO.

Perguntarem-nos “quantas assinaturas temos” começou por ser uma coisa perfeitamente natural, pois claro, não há nada mais natural do que a simples curiosidade, mas acabou — pelo menos para algumas alminhas — por se transformar numa verdadeira obsessão. De tal forma que aquilo deixou de ser uma pergunta e passou a implicar uma insinuação, primeiro, e uma ou várias acusações, por fim. Calúnias e mais calúnias, escusado será dizer.

Até à “[fronteira](#)” temporal já aqui referida, isto é, durante os primeiros dois anos, lá fomos respondendo com imensa tranquilidade a quem nos perguntava pelo número exacto, apenas de vez em quando porque a questão surgia só de quando em vez: a pergunta ainda era só isso mesmo, simples curiosidade.

Na verdade, após um breve período inicial em que as subscrições afluíram naturalmente em grande quantidade, entre Abril e Junho de 2010, rapidamente o afluxo começou a decrescer e seguiram-se longos meses de altos e baixos (com muito mais baixos do que altos) até a [média diária chegar a um número](#) que, sejamos directos, é de estarrecer: cinco por dia — cinco!

Desde o início da recolha de subscrições e até à tal “[fronteira](#)”, ou seja, de Abril de 2010 e Fevereiro de 2012, é fácil fazer as contas, ainda que por simples estimativa (e de memória), a “quantas assinaturas”... tínhamos,

nessa altura. Contando com cerca de 2.000 nos 3 meses de arranque, basta multiplicar por 5 o número de meses subsequentes (vezes 30 dias) até meados de Fevereiro de 2012, o que resulta numa bela contazinha. Vejamos então, assim à maneira das “contas de merceiro”:

$2.000+(5 \times 20 \times 30)=5.000$.

É pouco? Claro que é pouco. É pouquíssimo, caramba! Mesmo [sabendo nós que a “aldeia” anti-acordista é mais uma cidade de tamanho médio, com 200.000 “habitantes”](#), ainda assim temos de reconhecer as evidências: poucos desses “habitantes” se dão ao trabalho de preencher e enviar um impresso, é uma evidência, e, outra evidência ainda mais flagrante, parece que é ilegal andar por aí a [apontar um revólver à cabeça dos cidadãos](#) para que eles assinem um papel.

Portanto, em suma, a coisa foi esta mesmo: a ILC passou a “fronteira” do “[2 de Fevereiro](#) de 2012” com cerca de 5.000 subscrições na “bagagem”; eram estes os “valores” que tínhamos a “declarar”, com aspas, nessa alfândega temporal.

Mas deveríamos tê-los efectivamente declarado, sem aspas? Deveríamos ter então divulgado esse quantitativo “maravilhoso”? E para quê? Com que finalidade, ao certo? Como reagiriam as pessoas se tomassem conhecimento dessa triste realidade? Não iriam os poucos militantes da Causa ficar (ainda mais) desmotivados? E, pelo contrário, do outro lado, essa divulgação, aquele número que era terrivelmente desmotivador para nós não iria dar (ainda mais) alento aos acordistas?

Naqueles primeiros anos, a “questão ortográfica” não era, de todo, como de resto ainda hoje não é e muito provavelmente jamais será, algo do interesse da esmagadora maioria da população. Espartilhado entre um desconhecimento geral e um alheamento desarmante, o AO90 estava nessa época ainda a “gatinhar”; não entrava, então, pela casa das pessoas adentro.

Como se tudo isto não bastasse, havia também que contar com outras dificuldades, neste aspecto, a começar pela [confusão que imensas pessoas sempre fizeram entre a ILC e a petição de VGM](#), a qual, aliás, nunca deixou de recolher “assinaturas”, mesmo seis ou sete anos depois de ter sido arquivada, em 2008.

Ilustremos esta confusão com um exemplo prático.

«Acabo de falar com uma amiga dos tempos do colégio das Doroteias, do Liceu de Viseu e da Faculdade em Coimbra (que também conhece bem a Teolinda Gersão). Perguntei-lhe se já tinha subscrito a ILC, disse-me que sim, no Facebook! Lá lhe expliquei que tinha de ser em papel, etc... Ficou pasmada! Estava convencida de que já tinha assinado! Agora entendo porque é que anda tanta gente a “assinar” no Facebook e as assinaturas “a sério” não aparecem! Não é possível esclarecer isso de modo que toda a gente entenda?»

[Transcrição parcial de email de voluntária da ILC-AO, 30.07.12.]

Os [esclarecimentos](#) sucediam-se, é claro, mas apenas pontualmente, quase pessoalmente, este tipo de problemas se resolvia, um a um. Numa estimativa ainda mais “por alto” do que a anterior, podemos afirmar que cada subscrição da ILC “custa”, no mínimo, uma hora de trabalho.

Precisamente, como se nos pudéssemos dar a semelhante luxo, boa parte dessa hora passou a ser gasta, a partir de certa altura, respondendo à *sacramental* pergunta “quantas assinaturas *temos*”. E esta “certa altura”, como veremos oportunamente, teve início logo após a [Feira do Livro de Lisboa](#) (Abril/Maio de 2012).

Muita gente usava todos os meios (email, formulário de contacto, espaços para comentários e até por carta) para repetir a mesma pergunta *ad infinitum*. De tal forma que, a partir de certa altura, já fartos de repetir *ad nauseam* os mesmos argumentos (e sem tempo ou disponibilidade para tanto), passámos a usar uma “chapa 5”, ou seja, um de três modelos de resposta comum, consoante a credibilidade do remetente e o teor da sua mensagem.

O “modelo” que se segue é o mais elaborado, por assim dizer.

«Quanto à pergunta sobre as assinaturas, perdoará mas não podemos – porque não devemos – responder com um número concreto. Imensa gente faz essa pergunta, individualmente, pelo que teríamos de ter uma equipa para responder só a isso, todos os dias, dezenas de vezes por dia. De tal forma que acabámos por colocar uma resposta genérica nas “perguntas frequentes (FAQ) do site, que fará o favor de ler.

Aliás, esta pergunta é tão recorrente que nos parece já ter sido feita, se calhar, mais de 35 000 vezes. Ou seja, há muito mais quem pergunte quantas assinaturas temos do que gente a assinar a ILC. O que significa que muitas dessas perguntas são feitas por acordistas, com a finalidade óbvia de ficarem a saber o que fazer a seguir para dar cabo da ILC. Não lhes vamos dar isso de presente, não acha?»

A maior parte das pessoas compreendia isto perfeitamente, regra geral sem necessidade de que lhes fizéssemos “um desenho” da situação. Muitos dos voluntários e activistas da ILC-AO, a maior parte dos quais já [veteranos na militância](#), chegaram mesmo a publicar [textos](#) em que, cada qual [à sua maneira](#), todos [defendiam que se não revelasse publicamente](#) “quantas assinaturas temos”. Até porque, como sempre deixámos claro, [iríamos necessitar de muito mais do que “só” 35.000 assinaturas para que a ILC-AO tivesse hipóteses de sucesso](#); logo, as já recolhidas seriam sempre “poucas”. E é evidente que a iniciativa tinha desde há muito deixado de ser “só” uma *simples* ILC, passando a servir, de forma abrangente e transversal, como plataforma unificadora do movimento anti-AO90 no seu todo.

O que ia incomodando muita gente, pelos vistos, a começar pelos próprios acordistas... mas não apenas estes.

As coisas começaram a correr mal, quanto a este particular do número de assinaturas, curiosamente, decorrido apenas um trimestre após o “[2 de Fevereiro](#)”: de repente e em catadupa, começam a surgir de todos os lados imensos “voluntários” e — além de um ou outro com palpites avulso — alguns pareciam dispostos a colaborar em “acções de recolha de assinaturas para a ILC”.

De início ainda nos foram enviadas umas quantas subscrições, presumivelmente provindas [daquele grupo](#), mas bem depressa passaram a chegar, em vez de assinaturas da ILC, questões — cada vez mais agressivas — sobre quantas assinaturas “temos”. E iam surgindo no Fakebook declarações expressas, [dizendo alguns que não enviariam as subscrições que tinham recolhido...](#)



Mas o que diabo vem a ser isto? Chantagem?

Sim, pelos vistos era mesmo chantagem, algo como “ou nos dizem quantas assinaturas têm ou nós não vos enviamos as que temos em nosso poder”.

E a chantagem foi subindo de tom, de forma cada vez mais grosseira, rapidamente passando à pura e simples ameaça.

Como ilustração, salvo seja, aqui está um [outro](#) detrito avistado a boiar na rede anti-social Fakebook.

Felizmente, além do próprio, apenas duas pessoas atenderam ao “apelo” do rapaz.

Este apelo à “desassinatura” em massa, publicamente dirigido a todos os subscritores da ILC-AO, não teve os efeitos pretendidos mas poderia ter tido: se a coisa tivesse “pegado”, teríamos de *instalar* um contador de assinaturas... decrescente!

Em resumo, como desfecho e por conseguinte: não se pode responder à pergunta “quantas assinaturas temos” quando alguns “voluntários” de [“acções de recolha de assinaturas para a ILC”](#) retêm, sequestram, sonegam sabe-se lá quantas dessas assinaturas que, pelos vistos, não eram “para a ILC” eram para os próprios “voluntários”.

Aqueles subscritores saberão que destino foi dado às suas (deles) subscrições? Porque as sonegaram aqueles ditos “voluntários”? Com que direito? E com que finalidade, ao certo?

A recorrente, costumeira, frequente pergunta estava, afinal, (muito) mal formulada: a questão não era “quantas assinaturas temos”, a pergunta correcta seria “quantas assinaturas têm ELES”, os “voluntários” de si mesmos.

Como poderíamos dizer “quantas assinaturas temos” nós se não sabíamos quantas assinaturas tinham ELES?

E, afinal de contas...

Desde quando os crimes de injúria, calúnia e difamação são aceitáveis?

Desde quando é legítima a chantagem?

Desde quando deixou de ser crime sonegar documentos?

E até quando, até que ponto se deve “comer e calar”?

Falo apenas por mim próprio, evidentemente, quando digo que jamais verguei ou vergarei a cerviz perante canalhas. Sejam eles acordistas ou não.

Imagem de topo: [General eBooks](#)

[R1_201115]



Ivo Miguel Barroso

April 13, 2013

----- Mensagem encaminhada -----

De: Ivo Miguel Barroso

Data: 13 de Abril de 2013 à 20:42

Assunto: Pedido de apagamento dos [dados](#) pessoais da minha subscrição da ILC-AO

Para: Herminia Castro

Ex.ma Sra. Dra. HERMÍNIA CASTRO,

Venho, nos termos legais (Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, http://www.cnpd.pt/bin/legis/nacional/lei_6798.htm, artigo 11.º, n.º 1, alínea c)), solicitar o apagamento da minha subscrição e dos meus [dados](#) pessoais (incluindo, evidentemente, a retirada do meu nome na "Galeria" da ILC-AO).

Considero que o "responsável pelo tratamento" dos [dados](#) pessoais está a violar o disposto na lei e a defraudar o princípio da boa fé:

- 1) O Promotor não é "dono" das assinaturas, mas sim apenas o seu "fiel depositário";
- 2) A ILC-AO deveria ter sido entregue já há muito tempo, antes das eleições de 2011, de forma a que, mesmo que fosse reprovada na discussão e votação na generalidade, os partidos políticos tivessem sido obrigados a tomar posição expressa em relação ao Acordo Ortográfico.

Em minha opinião, não está a existir "um tratamento leal" (cfr. art. 10.º, n.º 1, al. c), última parte, da Lei citada) dos [dados](#) recolhidos e que o "Promotor" da ILC-AO está a violar o "dever de informação" aos subscritores sobre o número de assinaturas recolhidas, previsto pelo art. 10.º, n.º 1, al. c) (cfr. n.º 6, "a contrario sensu"), da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, sobre protecção de [dados](#) pessoais), situação essa manifestamente ilegal.

O arrastamento da subscrição há 3 anos consecutivos (somando mais 1 ano e 8 meses, dá 4 anos e 8 meses) torna evidente o já de si anterior imperativo de divulgação imediata do número de assinaturas válidas (sublinho, as subscrições válidas, pois as ostensivamente inválidas - sem n.º de Cartão de Cidadão ou de BI -, naturalmente, não poderiam ser entregues na Assembleia da República, pelo que deveriam ser retiradas, "separando o trigo do joio").

Os múltiplos pedidos para que tal sucedesse tiveram todos resposta negativa e com fundamentação mais do que duvidosa do ponto de vista legal; resistência essa que agrava a ilegalidade e a falta de respeito pelo Direito (nas suas dimensões objectiva e, quanto aos direitos dos signatários, subjectiva) em que a ILC-AO está desde há muito mergulhada.

Tomo a liberdade de divulgar esta missiva como Carta Aberta, uma vez que contém factos notórios para qualquer pessoa.

Cumprimentos,

Ivo Miguel Barroso



Pai Nosso que estais no céus santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido e não nos deixeis cair em tentação mas livrai-nos do mal. Amen.

“Quantas assinaturas «temos»?” – 2

Confesso que nunca entendi, no “Pai Nosso”, a expressão “perdoai-nos as nossas ofensas”. Não percebo nada do assunto, a bem dizer — e literalmente — sou um perfeito leigo na matéria, mas, enfim, vejamos, quem ofende a Deus não incorre em pecado mortal? E se uma pessoa, se bem que formal e inerentemente pecadora, jamais O ofendeu? Nesse caso porque deverá pedir perdão por ofensas que não cometeu? Além disto, que já é aborrecido, o resto da oração na oração (“*assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido*”), peço desculpa pelo estilo *blunt* mas a coisa cheira-me a negociação manhosa, ou seja, parece que a gente está ali a pechinchar umas coisas com o Altíssimo, troca por troca, toma lá perdão, dá cá perdão.

Sobre esta matéria já Mateus se interrogava (18:21-22), interpelando o próprio Cristo:

«*‘Senhor, quantas vezes deverei perdoar a meu irmão quando ele pecar contra mim? Até sete vezes?’ E Jesus respondeu: ‘Não até sete, mas até setenta vezes sete’*»

Mistérios, como sabemos. Palpita-me, porém, esperando sinceramente não incorrer pelo dito no pecado, que eu cá devo ter perdoado, só desde 2008 e apenas no que toca à história que aqui se narra, um pouco mais do que 70X7 vezes. Entre traições e deserções, injúrias e insultos, calúnias e difamações, foi algo como 71X7 vezes, isto é, contas redondas, uns 497 perdões. Ora, isto é um balúrdio, quase meio milhar, e por conseguinte — sem negociar, hem, que estamos aqui entre pessoas de bem — presumo já ter assegurado o meu lugarzinho no céu.

Por exemplo, voltemos à Terra, aquilo do [apelo público a que os subscritores da ILC-AO “desassinassem” em massa](#): está perdoado, pronto, não se fala mais nisso.

Aliás, no caso desse rapaz houve que emitir perdões em série, *tipo* rolo de Ticket-O-Matic.

Apareceu o moço, surgido do nada, um ou dois dias depois do “[2 de Fevereiro](#)” e um ou dois meses depois da “aparição” já nos estava a “exigir” que o seu “perfil” de “subscritor” e o da senhora sua mãe constassem da nossa “galeria”; nesta apenas entravam perfis de subscritores, apoiantes e activistas convidados por nós, mas aquela dupla “exigência” foi logo ali perdoada, à cabeça, pronto, siga, lá colocámos ambos os perfis; posteriormente, o mesmo moço “exigiu” o apagamento da sua subscrição (e da de sua mãe) e do seu perfil na “galeria” (idem quanto à progenitora dele), ora, pois com certeza, é já a seguir, apaguem-se segundo as próprias vontades, adeus, estão ambos perdoados. Perdoámo-lhe igualmente quando teve (?) a ideia de se recolher assinaturas na [Feira do Livro](#) de Lisboa e fez o favor de nos dizer tudo aquilo que deveríamos fazer, tintim-por-tintim, materiais e pessoal necessários, etc., mas que estava demasiadamente ocupado para fazer ele mesmo fosse o que fosse, bom, está bem, isso é fácil, perdoe-se. Depois, afinal, acabou por arranjar tempo, ao menos para recolher as assinaturas que deveriam ter sido remetidas para “[o dito apartado de Carcavelos](#)”, isto é, para a ILC-AO.

*On 03-05-2012 19:39, I** M***** B***** wrote:*

Cara Isabel Monteiro,

Não estava combinado que se deixasse as assinaturas na Gradiva.

No mail seguinte, eu reiterei que eles não queriam perturbações no “stand”.

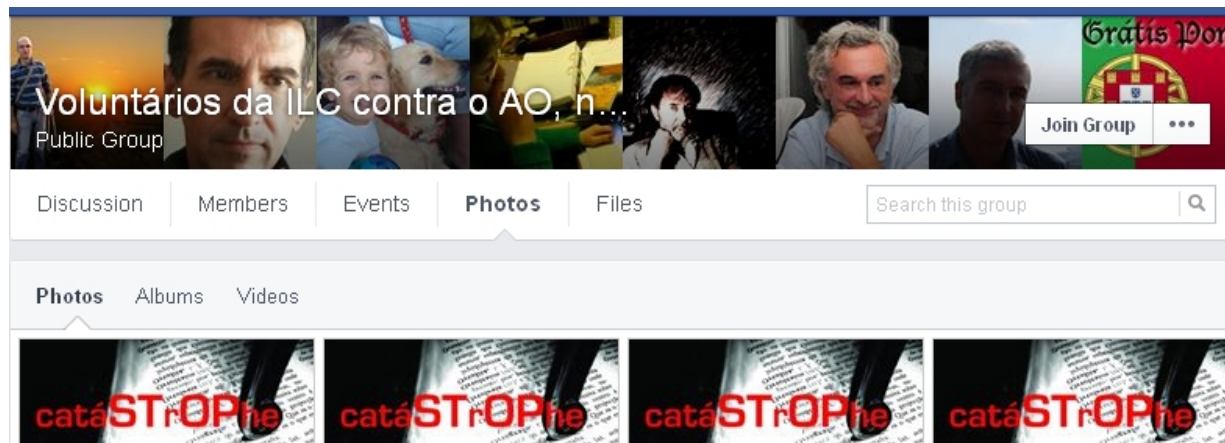
Segundo uma fonte da ILC, as assinaturas são pessoais; devem ser guardadas pelos voluntários.

Disse num mail anterior que as recolheríamos no jantar (de dia 17 de Maio, no restaurante “A viúva”); ou, em alternativa, dando a uma pessoa que vá ao jantar.

Abraço,

Ivo MB

Isto, esta sonegação das subscrições, [como já aqui foi explicado](#), é que não me parece seja lá muito fácil de perdoar.



Dificuldade, de resto, que se estende a bastantes outras coisas (e pessoas e factos) que não puderam ser assim tão facilmente perdoadas. Talvez um dia, porém, que não queremos levar detritos para o tal lugarzinho no céu.

O antigo aforismo popular “anda meio mundo a lixar a vida a outro meio” está profundamente desactualizado, de tão optimista. Portugal está a abarrotar de gente que, além de não se enxergar, não consegue perdoar-se a si mesma pela sua própria mediocridade e portanto busca incessantemente formas de se vingar, com requintes de malvez, em todos aqueles que porventura consigam (ou sequer tentem) produzir alguma coisinha de jeito.

Para esta espécie de gente vale tudo. Depois de se tornarem “voluntários de recolha de assinaturas” da ILC e usarem essas mesmas assinaturas para (tentar) chantagear a mesma ILC de que se diziam “voluntários”, lançaram uma violentíssima campanha de calúnia e difamação da Iniciativa e dos seus promotores, inicialmente através do Fakebook e por fim utilizando os órgãos de comunicação social; destes, de forma inacreditavelmente enviesada, já que foi uma das “portas” que nós abrimos, destacou-se o jornal “Público”.



A 22 de Maio de 2013, ou seja, um ano e meio depois de ela mesma ter criado um grupo de “voluntários” da ILCAO no Fakebook, uma das cabecilhas daquele grupo conseguiu fazer distribuir com o “Público” um detrito impresso, cujo horripilante conteúdo terá porventura afectado alguns espíritos mais desprevenidos, levando-os a descreer ou até a desconfiar de alguma coisa.

(...) De facto, ao intitular o seu artigo “Em desAcordo desde 1990”, o administrador do Grupo Porto Editora fez-me lembrar certo gallo, a cantar desde 1919, e também a própria ILC-AO, a proporcionar “entretenimento de contestação ao AO” (no seu sítio da Internet e nas redes sociais) desde 2008. Sabe-se que há já mais de três anos se deslocam também a um apartado dos correios para recolher papel, como complemento a essa diária e diligente sensibilização virtual em que ao longo de cinco anos se têm empenhado com afinco.

(...) Mas há que compreender que se trata de trabalho voluntário (o profissionalismo do site da ILC-AO pode induzir em erro) de um ínfimo grupo de pessoas, tradutores na sua maioria, parte deles “desempregados” (sic)... Nada mais natural que uma atitude de laborioso embevecimento perante o “Rei dos Livros”, nos seus tempos livres; já para não falar no “interesse da causa”, ou seja, no interesse que os contestatários do AO poderão ter em saber o que diz quem lhes vende os livros escolares em “acordês” que se sentem obrigados a adquirir para os seus filhos. Por ser voluntário, está este trabalho naturalmente condicionado às disponibilidades e sujeito a pequenos lapsos. (...)

Isto é só uma pequena amostra do dito detrito impresso. Todo o textículo é um estendal de insultos, de cabo a rabo (a começar pelo próprio título), escorrendo ódio, um ódio mortal, feroz, de uma violência extrema, verdadeiramente assassina — já que se trata, além de um ataque letal à nossa iniciativa cívica, de um assassinio de carácter visando o seu 1.º subscritor. Assassinio de carácter na forma tentada, bem entendido, visto que felizmente ainda cá estou, *alive and kicking*.

Neste artígalho saído no “Público”, a intenção já não era “só” lançar um manto de suspeição por sobre toda a Iniciativa a pretexto de “quantas assinaturas temos”; não, parece que “só” isso — o pretexto único inventado pelos aCtivistas anti-ILCAO — já não era suficiente para achincalhar; aquele chorrilho de disparates foi muitíssimo mais longe, insinuava cobardemente mas transmitia claramente a “ideia” de que a iniciativa servia apenas “para entreter” e que nós, os promotores da iniciativa, não passamos afinal de... acordistas! A começar por mim próprio, é claro, sendo eu o seu único responsável. Diz ela que resistir é “entreter”, que recolher subscrições é “ir buscar papel”, que somos uns aldrabões do piorio (não transcrevemos propositadamente isto ou aquilo, queremos “copyright” de transcrições, um monte de aldrabices) e que estamos “feitos”... com quem, ao certo? Verbalizar esta última insinuação asquerosa seria para mim intolerável de todo e portanto não o vou fazer.

Espantoso lençol de atoardas, mentiras e calúnias, realmente. A que ponto podem chegar os delírios de mentes perturbadas pelo ódio! Um verdadeiro case study. Várias pessoas questionaram-me sobre as origens e os motivos desse ódio irracional (passe a redundância), mas não encontro qualquer resposta, não vejo o menor motivo. Não entendo, nunca entendi como pode uma pessoa carregar consigo tanta raiva.

E também não entendo como foi possível ter o [Director-Adjunto do “Público”, Nuno Pacheco](#), permitido a publicação de semelhantes baboseiras no “seu” jornal. É sumamente incompreensível que se possa autorizar a publicação, num diário de implantação nacional, de tão absurdas quanto graves insinuações e “acusações”. Mesmo dando de barato a forma, ou seja, o “estilo” engraçadinho, a armar ao catita ([Palma Cavalão](#) iria adorar o catitismo, aposte), o caso é que aquele tipo de conteúdo difamatório não se pode admitir seja em que suporte for mas especialmente num jornal que se diz “de referência”. Aquela publicação terá sido um lamentável lapso editorial, digamos assim, para não deixar cair o nível até ao grau zero da mais básica urbanidade, mantenhamos por conseguinte o espírito de (verdadeira) caridade cristã.

Tal tipo de latrinários enxovalhos aparecem amiúde no Fakebook, mas até naqueles grupos que se dizem anti-AO (quando de facto são mais anti-ILCAO), ainda há quem tenha um mínimo de tino na bola e tento na língua. Já quanto a simples decência, bom, se calhar será melhor não exorbitar. Este outro detrito, por exemplo, como os anteriores avistado boiando no referido esgoto virtual, é mais uma repugnante demonstração de que tudo pode mesmo ser (impunemente?) emporcalhado. Neste caso, aliás, a armar ao legalista, brincando aos “justiceiros”, agitando ameaças expressas, note-se, como se a ILC-AO fosse um bando de meliantes!

“Isto” faz parte da oposição ao “acordo”? Isto é de gente que “apenas” pretende liquidar o AO? Ou afinal é a ILC-AO o seu principal (ou único) inimigo?

Vivemos numa época de “cenas tipo assim”, ou seja, cada qual pode perfeitamente publicar qualquer imbecilidade que lhe apeteça sem a mínima consideração ou o mais ínfimo respeito pela honra, a reputação e até a privacidade das suas vítimas, os seus ódiozinhos de estimação.

Sobrevivemos tentando já não apenas manter a cabeça erguida mas antes mantê-la acima da superfície, ter a cabeça fora da sopa infecta em que alguns energúmenos tentam mergulhar-nos — por puro ócio, talvez.

Se, como diz o povo, o ócio é o pai de todos os vícios, então o ódio é a mãe.

Deus nos livre de tão ruim prole. Ámen.




Imagem de topo: [Igreja de São Francisco de Évora – Entrada da Capela dos Ossos](#)(Wikimedia)

[R1_201115]

“Quantas assinaturas *temos*?” – 3

Esclarecimento

12/05/2012 às 16:04 HC 1 comentário



Tendo chegado ao nosso conhecimento o facto de a imagem desta ILC estar a ser indevidamente utilizada, cumpre esclarecer o assunto.

A ILC pela revogação da entrada em vigor do AO90 não está, nem poderia estar, associada a quaisquer actividades com fins lucrativos ou que de alguma forma envolvam movimentação organizada de verbas. Sendo esta iniciativa, como a própria designação indica, aberta a todos os cidadãos, não faz sentido que uma pessoa, um grupo, uma organização ou uma empresa se aproprie do seu logótipo, da sua imagem, da sua designação e do seu peso institucional para, a pretexto da recolha de subscrições, promover qualquer espécie de transacção, pagamento, quotas, negócios ou outras actividades que nada têm a ver com o fim último e único da ILC: a revogação da RAR 35/2008.

É esse o nosso objectivo, sim, e há que atingi-lo a todo o custo... mas não a qualquer preço.

G+1 Tweet 5 LinkedIn Facebook 90 + serviços

diversos AO90, assinaturas, Causa, comunicado, eventos, ILC, voluntários

E que tal se acabássemos com isto de uma vez por todas, hem? Afinal, raios, esta parvoíce de “[quantas assinaturas temos](#)” já tresanda! O que é demais é erro, caramba!

Pois sim. Pois será. Mas, na verdade, isto ele foram muitos anos a amochar em nome dos superiores interesses da Causa, perdoareis (ou não, paciência), sucede que fartei-me de *levar e calar*. Basta! Como dizem os brasileiros, “cansei de” ser o bombo da festa, logo, acabou a festa. Se porventura o assunto já for aborrecendo, pois tanto pior, ao fim e ao cabo ninguém é obrigado a ler coisa alguma e muito menos o que não agrada.

Aliás, ou conto a história para que ela deixe de estar assim tão mal contada ou então ninguém mais a contará — e portanto jamais alguém poderá entender as causas da coisa ou as coisas da Causa.

Ora, [perdões à parte](#), aquela “pergunta” sobre as assinaturas não apenas foi o único pretexto para a sórdida campanha lançada contra a Iniciativa como explica, por si mesma, o ambiente tóxico a que, desde finais de 2011, tivemos de resistir.

[Na minha opinião](#), quem manobra aqueles grupos anti-ILCAO, essa espécie de [sexta-coluna](#) que se infiltrou no movimento anti-AO, é de facto gente que não brinca em serviço. A partir do momento em que o [número exacto de subscrições foi por nós revelado](#), eles já apagaram, alteraram, eliminaram definitivamente conteúdos ou substituíram os mais ofensivos e comprometedores por outros completamente inócuos. Mas mesmo assim,

além do que nesta história se vai expondo, de entre aquilo que fui guardando ao longo de todos estes anos, e o que alguns activistas da ILC-AO certamente conservarão em seu poder, um imenso manancial de documentação ainda restará com certeza, por aí, algures, para comprovar (ou provar) o que de facto se passou nesta “frente”, a do “fogo amigo”. É que, como se costuma dizer, quem tem amigos daqueles não precisa de inimigos.

Ou foram mesmo apagados conteúdos ou então sou só eu que já não os encontro; por exemplo, desapareceram todos os rastros das “causas” em que alguns dos aCtivistas anti-ILCAO militaram antes de se dedicarem a atacar a nossa iniciativa cívica; são [consumidores de causas](#), portanto, coisa que lhes não convém se saiba. Desapareceram (ou não as vejo), no Fakebook, as páginas dos primeiros eventos a que chamaram “[patuscadas](#)” e que se destinavam, em teoria, a “recolher assinaturas para a ILC”, as quais (em que medida, é impossível saber-se) foram por eles “retidas”. O próprio [grupo de “voluntários da ILC”, também no Fakebook](#), passou a ter o mesmo *post* repetido sucessivamente, removendo assim os *posts* reais das primeiras páginas. Desapareceram, se calhar, (quase) todos os conteúdos em que as suas “acções de recolha de assinaturas para a ILC” apareciam misturadas com actividades lucrativas ou com recolhas de fundos.

Mas nem apagando ou aldrabando registos conseguirão alterar os factos. O que pretendiam fazer, como plano A, parece-me mais do que óbvio: tomar de assalto a ILC-AO usando as “suas” subscrições para nos chantagear. Se porventura isto não resultasse, então avançaria o plano B, igualmente simples: sabotar a ILC-AO usando o número exacto de assinaturas como pretexto para [levantar suspeições sobre a Iniciativa e os seus promotores](#).

Posso até deduzir aquele plano A, passo a passo.

Primeiramente, insinuam-se na ILC, sob a capa de simples voluntários, fingindo pretender apenas recolher assinaturas e “ajudar” no que fosse preciso.

A seguir, tentam impor a sua própria estratégia e os seus próprios métodos. Em 9 de Novembro de 2011, pouco tempo depois de se ter “oferecido” como “voluntária”, recebi um email da (então única) cabecilha, em que ela declara que faria o que quisesse e como muito bem entendesse quanto às [recolhas de assinaturas “para a ILC”](#), a qual ILC, portanto, segundo diz, não tinha nada a ver com as ditas assinaturas:

«Poderá, depois disso, reproduzir essa transcrição, se entender fazê-lo. Para já, mantém-se como comunicação privada e não tencionamos dar publicidade aos locais e horários dos pontos-de-encontro das acções em grupo.»

A partir da [Feira do Livro de Lisboa](#) (Abril de 2012), tendo já [sequestrado um número indeterminado de subscrições](#), começam a usá-las para nos chantagear: [só entregamos estas assinaturas se...](#)

Como recusámos chantagens e imposições, socorrem-se das páginas da ILC (“galeria” no *site* e “murais” no Facebook) para aliciar os nossos apoiantes, voluntários e militantes.

Por fim, lançam sucessivamente outras “iniciativas” paralelas, incluindo [uma petição \(obviamente, condenada ao fracasso\)](#), sempre dando a entender que “isto é tudo a mesma coisa”. Ora, não é. Nunca foi. De todo.

Sobre a “morte do acordo ortográfico”: um esclarecimento da ILC AO90

07/12/2013 às 20:46 HC

17 comentários

Tendo surgido no Facebook a “notícia” de que o AO90 teria “morrido” e tendo-nos várias pessoas solicitado a confirmação dessa suposta “morte”, cumpre-nos esclarecer que a mesma não passa de pura (e irresponsável) especulação, não sendo sustentada por quaisquer factos conhecidos.

Lamentando a opção (de terceiros) pelo sensacionalismo, aqui fica o esclarecimento possível quanto a um **“anúncio” com o qual não temos evidentemente nada a ver.**

A luta continua!



G+1 Tweet 0 LinkedIn Facebook 9 Email + serviços

diversos
AO90, Assembleia da República, Causa, divulgação, Facebook, ILC, Internet, voluntários

De facto, em relativamente pouco tempo e com nenhum esforço (a intriga não dá trabalho, presumo) o plano resulta, em grande medida, visto que muitas pessoas passam-se, literalmente e em dois sentidos: passam-se para o lado “deles”, dos intriguistas, e passam-se (da cabeça) connosco, assim que interiorizam o assédio como “activismo” e a mentira como “verdade”.

Em especial a partir de finais de 2012, as deserções (e as desistências) sucederam-se nas nossas “hostes”; houve até activistas veteranos da Iniciativa que aderiram àquela espécie de “movimento” anti-ILCAO e outros houve que, por cansaço, por estarem já mais do que fartos de tanta animosidade, pura e simplesmente afastaram-se da Causa, *desligaram*. Os que mudaram de “lado” fizeram-no, na sua maioria, de forma inocente, quero crer, mas o facto é que, à conta do veneno espalhado por venenosos, foi-se assim esvaziando, esgotando, drenando a ILC-AO propriamente dita.

O *peçoal* pela-se por uma boa intriga, adora mexericos, não passa de boa saúde sem permanentemente inventar inimigos. Para a mais do que evidente má-língua há sempre quem tenha todo o tempo do mundo. Foram realmente muitas as pessoas que se deixaram contaminar pela maledicência e algumas dessas passaram a também reproduzir mentiras a respeito da ILC-AO, insinuações torpes, as suspeições mais estapafúrdias e infames, enxovalhos gravíssimos que nem a acordistas lembrariam.

Em Portugal, [como sabe por experiência própria qualquer cidadão decente](#), saem quase sempre incólumes os canalhas que fazem dos crimes de injúria, calúnia e difamação o seu modo de vida. No caso dos juristas que amiúde se entretêm a denegrir o carácter das pessoas, por maioria de razões, presumo não seja necessário recomendar-lhes que leiam de novo o Capítulo VI (“Dos crimes contra a honra”) do Código Penal. Não que tencione eu mesmo deitar mão a expedientes legais, bem entendido, pois para lavar a honra não preciso de armas reservadas a cobardes.

Mas a impunidade de que gozam patifes explica muita coisa, de facto. A estratégia de sabotagem acabaria por fatalmente resultar em mais alguma coisinha do que *apenas* termos nós de aguentar não uma mas duas frentes

de combate. Ainda que se resista com imensa determinação a um cerco, chega sempre o momento em que pelo menos uma brecha se abre nas linhas defensivas.

Foi o que sucedeu no dia 20 de Março de 2013, num evento organizado pela [FCSH*](#): respondi pessoalmente a uma provocação. Coisa de que não me orgulho, evidentemente, mas da qual também não me penalizo. Um homem é um homem e um rato é um rato.

Eu já sabia que naquele evento estariam vários elementos anti-ILC e *adivinjava* que essa gente iria aproveitar a oportunidade para, pela primeira vez num local público, provocar-nos com a sua perguntinha favorita: “quantas assinaturas *temos*?”

Iríamos *cair* numa cilada, quanto a isso não tínhamos a menor dúvida. Antes de nos dirigirmos ao anfiteatro da FCSH*, nas duas horas anteriores, HC*, RV* e eu tínhamos estado a enumerar, literalmente, antecipando com poucas ou nenhuma variantes ou variáveis o que se iria passar, em especial no período de perguntas e respostas que se seguiria às intervenções dos oradores convidados. Estava mesmo tudo previsto.

Tudo, é claro, menos o que não ocorreu sequer a algum de nós pudesse suceder nas instalações de uma instituição universitária de prestígio, durante um simples evento sobre o AO90: havia um rufia na sala, com respaldo de mais uns quantos da sua comandita.

Esse rufia ia *mandatado* para armar zaragata e tinha a incumbência singela de provocar os elementos da Comissão Representativa da ILC-AO. Em especial um destes, pois: o inimigo único de vários indivíduos, o ódiozinho de estimação que a todos esses une na *causa* que verdadeiramente os move. Ou seja, *yours truly*.

Reagi por instinto à forma rude e extremamente agressiva como aquele tipo abordou HC*, que nos representava na “mesa” do evento. Nestas ocasiões, não há cá *paninhos quentes*: quando alguém está a agredir uma amiga nossa, ainda que apenas com palavras, não reagir não é sequer opção. Levantei-me de imediato, na última fila do anfiteatro, e declarei alto e bom som ser integralmente minha a responsabilidade pela não divulgação de “quantas assinaturas temos” e deixei claro que ninguém iria obrigar-me a dizer fosse o que fosse sobre um assunto que nada tinha a ver com aquele evento.

O que se seguiu foi aquilo que a assistência viu (ou julgou ver), mas a verdade é que ninguém percebeu; quem viu (ou julgou ver) a *cena* não sabe o que se passou ao certo. Eu sei, bem entendido: não toquei sequer no fulano, segredei-lhe apenas *ao pé da orelha* umas palavrinhas que na altura achei melhor não dizer em voz alta, ou seja, algo como “eu já sabia que vinha aqui um animal só para provocar, para arranjar confusão, agora vai lá dizer isto a quem te mandou cá.”

Foi assim e só assim. O que por aí depois se babujou sobre o caso é pura mentira. “Por aí”, entenda-se, pelas redes anti-sociais e também por email. Aquela *piquena* altercação pessoal, se bem que num local público, é a excepção que confirma a regra: a cobardia acoita-se principal e preferencialmente em meios virtuais, a coberto do anonimato ou pela calada.

E pior ainda do que a sacanice do anonimato é a sacanice com assinatura. Do que é espectacular exemplo mais este pedaço de esterco:


«No dia do “Forum”, 20 de Março de 2013, no final, após o JPG dizer “Não digo! Não justifico!”, por duas vezes, após aquela cena acabar, J*** R**** D***, que estava na parte de baixo, do lado esquerdo do Anfiteatro foi imediatamente ter com o JPG e esteve à conversa com ele e outros sujeitos durante, pelo menos, 20 minutos. Tirem as vossas conclusões...»


Determinada pessoa atreveu-se a ir “imediatamente ter com o JPG” (o JPG sou, eu, ok?, nada de confusões). O que terá essa pessoa, outro meliante, pois com certeza, só pode ser, ido conspirar com o perigosíssimo “JPG”, hem?

“E outros sujeitos”! Todos ali a planear coisas esquisitas com “o JPG”! Bandidos, pá!

Deixo uma adivinha: quem terá enviado por email aquele detrito? Hem?

Um esclarecimento da I.L. Cidadãos contra o acordo ortográfico

30/01/2015 às 20:38  [Comentários desactivados](#)









Surgiu recentemente no Facebook mais um grupo contra o AO90, desta vez com a denominação “Cidadãos contra o Acordo Ortográfico de 1990”.



Esta designação pode dar azo a confusão entre aquele grupo e a Iniciativa Legislativa de Cidadãos contra o Acordo Ortográfico.

Chega-nos agora a notícia de que o dito grupo recolhe donativos, tendo para o efeito aberto uma conta bancária cujo NIB já divulgou e que está a ser propagandeada com a designação de “Cidadãos contra o AO90”. Neste contexto, torna-se ainda mais imperioso evitar qualquer equívoco, já que a similitude de designações entre esse grupo do Facebook e a Iniciativa Legislativa de Cidadãos contra o acordo ortográfico pode induzir as pessoas em erro.

Não podemos, portanto, deixar de tornar pública esta declaração de (des)interesses e por conseguinte vir pública e expressamente esclarecer que a ILC pela revogação da entrada em vigor do AO90 nada (absolutamente nada) tem a ver com o grupo virtual “Cidadãos contra o Acordo Ortográfico 1990” recentemente criado na “rede social” Facebook nem com a conta bancária daquele grupo.

Mais se esclarece que, como é do conhecimento geral — mas nunca é demais repetir —, a ILC-AO nunca procedeu à recolha de fundos, jamais o faria e nunca o fará. E não temos conta bancária alguma, é claro.

  0   8   serviços

 [subscritores](#)  [AO90, Facebook, ILC, Internet, voluntários](#)

FCSH – [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa](#)

HC – Hermínia Castro

RV – Rui Valente

[R1_201115]

A verdade contra a força

«Permita-se-me destacar uma fotografia que sem possuir a qualidade técnica necessária passou a ser a minha preferida: trata-se dessa em que (no lintel de uma porta) aparece a escultura da coroa franqueada a um lado pela figura ameaçante de um homem de espada na mão e, do outro lado, uma mulher desarmada e de atitude franca e relaxada. O Deputado João Oliveira disse que é a representação da força contra a verdade e eu fiquei então (e fico agora de novo) a pensar que afinal é disso que a ILC pretende: a verdade (a lógica, o bom senso...) contra a força (dos interesses económicos).

Feliz pela experiência, grata pela amabilidade dos deputados e confiante na vitória da verdade seria o resumo do meu estado de espírito na hora de avaliar a reunião, a visita inesquecível.»

Rocío Ramos, 14 de Janeiro de 2013.

Foi nesta nossa segunda “visita” ao palácio de S. Bento, [como vimos](#), que a 7 de Dezembro de 2012 surgiu a ideia da criação de um grupo de trabalho parlamentar sobre o “acordo ortográfico”.

Uns meses antes já [tínhamos sido recebidos no Parlamento](#), mas em circunstâncias completamente diferentes. Todos fizemos o possível, naquele 12 de Julho, mas muito pouco ou absolutamente nada se pode fazer diante do impossível... que é entrar num jogo em que todas as cartas estão marcadas e todos os trunfos estão nas mãos dos adversários: se aquela Comissão parlamentar, como aliás qualquer outra, é constituída por “quotas” segundo a distribuição de lugares no hemiciclo, e se deparamos com deputados acordistas em maioria, bem, então torna-se “um bocadinho” difícil conseguirmos fazer passar a mensagem, falar para quem não quer ouvir, explicar a quem não quer entender, fazer ver a quem está com os olhos vendados.

Porém, se estarmos numa simples audiência na CECC* terá sido talvez coisa pouca, então cousa totalmente diferente seria participarmos num Grupo de Trabalho sobre o AO90. Em 11.01.13, o deputado Miguel Tiago anunciava [na sua página do Facebook a formação do GTA0](#).



A 23 de Janeiro, é publicado o respectivo [anúncio formal](#). E apenas uma semana depois, isto é, no dia 31 desse mês, a ILC-AO foi a primeira entidade a ser recebida no Parlamento em [audiência](#).



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Grupo de Trabalho - Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 31 DE JANEIRO DE 2013

14:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Audiência - Iniciativa Legislativa de Cidadãos-Não ao Acordo Ortográfico

Hermínia Castro
João Pedro Graça
Rui Valente
Paulo Jorge Assunção

Sabíamos antecipadamente, pois claro, qual era o “elenco” de deputados no grupo: Carlos Enes (PSD*), Rosa Arezes (PSD), Gabriela Canavilhas (PS*), Michael Seufert⁽¹⁾ (CDS-PP*), Luís Fazenda (BE*) e Miguel Tiago (PCP*).

Três deputados militantemente acordistas (Enes, Canavilhas, Fazenda), uma deputada (Arezes) sem posição clara e apenas dois (Tiago e Seufert) declaradamente contra o AO90. As perspectivas não eram à partida boas, portanto, muito longe disso.

Aliás, a própria designação do grupo também não augurava nada de bom: *Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico*.

“Acompanhamento da Aplicação”? Mas qual ou que “aplicação”? E “acompanhamento” de quê ou para quê?

Se o objecto, o objectivo, a finalidade era apenas e só “acompanhar a aplicação” do AO, então isso excluía tácita e liminarmente qualquer outra hipótese, via de acção ou saída? Aquela designação terá sido negociada? Terá sido uma cedência para que o grupo fosse viabilizado? Só assim compreendo que a constituição do GT tenha sido aprovada por unanimidade pela CECC*.

Bom, fosse como fosse, sempre com esperanças mas nunca fiando, tínhamos de estar preparados para não nos deixarmos “comer por lorpas”: não iríamos para ali fazer o número de anti-acordistas amestrados, como tantas vezes já vimos antes e [continuamos ainda a ver](#); alguns tendem a deixar-se enredar em “eventos” de [pura propaganda acordista](#).

Pois nós nunca nos deixámos envolver em coisa alguma para além da luta contra o AO90. A ILC-AO participaria no GT, evidentemente, até porque tinha estado na origem da sua formação, e não iríamos fechar portas ou acirrar hostilidades, isso era certo: por todas as razões e mais algumas, a começar pela [forma transparente, honesta e esperançosa como a ideia tinha sido lançada](#). Ou seja, a nossa presença não serviria para sancionar um embuste, se fosse esse o caso, atendendo à maioria acordista e ao “título” do grupo, mas ainda assim a nossa postura seria sempre civilizada.

Para que à *cabeça* ficasse claro que não estávamos ali para fazer figura de corpo presente, isto é, de idiotas úteis, preparámos antecipadamente um texto para esclarecer ao que íamos. Entregámos e lemos uma “[Declaração de Princípios](#)” que terminava assim:

«O que vimos agora aqui dizer, por fim, é que existem ferramentas e mecanismos para anular o erro colossal que foi a aprovação pelo Parlamento português da RAR 35/2008. Estamos no exacto local onde esse erro foi cometido, logo, é também este o único lugar para voltar atrás: basta para isso, simplesmente, que seja respeitada a vontade dos cidadãos de seguir em frente.

Porque é neste aparente paradoxo, voltar atrás num erro para seguir em frente com o que é correcto, que reside em essência tudo aquilo que pretendemos. É esta, estamos certos, a vontade da maioria dos portugueses.» [Ponto 7 da “[Declaração de Princípios](#)” lida no GTAQ]

Em 13.02.13 foi publicado, na [respectiva página do “site” do Parlamento](#), o [relatório da nossa audiência](#), incluindo gravação integral das intervenções.

<http://ilcao.cedilha.net/imagens/GTAO90310113.mp3>

Se o título do GT já *incomodava* e se o respectivo quórum não augurava nada de bom, então havia algo pior ainda: o [relatório da nossa audiência](#) foi publicado no “site” do Parlamento com diversos truques e uma nada pequena armadilha semântica. Chamando os parlamentares bois pelos nomes, há nesse relatório um parágrafo absolutamente capcioso:

*«Entendem que a entrada em vigor do Acordo não é um facto consumado, existindo uma oposição generalizada nos organismos do Estado. **Afirmaram que é possível reverter este processo e voltar à forma antiga**, existindo mecanismos para anular o erro da aprovação da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008.»*

Nenhum de nós, que me recorde, proferiu a expressão “voltar à forma antiga”. Nunca, jamais, em tempo algum, que eu saiba, qualquer elemento da ILC-AO se referiu à Língua Portuguesa correcta utilizando uma formulação sequer remotamente parecida com “forma antiga” (ou coisa que o valha).

Mau demais para ser verdade. A utilização daquela alienígena formulação no relatório da nossa audiência tentava transmitir a ideia abstrusa de que as pretensões da ILC-AO não passavam de um retrocesso. Tão tendenciosa quanto evidente manobra de intoxicação, está bem de ver.

Reiteremos: [as palavras não são indiferentes, a escolha de termos não é nunca meramente casual](#).

Por conseguinte, ficámos cientes de que a coisa poderia vir — como de facto sucedeu — a acabar pessimamente, mas, ainda assim, optimistas inveterados que somos, conservámos um módico de esperança: na vida há milagres, podíamos afinal estar enganados!

A seguir à nossa, muitas outras audiências e audições se seguiram. Presumindo que não valerá a pena estar mais uma vez tergiversando a respeito da diferença entre “audição” e “audiência”, passemos adiante. Foram, no total 12 audições (solicitadas **pelo** GT) e 6 audiências (solicitadas **ao** GT), envolvendo organizações, entidades, algumas personalidades, individualmente, e até mesmo, pasme-se, um ou outro grupo excursionista.



Antes de falarmos dos (desastrosos) resultados finais daquele grupo de trabalho para lamentar, introduzamos aqui uma outra vertente do assunto.

É que, de facto, houve neste processo uma interferência tão estranha quanto (desastradamente) decisiva: em [26 de Abril de 2013 foi entregue](#) na Assembleia da República [\(mais\) uma petição contra o AO90](#).

As datas, e em especial as coincidências temporais, poderão ajudar a explicar alguma coisa?

Recapitulemos:

- [07.12.12, surge a ideia da formação](#) do GTA0*
- [23.01.13, anúncio oficial da formação do GTA0](#)
- 31.01.13, audiência da ILC-AO no GTA0
- [26.04.13, a tal petição é entregue na Assembleia da República](#)
- 30.04.13, a petição baixa à CECC
- [02.07.13 audição dos peticionários na CECC*](#)
- [16.07.13, a petição é arquivada](#)
- [30.07.13, encerramento oficial dos trabalhos](#) do GTA0

Pergunto: quando (mais) aquela petição foi lançada, já teria sido anunciada a formação do Grupo de Trabalho?

Observo: quando a mesma petição foi entregue (Abril 2013), o GTA0 ainda não tinha encerrado os seus trabalhos; aliás, estava precisamente a meio desses trabalhos.

Ora, então, porque terá sido a dita petição entregue àquele mesmo Grupo naquela precisa ocasião?

Porque se centra o [Relatório de Actividades do GT](#) mais na petição do que nas audições e audiências que realizou, e muito mais no texto da tal petição do que nas centenas de documentos entregues ao próprio GT?

Desse relatório consta, após citação quase *ipsis verbis* dos pressupostos arrolados pelos peticionários, esta “sentença” absolutamente extraordinária:

«Em linhas gerais, estes argumentos foram também aduzidos pelos opositores numa petição entregue na Assembleia da República. O documento foi objecto de análise na 1ª Comissão, que já emitiu parecer sobre o assunto.»

Perdão? “Em linhas gerais”? Como é isso? Vários (se não a maior parte ou se não mesmo a totalidade) dos pressupostos mencionados e das “críticas ao acordo ortográfico” enumeradas no ponto 4.1 do Relatório constam do texto da petição; parecem aliás ser um simples *copy/paste* (copia e cola) desta para aquele, como se nada mais existisse para além daquilo, [naqueles termos e com aquelas prioridades. O que não é de todo o caso, como sabemos.](#)

Sobra ainda uma outra perplexidade (digamos assim): como se compreende que essa petição tenha integrado o relatório do GTA0* se os representantes dos peticionários não tiveram ali qualquer audiência (ou audição)? Mas isto faz alguma espécie de sentido, porventura, visto que a mesma petição foi posteriormente discutida em plenário (no dia [28.02.14](#)) e de seguida arquivada sem produzir o mais ínfimo resultado prático?

[Sem o mais ínfimo resultado prático, realmente](#), de tal forma que o promotor da “[desvinculação de Portugal ao acordo ortográfico](#)” [sic] nem se deu ao luxo de comparecer na “discussão” da mesma, porque, disse, estava «desiludido».

Tudo muito estranho, parece-me. A história está, de facto, em especial quanto a este particular, muitíssimo mal contada.

Passemos ao desfecho: o encerramento dos trabalhos do GTA0 deu-se com a aprovação formal do respectivo relatório final, em [30 de Julho de 2013](#).

Resultados? Inexistentes, é claro. Na prática, nada.

«*O Grupo de Trabalho teve como objectivo último fazer o ponto de situação na aplicação do Acordo Ortográfico em Portugal.*»

Zero. Nem merece a pena perder tempo teorizando sobre nulidades ou tecer considerações a propósito de algo que se foi esvaziando, *como uma bola colorida entre as mãos de uma criança.*

Não é possível que tantos se tenham enganado durante tanto tempo e que tão poucos tenham andado a enganar todos durante o tempo todo.

Pode a verdade, essa *mulher desarmada e de atitude franca e relaxada*, ser afinal derrotada pela força dos *interesses económicos*?

Pois parece que sim, pode. Mas então, se é assim, se foi assim, resta a questão primordial, aquela que nos zombe desde sempre em volta da cabeça, qual varejeira teimosa, persistente, extremamente irritante: porquê? Porquê? Porquê?

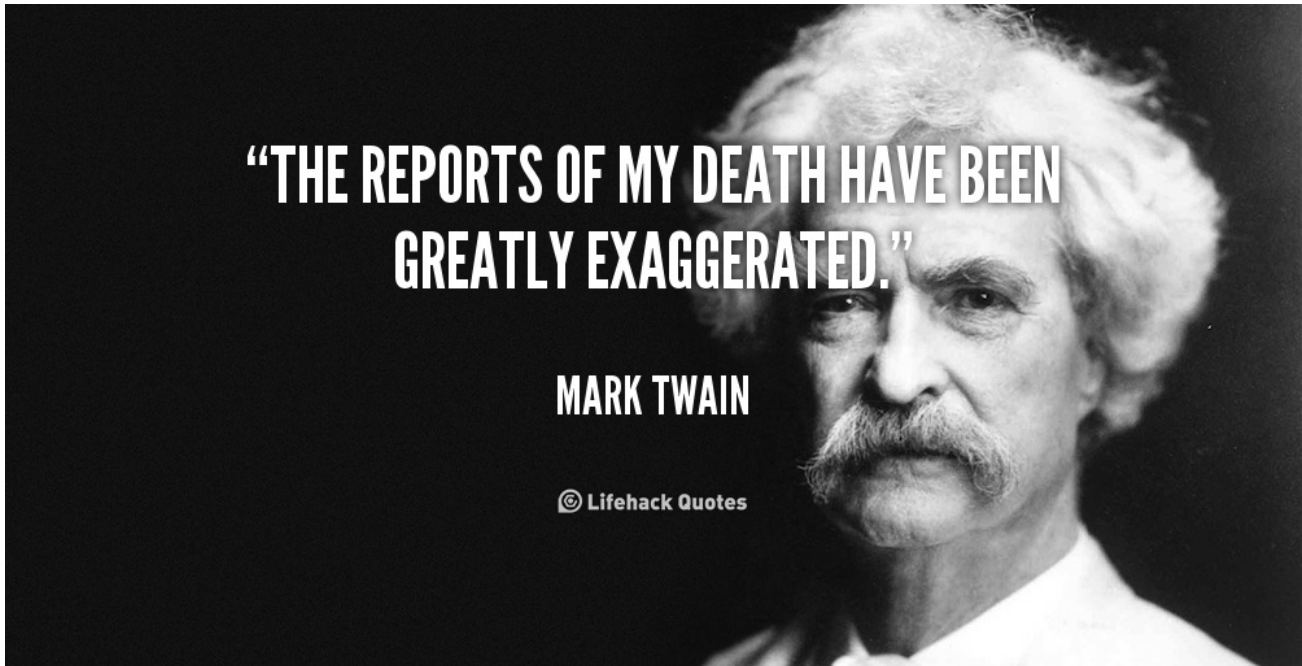
PORQUÊ?

Fotos de Rocio Ramos (RR)

(1) – Inês Teotónio Pereira substituiu nesta audiência o deputado efectivo Michael Seufert, que faltou.

- GTAO – [Grupo de Trabalho sobre o Acordo Ortográfico](#) (Assembleia da República)
- CECC – [Comissão Educação Ciência e Cultura](#) (Assembleia da República)
- RAR – Resolução da Assembleia da República
- PSD – [Partido Social-Democrata](#)
- PCP – [Partido Comunista Português](#)
- CDS-PP – [Centro Democrático Social-Partido Popular](#)
- BE – [Bloco de Esquerda](#)

[R1_271215]



As notícias sobre a nossa morte são manifestamente exageradas

Já em 2008 o deputado Rui Tavares assegurava que «*daqui a cinco anos ninguém se vai lembrar das razões de tanta resistência.*»

Os acordistas são verdadeiros especialistas na arte de dar palpites em geral, como sabemos, mas não são lá grande espingarda quando se trata desta adivinhação em particular. É que **não acertam uma**, está visto.

Acordo Ortográfico: Aplicado em os países da CPLP dentro de dois anos

*O linguista português Malaca Casteleiro acredita que **no prazo máximo de dois anos**, todos os países de língua oficial portuguesa já terão aplicado o acordo ortográfico. “Estou convicto que **no prazo máximo de dois anos o Acordo estará implementado em todos os países**”, garantiu à Lusa o professor universitário e membro da Academia das Ciências de Lisboa (ACL).*

Jornal “Mundo Português”, 6 de Abril de 2010

Se **2012 tinha sido o ano da viragem**, 2013 foi o da esperança, primeiro, da expectativa, depois, e da desilusão, por fim. Ou seja, foi o ano do GTA0*, principalmente, mas foi também o ano em que apareceu, “**out of the blue**“, uma coisa com a designação de “**petição pela desvinculação de Portugal ao [sic] acordo ortográfico**” e foi o ano que terminou com os desastrosos resultados conhecidos. Desastre este para o qual a dita petição terá contribuído decisivamente, dado o tempo e o modo, conforme as **razões anteriormente aduzidas** e aquelas outras que ainda faltará quiçá esmiuçar.

O **grupo de trabalho parlamentar funcionou** conforme previsto, pelo menos até metade do seu percurso agendado. Após **sermos ouvidos pelos deputados do grupo**, naquela que foi a primeira de uma longa série, seguiram-se várias outras audiências (por regra, solicitadas por anti-acordistas) e audições (de acordistas convidados pelo GT). Portanto, do **acervo que fomos constituindo no “site” da ILC-AO**, com gravações e respectivas transcrições, interessarão muito mais as (6) audiências do que as (12) audições; destas últimas, no entanto, há que destacar, pelo contraste que representam estes protagonistas, em especial dois depoimentos: **o de Vasco Teixeira**, Director da Porto Editora, e **o do Presidente da Academia das Ciências de Lisboa**, Artur Anselmo.

Das audiências, que foram, por algébrico acaso, metade das audições, [publicámos diversas transcrições do que naquele grupo de trabalho foi dito](#).

Curiosamente, ou não, aliás [à semelhança do que já tinha sucedido com a nossa própria audiência](#), detectámos e assinalámos vários [casos de nítidas discrepâncias](#) — e não poucas [contradições flagrantes](#) — [entre as declarações dos intervenientes \(nomeadamente as dos deputados Miguel Tiago e Michael Seufert\)](#) e aquilo que depois apareceu vertido nos respectivos relatórios.

[Transcrevemos ainda, além de tudo isto, diversos dos documentos](#) enviados por inúmeras pessoas e organizações com a finalidade de constituir acervo de análise no âmbito dos trabalhos do GTA^{*}. Se alguém no Parlamento sequer leu algum ou alguns desses documentos, bem, isso será difícil apurar ao certo; em substância, o [relatório final refere sistematicamente, para não dizer obsessivamente ou até mesmo exclusivamente, a já referida petição](#) que ali foi entregue, vá-se lá saber por que bulas, em Abril de 2013.

O que resultou, é claro, de um fenómeno singelo (e esquisito): a partir do momento em que aquela petição aterrou naquele grupo de trabalho, a dita tomou conta do grupo e do seu trabalho, por assim dizer, o assunto ficou a marinar e a expectativa substituiu a iniciativa.

Nós mesmos, que tínhamos previsto e antecipado o óbvio, isto é, que a petição significaria na prática o esvaziamento do GTA^{*}, vimo-nos perante um dilema: apoiar aquilo ou não?

Na verdade, [optámos pela via intermédia: nem uma coisa nem outra](#). E chegámos mesmo a reduzir ao mínimo as actividades da ILC-AO, durante mais de cinco meses (entre Julho e Dezembro de 2013), na expectativa (cá está ela) de que a tal petição pudesse afinal, por mero acaso ou extraordinário milagre, vir a dar algum resultado. Sempre julgámos que a ILC seria a solução mais viável, mas não colocámos jamais, obviamente, qualquer obstáculo a que outra solução pudesse surgir entretanto.

Infelizmente, se bem que previsivelmente, o “apagamento” que nos auto-impusemos, naquele longuíssimo compasso de espera, acabou por se revelar de todo inútil: [nem a petição produziu resultados](#) nem o GTA^{*}, entretanto absorvido pela dita, teve o menor efeito prático ou a mais ínfima consequência.

Naquela ocasião, quanto a mais aquela petição, não colocámos entrave ou tomámos qualquer atitude negativa; mas também não iríamos apoiar activamente uma iniciativa que estava *ab initio* condenada ao fracasso e que, inevitavelmente, ainda por cima, colidia com a nossa própria Iniciativa, já que, pela natureza e finalidades completamente diferentes de ambas, uma coisa exclui a outra. Não recomendámos aos subscritores da ILC-AO que não subscrevessem (mais) aquela petição, pois que diabo, isto é um país livre, pelo menos é o que diz a CRP^{*}, mas também não apelámos a que o fizessem; e isto porque, evidentemente, tal apelo equivaleria a um reconhecimento tácito de que a ILC-AO não era afinal o que interessava, que havia melhor solução e que, portanto, não apenas nós estávamos enganados como, por absurdo que isto possa parecer, tínhamos andado a iludir toda a gente desde o início.

Se apoiássemos (mais) aquela petição, então por que razão não tínhamos apoiado antes qualquer das várias “iniciativas” promovidas pelas mesmas pessoas? Qual dessas outras “iniciativas” produziu fosse que efeito fosse? Alguma delas não significava, subliminar e implicitamente, que a ILC-AO era inútil? Então iríamos nós, os promotores dessa putativa “inutilidade”, promover em simultâneo algo que implicava, por exclusão de partes, que mais valia termos estado quietinhos?

Portanto, ainda assim, sem apoiarmos mas também sem fazermos oposição, ficou ao critério de cada qual subscrever ou não (mais) aquela petição.



Escusado será dizer, presumo, que, logicamente, eu não a subscrevi. Não assino nada de cruz ou só porque sim. Não digo, como disse VGM* em tempos, que “[assino tudo aquilo que seja contra o acordo ortográfico!](#)”

Salvas as devidas distâncias, até porque cada um sabe de si e só Deus de todos, pois eu cá não assino, muito menos promovo e sequer apoio manobras pífias, antecipadamente condenadas ao fracasso ou, pior ainda, fatalmente destinadas a sofrer uma derrota humilhante. Mas isto sou só eu, evidentemente, a minha insignificante pessoa. Não “assinei” aquela como não assino petição alguma desde 2008, precisamente [a de VGM et al.](#) E por maioria de razões não “assinaria” esta outra, já que, na prática, serviu apenas — a total ausência de resultados comprova-o — para a paralisação da ILC-AO, para monopolizar as atenções e os trabalhos (veja-se o [relatório final do GTAO](#)) e, por conseguinte, para inviabilizar qualquer réstia de esperança sobre o que do grupo de trabalho pudesse vir ainda a resultar.

Além disso, vejamos, à conta de quê iríamos nós apoiar (mais) esta petição? Por uma questão, como alguns clamavam, de uma pretensa “união de esforços”? Mas qual “união” e quais “esforços”? Iríamos nós unir os nossos esforços para derrubar o AO90 a quem se esforçou, empenhada e furiosamente, em liquidar a nossa Iniciativa? Ou então vale tudo, nada importa nem interessa para coisa alguma, [mentiras](#), [atoardas](#), [provocações](#), calúnias e difamações em geral, não, aquilo foi de boa-fé, não há problema algum, isto ele é só [gente fina](#)?

Algumas pessoas teimavam nessa curiosa teoria que, é claro, não vingou: falavam em “união de esforços” como se isso fosse algum mandamento divino, diziam que isto “é tudo a mesma luta”, que “os cães ladram e a caravana passa” e assim por diante. Em suma, que deveríamos nós (se bem entendi esta parte, devo confessar, ou não, em boa verdade não entendi patavina) juntar os nossos esforços para levar a ILC ao Parlamento aos esforços de diversas pessoas para impedir a ILC de chegar ao Parlamento.

Fantástico, Melga!

Não é uma maravilha, esta lógica, hem, Mike*? Sim, Melga, é mesmo fantástica, uma linda teoria apresentada em “kit” numa belíssima embalagem sem portes de envio e quase inteiramente grátis, Melga*.

Difícilimo imaginar sequer como se poderia pôr em prática tão linda teoria, mas pronto, era isto, está bem, abelha, digo, melga, não há nada mais natural do que, por exemplo, a ILC-AO desaparecer e passar a ser (mais) uma petição (ou várias), ah, certo, oh, sim, faz todo o sentido, é mesmo fantástico.

Esta rapsódia da “união de esforços” já vinha de trás, mas foi de facto durante o ano de 2013 que o coro (de assobios para o lado) atingiu o auge, o clímax, salvo seja, vá-se lá saber porquê, ao certo. O ano até tinha começado bem, se calhar foi por isso que acabou assim tão mal. Mas não levemos agora a coisa a sério, isso já lá vai, acabou-se.

Em 2013 também houve, além da formação e do decurso dos trabalhos do GTAO, pelo menos dois outros acontecimentos muito importantes para a nossa Causa: logo a abrir, [a 9 de Janeiro, a SPA anuncia oficialmente que recusa o AO90](#); e [a 26 de Maio o juiz Rui Teixeira proíbe que seja utilizado o aleijão ortográfico no Tribunal de Torres Vedras](#).

As coisas continuavam a mexer-se debaixo do Sol, por conseguinte, e, apesar de tudo, os sucessivos anúncios (e prenúncios) da nossa morte tinham sido um manifesto exagero: em Dezembro de 2013, a ILC-AO estava ainda (e ainda assim) para durar. A tal petição subiria a discussão no parlamentar plenário a 18 desse derradeiro mês do ano do azar mas, até nisso houve mais um bocadinho de *galo*, o *espectacular* acontecimento foi adiado *in extremis*. Teríamos, portanto, de levar o galo à respectiva missa, na noite de passagem para o 1.º de Janeiro de 2014, pronto, depois então se veria.

E isso veremos, assim com’assim.

A expressão “fantástico, Melga!” foi popularizada pelo actor [José Pedro Gomes](#) no programa da RTP “[Herman Enciclopédia](#)”, de [Herman José](#). Este “sketch” em particular adequa-se ao tema, já que nele se promove um produto que previne facadas nas costas.

<https://www.youtube.com/embed/IHgOzchn66s>

[R1_271215]

Tipo grafia

— *Mas quem és tu, pá?*

Foi com esta delicadíssima pergunta que, certo dia, em certo evento público, [incerto rufia me](#) [interpelou](#).

E de facto a encanitante questão faz sentido, visto que terá causado incómodo a alguns, intrigado outros e [indignado até bastantes](#): quem será este tipo que lançou a ILC-AO, de onde veio ele, que diabo de currículo terá para se “arrogar” semelhante “direito”?

Pois bem, vamos a isso, desfaçamos então as prementes dúvidas, desencanitemos a questão, aliviemos desagradáveis sensações de incómodo, tiremos, em suma, o pipo à bóia da indignação: quem é afinal o tipo, há?

Aqui está uma bandeirinha em papel que tem a particularidade de ser muito viajada: fez mais de 26.000 quilómetros. [Levei-a comigo para Timor](#) e comigo regressou de Timor a penates, com passagens por Londres, Singapura e Darwin.

Fui um dos 144 professores de Português que fizeram o mesmo trajecto, no já longínquo ano 2000. À partida, no aeroporto de Lisboa, estava o então Ministro da Educação, que se lembrou de perguntar à minha bandeirinha se ela e eu íamos para Timor “com espírito de missão”.



— Não, não, nada disso. Vou para Timor porque em Portugal não tenho colocação, tal como outros trinta e cinco mil “profes”.

[Alguns jornalistas](#) perguntavam sistematicamente a mesma coisa, como se o tal “espírito de missão” fosse obrigatório, “tipo” validar o passaporte ou ter em dia todas as 13 vacinas necessárias. Respondi sempre, se bem que me palpite ter sido o único na ocasião, que não, não sou missionário, vou para lá porque não tenho

vaga aqui.

Esta coisa que alguns dizem apenas “da boca para fora”, o tal “espírito de missão”, é similar às “causas” à molhada. [Há consumidores destas, como já vimos](#), que estão sempre, durante anos a fio, possuídos por estranhas forças verbais, o que terá porventura a ver com aquilo que misturam no tabaco.

Ora, também por isto, porque fumo exclusivamente tabaco, devo declarar que eu cá nunca fui muito dado a “causas” em geral, em série ou (muito menos) a granel. Tive na vida uma só, única, verdadeira Causa: a luta contra o AO90. Portanto, ou por dever de ofício, e apenas porque assim calhou, jamais me meti em outros assuntos, militantemente falando, além da ILC-AO.

Claro que, esporadicamente e como toda a gente, lá fui tropeçando amiúde em outras coisas (mas não em causas) às quais dediquei alguma atenção. Não contam para o caso, concluímos, visto que a esta Causa única me dediquei e dedicarei ainda enquanto e quanto for capaz.

Mas de facto a questão permanece, que diabo, sempre fez imensa confusão a muita gente como raio tinha aparecido um tipo qualquer “à frente” desta Iniciativa Legislativa de Cidadãos. Porque, na verdade, não vale a pena dourar a pílula, um dos maiores problemas da dita ILC fui eu mesmo, o seu nada ilustre e totalmente desconhecido mentor.

Precisamente: eu. Se em vez de mim “à frente” da iniciativa estivesse alguém como Miguel Esteves Cardoso, “nosso” MEC, ou um outro nome ainda mais veterano (e venerável), Pedro Tamen, por exemplo, bem, pois com certeza, nesse caso outro galo cantaria, o pessoal mui naturalmente adora seguir um líder, mas que esse líder seja gente de algo, garantia à cabeça — literalmente — de que de sua ilustre cabeça jorrarão ideias em tropel e prestígio a rodos e brilho aspergido por todos em volta.

Mas, ai, assim, tendo calhado ser um tipo vulgaríssimo a encabeçar a Iniciativa, a coisa só poderia mesmo tornar-se difícil, problemática, penosa, arrastada e até aborrecida. De mais a mais tendo o tal tipo qualquer, isto é, eu, um feitio universalmente reconhecido como “lixadíssimo”, enfim, convenhamos, a coisa nunca esteve fácil neste não primordial mas algo relevante aspecto.

Afinal, caramba, terei de modestamente o reconhecer, não sendo de minha graça Rui Santos, ainda por exemplo, e não sendo, por conseguinte, um “[defensor incansável das causas supremas \(do futebol\)](#)”, então não apenas ninguém sabe quem sou como não tenho qualquer espécie de currículo na indústria das “causas” como ainda, para findar, não vivo no Bairro do Restelo, não frequento qualquer areópago chique nem tertúlias finas nem possuo lugar reservado com talher posto no Gambirinus. Só defeitos, portanto, dos quais sou o único culpado e pelos quais deveria penalizar-me amargamente, quiçá chicotear-me a cavalo-marinho pelas madrugadas frias ou adornar-me de andrajos e pendurar um baraço ao pescoço, qual Egas Moniz, o aio, sacrifício estes que me não apetezem porque, cá está, tenho mesmo um feitio lixado e portanto não sou muito dado a masoquismos.

Também não alinho em cunhas, outra agravante, nem em bajulações, olha, outra, valha-me Deus, isto já mais parece um cardápio de defeitos, é só escolher, ora realmente, com um tipo assim como diabo queriam vossemecês que a ILC singrasse, hã?

Pois parece que o tipo, hã, não passa afinal de um tipo como outro qualquer. Certo dia, [porque ninguém fazia nada](#), esse tipo resolveu fazer alguma coisa. O tipo é só isto, hã, nada mais.

Desde o primeiro dia estive perfeitamente consciente desta espécie de tuga fatalidade, a falta de uma estrela ao alto embota gentes e paralisa vontades. De tal forma que fiz todos os possíveis para, na minha qualidade de mentor da ILC-AO, correr comigo mesmo para fora da mesma. Sabendo que era um empecilho e até, para



algumas pessoas mais dilatadas, digamos assim, que estava sendo de alguma forma motivo de embaraço, procurei sempre encontrar uma alternativa à minha apagadíssima pessoa. Se necessário, sacrificando a própria Iniciativa: pois sim, se o problema consiste em estar eu “à frente” da ILC, então, por quem sois, avancem vossemecês com ela, ou façam outra, tanto faz, o que é preciso é que façam alguma coisa, com cem mil raios!

— Original Message —

From: joao.graca[at]netcabo.pt

To: *****@sapo.pt

Sent: Tuesday, **March 01, 2011** 8:15 PM

Subject: Re: MURO DE SILÊNCIO

(...)

«Por fim – desculpe-me a pergunta descabida –, precisa a I.L.C. de fracassar para haja alguém poderoso que atalhe eficazmente contra o aborto gráfico, nem que seja para ficar com os louros? É que essa ambição nós não a temos.»

E sobre isto, finalmente: pois é, companheiro, acertou mais uma vez em cheio. É realmente necessário que alguém se imole (adivinha quem) e que assuma sozinho a responsabilidade pelo fracasso para que, então sim, surja algum salvador da Pátria cheio de trunfos na manga e com soluções a granel até para a carestia e a crise internacional, se for preciso. Porque diabo não apareceu esse “encoberto” até agora será um mistério insondável e irresolúvel, mas haja ao menos esperança. Passei estes dois últimos anos a aturar génios cheios de ideias e vazios de acções, pode ser que este seja o pretexto ideal, o empurrãozinho que faltava para que finalmente os génios avancem com as suas geniais ideias.

Uma das coisas que acho ainda não ter referido antes e que vem completar o rol de muitos “contras” e de quase nenhuns “prós” nesta luta: não tenho feitio para bajulações nem para pedir seja o que for seja a quem for. Infelizmente, é nesses dois pilares fundamentais que se fundamenta a vida social portuguesa; logo, como a recusa em ceder a nepotismo, amiguismo, seguidismo e nacional-porreirismo foi minha, é justo que seja eu o único crucificado por a coisa não ter vingado.

Seja, então. Que ao menos isso sirva para alguma coisa de perene.

Trata-se de intenção antiga, note-se, esta espécie de despojamento militante, o que poderá talvez servir-me de atenuante para o mais do que óbvio atrevimento da acção e, se calhar, havendo boa vontade por parte dos meus algo severos porém correctíssimos juizes de estirpe e linhagem, poderei modestamente alegar em minha defesa este desprezioso argumento.

Pois quantas vezes vos pedi, camaradas, que me livrásseis de tão pesado fardo, que arranjásseis uma alternativa, alguém “de algo” que servisse para “rosto” do movimento?

Mas as coisas são como são, como sabeis perfeitamente, camaradas. Nenhuma “estrela” se chegou à frente, que azar.

Ou terá sucedido algo ainda pior do que o azar. Como lá diziam os Antigos, em sua belíssima linguagem de Senado, “*Hoc tempore obsequium amicos, veritas odium parit*” (Terencio, 194-150 a.C.), ou seja, usemos um tradutório escantilhão para a respectiva transcrição, nos tempos que vão correndo o servilismo gera amigos, a verdade gera ódio.

O que é aborrecido, convenhamos, porque se do ódio ninguém foge, de alguns “amigos” há muitas vezes que fugir.

De mais a mais num país como Portugal, cuja mais pujante indústria é a cunha, o tradicional compadrio. Aqui, à revelia da célebre [lei de Lavoisier](#), nada se faz, nada se cria, nada se transforma sem o sistemático recurso à mágica fórmula “queria dar-lhe uma palavrinha” e nada se consegue sem o concurso, a cobertura, o patrocínio de “notáveis”, sejam estes (e estas) mais ou menos “[sulistas, elitistas e liberais](#)“, mas em todo o caso devendo ser o mais possível “figuras públicas” de excelsos recursos e, principalmente, possuindo relevantes “conhecimentos”... pessoais.

Tudo aquilo que escape ou todo aquele que se mantenha alheio a esta antiquíssima rede de interesses está fatalmente condenado ao fracasso. Não de imediato, é claro, porque antes do fatal desfecho terá de passar por um longo processo de trituração social e de incineração pessoal, como forma de publicamente expiar seus imperdoáveis pecados cometidos contra o *statu quo* vigente. Processo este que será ainda pior caso o penitente se recuse a, no mínimo dos mínimos, comparecer em cerimónias de beija-mão preparadas com a finalidade de que ele aceite como boa a patranha da “[união de esforços](#)” e assim demonstre o seu sincero arrependimento, a sua embevecida admiração (e veneração) pela casta “superior”.

Quando sucessiva e sistematicamente procurei imolar-me, em sentido figurado ou não, em prol de uma Causa que a todos ultrapassa, tinha por intenção única provocar reacções — isto é, acções — para que outros tomassem a iniciativa e que assim se desfizesse o impasse em que a luta contra o AO90 se ia atolando. Essa auto-imolação implicava mesmo, por consequência, que passaria doravante a haver um bode expiatório: nada me daria mais alegria, devo confessar, do que arcar eu mesmo com todas as culpas por tudo o que de errado tinha sucedido (e até com o que de mal pudesse ainda vir a suceder) no movimento contra o “acordo”; mas isto, é claro, no pressuposto de que essa auto-imolação resultaria em pleno, quer dizer, que de facto originasse algo que radical e definitivamente aniquilasse o “acordês”.

Tal não sucedeu, como se sabe. O suicidário expediente não resultou e por conseguinte não pude refugiar-me na sombra, sequer um vislumbre de penumbra me concedeu o sentido do dever, essa estranha, íntima coisa a que vulgarmente se chama “espírito de missão” e que, por fim, existe mesmo quando vem do coração e não da boca.

Fui ficando, em suma. Sem beija-mão, para bode expiatório não servia.

Porém, um caprino da referida espécie não é boi manso. Portanto, marra.

Contar esta história é uma simples evidência desse natural reflexo.

[R1_271215]



Cortinas, persianas, sanefas, estores, adufas, gelosias, venezianas

1 de Janeiro de 2014

Mais de *cinco meses depois de publicado o relatório do GT AO90*, o que por fim agora surge, como resultado e consequência das dezenas de audições e audiências daquele “grupo de trabalho” parlamentar, são três projectos de resolução (RAR) que mutuamente se anulam, em termos de previsibilidade das respectivas votações. Temos por conseguinte resultados que, repita-se, em qualquer dos casos serão os opostos aos interesses da Causa anti-acordista em geral e, por inerência, aos da ILC AO que essa Causa corporiza e representa. Ao fim e ao cabo, não será certamente assim que se conseguirá atalhar o passo ao monstro ortográfico. Bem pelo contrário, aliás, visto que a tese da “revisão”, a vingar, representará (representaria) a consumação de uma espécie de “solução final” (*Endlösung*) para a liquidação sumária da ortografia da Língua Portuguesa.

Já se perdeu demasiado tempo com ilusões, promessas e hipóteses que se revelaram totalmente infundadas, sendo que o tempo, como sabemos, além de não voltar para trás é cada vez mais premente, cada vez mais urge fazer-se algo de concreto e de efectivo quanto a esta questão, pelo que, analisadas todas as alternativas, que afinal não existem, tendo em vista os cenários referidos, cumpre decidir: o que fazer agora? Recomeçar, retomar a luta ou pura e simplesmente desistir?

Começava assim, sob o signo da dúvida, o ano de 2014. Não será fácil seleccionar os acontecimentos mais significativos daqueles 12 meses frenéticos, mas podemos tentar ao menos reavivar memórias citando apenas alguns, à laia de balanço.



Na **segunda quinzena de Janeiro** realizaram-se no Estado indiano de Goa os “**3rd Lusofonia Games**”, assim mesmo, em Inglês, uma imitação rasca dos **Jogos da Commonwealth** e uma ainda mais foleira macaqueação dos **Jogos da Francofonia**. Naquela fraude pseudo-desportiva participaram “atletas” dos 8 países da “Lusofonia” e também uns quantos excursionistas da **Guiné Equatorial**, essa esplendorosa “democracia” africana de língua

oficial espanhola recém-admitida no antro de negociatas a que se convencionou chamar “CPLP”.

A **7 de Fevereiro**, depois de já em **Março de 2012** termos divulgado um documento então absolutamente inédito, fizemos o ponto da situação sobre o “caso” do Juiz Rui Teixeira e o “caso” do Juiz Rui Estrela de Oliveira, dois magistrados que recusaram a aplicação do AO90. Por fim, e apesar das (falaciosas) garantias governamentais de que “ninguém será abatido, preso ou punido” por não aplicar o “acordo”, ambos os juízes foram de facto forçados a amochar e um deles acabou efectivamente punido: **instaurado processo disciplinar ao Juiz Rui Teixeira por recusar o AO90.**

No dia **28 de Fevereiro**, ocorre finalmente em S. Bento a “discussão” da “petição pela “desvinculação de Portugal ao^[sic] acordo ortográfico”. Disto demos conta através de um “post” com o título “**pois assim se fazem as cousas...**” Esta parlamentar “discussão” da dita petição tinha sido adiada em **18 de Dezembro de 2013, in extremis, no próprio dia** (e em cima da hora marcada) sem qualquer aviso e sem a mínima explicação. Da dita “discussão”, ou seja, daquela petição, resultaram duas mãos cheias: uma de nada e outra de coisa nenhuma. Destes “resultados” demos também conhecimento (ao) público, a **2 de Março**: “**Da vergonha, relatório e contas**”.

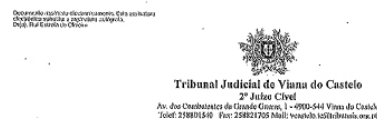
No dia **7 de Abril** decidimos, por esmagadora maioria (isto é, todos os principais activistas da Iniciativa votaram a favor e um, eu, contra), responder à “sacramental” e mui “interessante” pergunta “quantas assinaturas temos”. Com uma conta de subtrair e tudo, “temos” estas: **14.112**. A data escolhida para a divulgação do número exacto não foi casual: à meia noite desse dia completavam-se **exactamente 4 anos desde o início da recolha de subscrições** para a nossa ILC.

27 de Abril de 2014: falecimento de Vasco Graça Moura.

A ILC-AO fez-se representar por dois elementos na cerimónia fúnebre realizada a **29 de Abril**, na Basílica da Estrela, em Lisboa. Evidentemente, divulgámos ao longo dos dias e até meses seguintes, no “site” da Iniciativa, as inúmeras repercussões do trágico acontecimento e as manifestações de apreço e admiração para com tão ilustre figura pública, o mais mediático dos opositores ao desastre ortográfico.

Em **28 de Julho**, reproduzimos um artigo publicado num órgão de comunicação social moçambicano: **CPLP: «lavandaria de dinheiros ilícitos» [Noé Nhantumbo, “Canal Moz” (Moçambique), 24.07.14]**

Escusado será chamar a atenção para a relevância política de (mais) esta denúncia; o título do artigo diz muito, mas é conveniente ler todo o texto para compreender como funciona a ilicitude dos dinheiros e para apreender a dimensão da “lavandaria” em que se tornou a CPLP*. Moçambique é um dos dois países de Língua Oficial Portuguesa onde o AO90 não está em vigor (nem à força, como sucede em Portugal, nem ali de forma alguma); o outro país é Angola, de onde também chegam periodicamente artigos demolidores sobre a “comunidade lusófona” em geral e o “acordo ortográfico” em particular.



CONCLUSÃO - 27-02-2012

(Termo electrónico elaborado por Escrivão Auxiliar)

=CL.S.=

Fl. 135: autorizado, nos termos do disposto no artigo 840º, nº 2, do Código de Processo Civil.

Notifique.

Notifique ainda a agente de execução, esclarecendo-a, que por força da Ordem de Serviço nº 2/2012, no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Viana do Castelo, não se aplica a grafia do denominado Acordo Ortográfico de 1990. Por outro lado, e uma vez que este acordo não entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa, agradeço-se que se apresentem os requerimentos no integral e escrupuloso cumprimento do disposto no artigo 139º, nº 1, do Código de Processo Civil, ou seja, sem erros ortográficos.

(Texto elaborado em computador e integralmente lido pelo signatário)

Viana do Castelo, 02.02.2012,

O. J. de D. V. de

(Assinatura Electrónica)



A **7 de Agosto**, surge na imprensa mais um eco das movimentações ultra-acordistas no Brasil: «[Senadores querem nova reforma ortográfica](#)». Parece, portanto, que pretendem ainda mais demolição, os tais senadores brasileiros. Evidente manobra de encobrimento, pois claro, que fomos denunciando à medida em que iam surgindo estas “ameaças” (falsas); a “ideia” é aterrorizar as pessoas agitando o espantinho de um novo “acordo”, ainda mais absurdo do que o completo disparate assinado em 1990, tentando pela intimidação levar os incautos a aceitar esta outra “reforma” como sendo um mal menor.



No dia **27 de Agosto**, uma boa notícia: «[A hipótese de uma ortografia do português de Angola](#)» [Wa Zani, “Jornal de Angola”, 27.08.14]

Jornal de Angola
Online

Recordemos o [Editorial do mesmo jornal](#), de 9 de Fevereiro de 2012, em que ficou perfeitamente clara a rejeição do AO90 por parte do Governo angolano. Nesta outra declaração oficiosa, aquele país africano vai ainda mais longe: não apenas recusa liminarmente o “acordo” como coloca mesmo a hipótese, se tal vier a ser necessário, de adoptar a sua própria ortografia nacional. Quer dizer, troquemos isto em miúdos, se alguns brasileiros e alguns portugueses continuarem *a esticar a corda* ortográfica, por assim dizer, Angola poderá fazê-la rebentar de uma vez por todas.

©2013 Associação Portuguesa de Tradutores. Todos os direitos reservados.
A APT não aplica o Novo Acordo Ortográfico. Imagem de São Jerónimo e o Leão da autoria de Albrecht Dürer

Apenas três dias após esta esplêndida novidade, aterra nas redacções dos jornais, a **30 de Agosto**, outra excelente notícia: [Associação Portuguesa de Tradutores rejeita o AO90](#). Não se trata aqui de uma “agremiação” qualquer, evidentemente. De certa forma, há um paralelo entre esta tomada de posição expressa e a que a [Sociedade Portuguesa de Autores](#) havia já assumido em **9 de Janeiro de 2013**. Se bem que em dimensões e com especificidades muito diferentes, estas duas associações representam largos milhares de “trabalhadores da palavra”, pessoas “das letras” que assim se vêem protegidas pelas suas organizações profissionais contra a agressão acordista.

Em **21 de Outubro**, uma delegação da ILC-AO constituída por 3 elementos [reuniu com dois membros da Direcção da FENPROF](#).

Esta terá sido apenas mais uma reunião, da longa série de encontros que mantivemos durante anos com entidades várias, mas teve uma característica diversa de todas as reuniões anteriores: foi-nos dito que os impressos de subscrição da ILC-AO disponibilizados na delegação do [SPRC](#) tinham tido “pouca saída” e que, “portanto”, isso significaria haver pouco interesse por parte dos professores em relação à “questão ortográfica”.

Bem, digamos que avaliar esse interesse pelo número de impressos retirados de uma prateleira ou de uma mesa será talvez um método “ligeiramente” falível e grosseiramente impreciso: basta pensar em quantos outros impressos ou folhetos (a cores, em papel brilhante e com figuras, coisas que jamais couberam no nosso “orçamento” para impressos) existem na dita delegação; e depois de pensar em quantos destes outros folhetos existem ali, calcular (pouco mais ou menos) quantos professores pegam neles ou sequer olham para eles...



webhr Search Features CEDILHA

Resource Usage Overview

Your site has been limited within the past 24 hours

CPU resources were limited for your site

24 de Novembro: [recado a “hackers” acordistas e assimilados.](#)

Os ataques (*brute-force*) ao nosso “site” recrudesceram enormemente ao longo de 2014 e prolongaram-se ainda pelo(s) ano(s) seguinte(s). Coincidências *estranhas* ou talvez não tanto. O facto é que estivemos periodicamente “fora de linha”, os visitantes sem acesso aos conteúdos e o nosso trabalho virtualmente bloqueado. Mas enfim, lá fomos montando um nada modesto arsenal de defesas, contra-medidas diversas que foram minimizando os estragos; conseguimos assim o essencial, ou seja, os acordistas e outros agentes não conseguiram sequestrar o domínio virtual, invadir o “site” (bom, isso sucedeu uma única vez e por apenas por alguns minutos) ou, em suma, como pretendiam, “mandar aquilo tudo abaixo”.

Resource Limit Is Reached

The website is temporarily unable to service your request as it exceeded resource limit. Please try again later.

Esta última “marca” do ano de 2014 é de certa forma simbólica, visto ilustrar (e demonstrar) que a nossa luta fez o seu caminho, provocando reacções de incómodo — para dizer o mínimo — nas hostes acordistas (e outras). O facto de aqueles ataques cibernéticos terem tido início em 2010 e se terem prolongado pelos [anos subsequentes](#), sempre em crescendo, tanto em frequência como em intensidade, é a prova provada de que a ILC-AO se tornou no “inimigo a abater”. Nunca antes de ser lançado o “site” da Iniciativa, naquele mesmo domínio virtual (www.cedilha.net), haviam ocorrido tantas falhas ou interrupções no serviço causadas por ataques de “hackers”.

Portanto, se os acordistas e assimilados tentavam cansar-nos com esses ataques sistemáticos, então nós estávamos, com o nosso trabalho persistente e a nossa resistência obstinada, a atingir um dos objectivos primordiais que presidiram ao lançamento da ILC: usar com “eles” o veneno que usam connosco, ou seja, cansá-los a “eles” não os deixando cansar-nos a nós.

Tentavam silenciar-nos, lançar sobre nós uma cortina de silêncio (e [alguns outros recobrir-nos sob um manto de suspeição](#)), pretendiam fechar a janela de esperança, que abrimos, à força de portadas ou estores? Pois bem, nada disso resultou, não conseguiram nem conseguirão jamais obscurecer a nossa luta. Luta, combate, peleja, confronto, também este outro conceito pode ter vários significantes mas continuará, para nós, a ter um único significado: a defesa da Língua Portuguesa.

Defesa inabalável, determinada, imperturbável. Sem dúvida alguma, afinal, em 2014 como antes e até depois.



* CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#)

* FENPROF – [Federação Nacional dos Professores](#)

* SPRC – [Sindicato dos Professores da Região Centro](#)

[R1_050216]

O caos trocado em miúdos

Now this is not the end. It is not even the beginning of the end. But it is, perhaps, the end of the beginning.

Winston Churchill

2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014. Ora, vejamos, portanto: a seguir a 2014 é... 2015. Certo. Bem visto.

Fiquemo-nos pelo relato do primeiro semestre daquele ano, já que [a 19 de Junho foi publicado o "Fim"](#). O qual autopsiaremos na próxima ocasião.



<http://digitalproductions.globered.com>

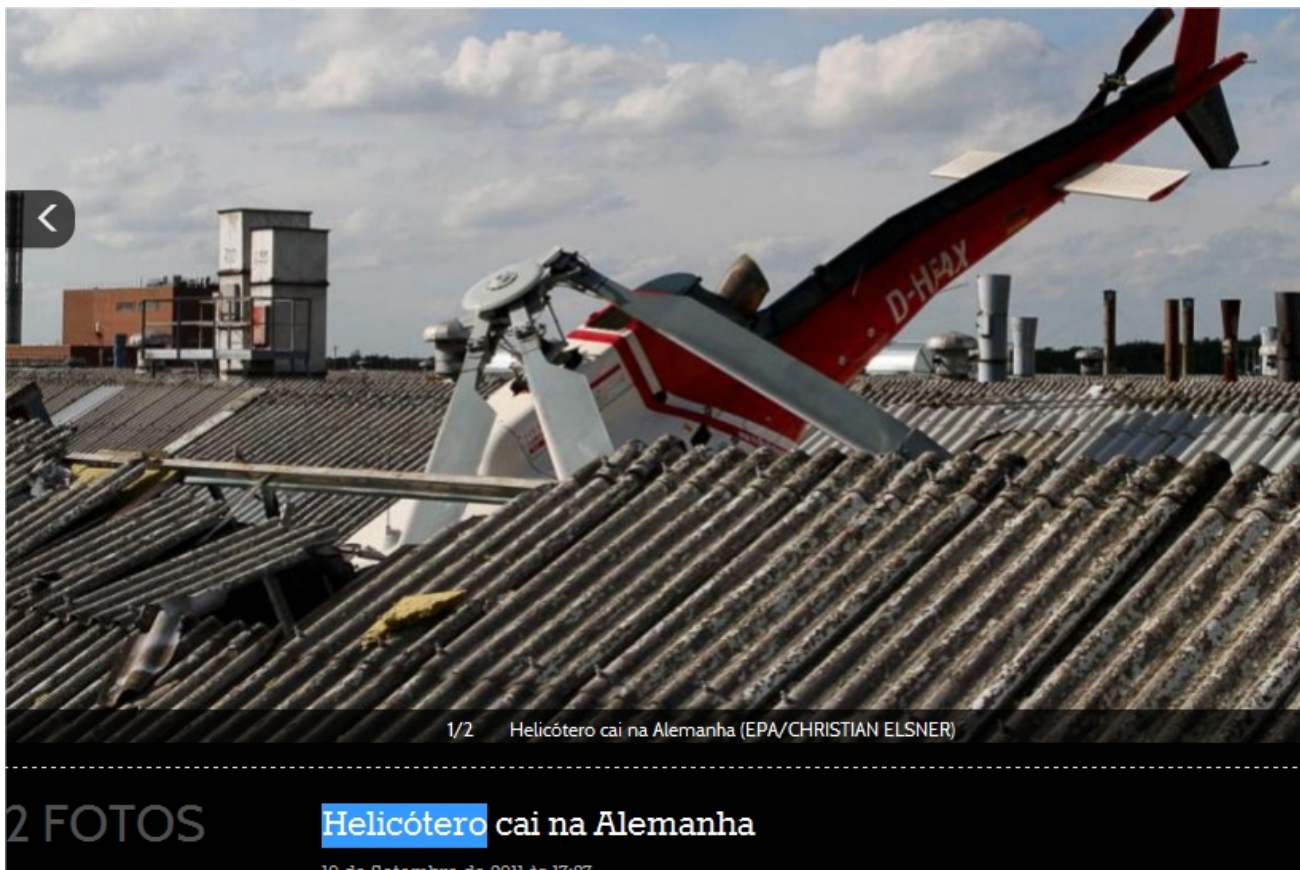
Ao longo de 2015 desenvolvemos uma ideia original lançada em finais do ano anterior: o **cAOs**. Foi uma “moda” que pegou de estaca, pelos vistos, agora toda a gente faz a mesma coisa, em alguns casos até com o símbolo © e tudo, não vá alguém apossar-se aleivosamente de originalidades curiosas. Como sabemos, no virtual “**star system**” dos **consumidores de causas** é uma tradição “solidária” parasitar o trabalho alheio para brilhar cada estrelinha mais um bocadinho do que as outras.



Havia dantes umas listas com inegável interesse, é certo, mas o conceito original da [página “cAOs”](#) (e a própria designação) não se restringe a “caçar” exemplos aberrantes da “implementação” do *acordês*. [Servia e continua a servir](#) para demonstrar não apenas que o AO90 é mesmo uma aberração como (ou principalmente) que os seus efeitos devastadores afectam (e infectam) já todo o tecido social português, da mais simples placa toponímica ao mais formal dos [documentos publicados no Diário da República](#).

E ainda, como se não bastasse o que basta, que o **cAOs** ortográfico — ao contrário do que *garantiam* acordistas — contamina também a pronúncia, o que implica estranhíssimos fenómenos de hipercorreção, em relação directa de causa e efeito. Imensas demonstrações deste desastre fomos detectando e publicando diariamente, sempre em primeira mão e segundo critérios de selecção coerentes.

Dos casos mais flagrantes serve este, como ilustração gráfica dos ditos conceito e critérios: em 29 de Janeiro aterra num telhado [um “helicótero” em segundas “núcias”](#).



Mais de 400 “amostras” (*and counting*), qual delas a mais tristemente anedótica ou quais delas as mais dolorosamente ridículas.

Inúmeras outras se poderiam apontar, em áreas tão diversas como a Medicina (*bisseção, adómen, sucção*) ou a Física (*dutilidade, impato, compatar*), a política (*ilariante, pato, ostáculo*) ou a Matemática (*reta, seteto, conetar*), a Geografia (*Irã, hetares, Madri*) ou a religião (*teto, suntuoso, trítico*). Basta *abrir aquela página*, fechar os olhos e apontar ao acaso para um qualquer ponto da enorme lista: “click”! Pronto, já pode abrir os olhos, se calhar nem vai acreditar no que eles vêem. E pode ser que assim se lhe abram os olhos, de uma vez por todas, para as reais, horríveis, desastrosas consequências da “maravilhosa língua unificada” que alguns pretendem impor a todos.

Imposição esta que, nem de propósito, atingiu o cúmulo da desfaçatez precisamente em 2015: a 12 de Março, por determinação ministerial, o *AO90 torna-se obrigatório nos exames nacionais*. O cAOs vigente, injectado de forma particularmente violenta no sistema de ensino, parece não incomodar nem um bocadinho os governamentais burocratas.

Os quais burocratas poderão continuar descansados na sua governamental empreitada de demolição da Língua Portuguesa, visto contarem com alguns supostos anti-acordistas especializados em sabotagem. Isto é, os especialistas em demolição podem contar com a expedita cooperação de sabotadores.

Uma das inúmeras formas de sabotagem, como se sabe, é a intriga. A 24 de Março, Octávio dos Santos publica no “site” da ILC-AO um “post” sobre determinada “*ocorrência: A TVI recusou-me...*”:

«(...)

A resposta, indicando o meu nome como representante da ILCAO, foi enviada por João Pedro Graça antes do final de terça-feira, 3 de Março – mais concretamente, às 16.55. Porém, e para nossa surpresa, posteriormente recebemos, ainda naquele dia, a seguinte mensagem de Pedro Quaresma: «Agradeço a rápida resposta ao nosso e-mail. Por imposições superiores, e como hoje por volta da hora de almoço ainda não tinha qualquer indício de que a ILC poderia

disponibilizar alguém para participar no debate, vi-me na obrigação de encontrar uma alternativa para fechar o alinhamento do programa da próxima sexta-feira. Assim, acabámos por concordar com a participação de um elemento da Associação de Tradutores, que também é contra a adopção deste acordo. Em todo o caso, agradeço a sua simpatia e disponibilidade.» Repare-se nas bizarras e nas contradições que caracteriza(ra)m este desagradável incidente: a ILCAO respondeu indubitavelmente dentro do prazo pedido... que não era, aliás, obrigatório – e tanto assim foi que PQ começou por agradecer, precisamente, a «rápida resposta»! No entanto, antes disso, e talvez devido a uma crise de bipolaridade, à «hora de almoço» (seria fome?) decidiram «encontrar uma alternativa» por «imposições superiores». Mas só nos comunicaram essa decisão depois de saberem quem seria o representante da ILCAO... ou seja, eu.

(...)»

Na opinião deste nosso companheiro de luta, portanto, a súbita alteração de planos ficou a dever-se ao facto de ter sido ele o indicado como representante da ILC-AO numa entrevista para a qual tínhamos sido convidados pela TVI.

Pois não me parece, companheiro. Não foi o seu nome o problema da TVI, o problema da TVI foi a ILC-AO. É o costume, portanto: num país de [cunhas e compadrios](#), basta um telefonema entre dois amigalhaços para que de repente os *programas* se alterem e o combinado seja desfeito sem qualquer explicação minimamente plausível. Esta golpada (mais uma) pode ter tido origem, na minha opinião, em algum ou alguns dos “membros” de um dos grupos anti-ILCAO no Fakebook; não é ainda certo de qual ou quais deles, mas uma intriga deste género deixa fatalmente um rasto característico, uma pista de fedor que não carece de ventas caninas para ser seguida até à origem.

Um simples programa na televisão não é importante, que diabo, mais entrevista, menos entrevista, não é por aí. O que verdadeiramente interessa, pelo menos para que se entenda o que se passou com a nossa Iniciativa, é — mesmo que (muito) mal — contar a história como ela foi: quando, como e porque começou, primeiro, e porque, como e quando acabou, por fim. O que tem significado, portanto, quanto a esta derradeira etapa, é compreender que as acções de sabotagem estavam, por alturas daquela trapalhada armada pela TVI, a ser ultimadas nas nossas costas.

É que foi exactamente a partir daqui, se bem que as movimentações já viessem de muito antes, que os acontecimentos se precipitaram. Em menos de três meses (na antevéspera do “Fim” estávamos a anos-luz de sequer imaginar o que aí vinha), os intriguistas iriam fazer (muito) bem o seu *trabalho*.

Recuando um pouco na cronologia. Em 30 de Janeiro de 2015, tínhamos publicado [um esclarecimento da I. L. Cidadãos contra o acordo ortográfico](#):

«Surgiu recentemente no Facebook mais um grupo contra o AO90, desta vez com a denominação “Cidadãos contra o Acordo Ortográfico de 1990”.

Esta designação pode dar azo a confusão entre aquele grupo e a Iniciativa Legislativa de Cidadãos contra o Acordo Ortográfico. (...)»

Pouco depois do “incidente” com a TVI publicámos, em 10 de Abril, um “post” carregadinho de ingenuidade em que apelávamos à tão badalada “[união de esforços](#)”: [Tomar partido](#). A ideia, aparentemente irrecusável até mesmo pelos mais histéricos inimigos da ILC-AO, consistia em transformar a Iniciativa (extinguindo-a, pois claro, não era isso que queriam?) num partido político *ad-hoc*, para concorrer às eleições legislativas seguintes (4 de Outubro 2015):

«(...) O nosso partido é, hoje como sempre, apenas e só, a defesa da Língua Portuguesa enquanto património cultural e legado histórico inalienável.

Assim haja, a partir de agora, a vontade de muitos e a determinação de outros tantos para levar essa mesma

defesa até ao fim, ou seja, de volta ao próprio local onde a nossa Língua foi brutalmente agredida: o Parlamento, a chamada “casa da democracia”.

Assim haja a coragem de tomar partido.»

Parecia impossível que alguém ou algum dos grupos virtuais pudesse recusar a proposta. Pois bem, puro erro, ignoraram-na (ou fingiram ignorá-la) olímpicamente e até agressivamente; por exemplo, uma partilha daquele “post” num dos tais grupos Fakebook foi apagada ao fim de apenas algumas horas, apesar de já ter bastantes comentários... de apoio.

Quatro dias depois disto, a 14 de Abril, os mesmos grupos organizaram um [evento na FLUL](#). Evidentemente, apenas tomámos conhecimento daquele ajuntamento através das “redes sociais”. Nesse evento houve uma votação por braço no ar: consta que aprovaram os presentes nos bancos daquele anfiteatro, por maioria, avançarem os presentes na mesa do dito anfiteatro com uma coisa a que chamaram “Iniciativa de Referendo”.

Entretanto, circulava nos “mentideros” do costume uma curiosíssima e mui *interessante* tese sobre “datas”: qual é ao certo a data em que termina o prazo de transição do AO90, a partir de que data se conta o início do dito período, em que data isto e em que data aquilo. Pois com data de 13 de Maio publicámos nós o que se nos oferecia dizer sobre tão escarafunchado quanto mal datado assunto: [“A nossa luta não tem prazo de validade”](#).

Vamos supor, por hipótese lúdica, que aquela supostamente jurídica tese das datas tem alguma espécie de validade ou um módico de credibilidade. E então? A partir do dia 16 de Setembro de 2016 é que é mesmo, ponto final, acabou-se a luta contra o “acordo”, não se fala mais nisso? Vamos impor a nós mesmos uma data terminal, um muro temporal inultrapassável e inamovível? E este “raciocínio” não é “um bocadinho”... hum... como direi... estúpido?

A dita tese vale o que vale, como qualquer tese. Esta, na minha opinião, vale zero. Ou pior, abaixo de zero, é de tal forma absurda que nem à conta de traição pode ser tomada.

Naquilo que me toca, o AO90 não entrou em vigor em 13, 16 ou 18 de Maio de 2015, também não entrou em vigor no último 1.º de Janeiro e não entrará em vigor em 16 de Setembro de 2016 ou de resto, em qualquer outra data deste ou de qualquer ano vindouro. Não em meu nome, que não mandatei ninguém para nada; e muito menos para falar por mim. Não, de todo. A minha luta contra o AO90 expirará na data em que eu expirar. A expressão “naquilo que me toca” significa que o assunto me toca mesmo muito e que isto não é para mim uma mera opinião, é todo um “programa”. O mesmo “programa” que me leva a igualmente [recusar, por exemplo, que se sujeite a Língua Portuguesa a referendo](#), o que equivaleria a admitir, por conseguinte, a hipótese académica de que uma maioria irrisória possa impor a uma esmagadora minoria um intolerável absurdo. O que está certo não se plebiscita, o que é correcto não tem prazo de validade.

Digo eu, um simples soldado raso.

As manobras de sabotagem surtiram efeito pela calada e vieram por fim a público, a 17 de Junho de 2015, sob a (tal) designação de “Iniciativa de Referendo”. Surpresa total. A coisa afinal não tinha sido uma simples brincadeira, ao que parece eu cá deveria ter levado aquilo a sério.

48 horas depois do público anúncio da brincadeira séria ou, escolhendo melhor as palavras, da séria brincadeira, redigi de jorro e publiquei imediatamente o [“Fim”](#).

Imagem de topo: [Digital Productions](#)
[R2_130216]



«Vejo, peixes, que pelo conhecimento que tendes das terras em que batem os vossas mares, me estais respondendo e convindo, que também nelas há falsidades, enganos, fingimentos, embustes, ciladas e muito maiores e mais perniciosas traições. E sobre o mesmo sujeito que defendeis, também podereis aplicar aos semelhantes outra propriedade muito própria; mas pois vós a calais, eu também a calo. Com grande confusão, porém, vos confesso tudo, e muito mais do que dizeis, pois não o posso negar. Mas ponde os olhos em António, vosso pregador, e vereis nele o mais puro exemplar da candura, da sinceridade e da verdade, onde nunca houve dolo, fingimento ou engano. E sabeis também que para haver tudo isto em cada um de nós, bastava antigamente ser português, não era necessário ser santo.»

Para Memória Futura

[PMF], funcionando como acrónimo, serviu para ir guardando registos de acontecimentos, eventos, documentos, factos aparentemente desgarrados e até algumas ideias dispersas que mais tarde muito provavelmente dariam jeito. Foi com base nestas memórias que se conseguiu contar (menos mal) a [história da ILC contra o AO90](#).

Que terminou, cronologicamente falando, com o [“Fim”, a 19 de Junho de 2015](#). Esse foi apenas mais um texto, contudo. Nada mais. Não foi, de todo, o fim da luta. Ou, na [lapidar formulação de Winston Churchill](#), *“Isto não é o fim. Não é sequer o princípio do fim. Mas é, talvez, o fim do princípio.”*

Podemos dizer, com propriedade, que se tratou afinal de uma *saída* honrosa. De facto, colocando a questão à maneira do inefável [Pangloss](#), foi, dadas as circunstâncias, o que de melhor poderia ter acontecido: assim, do mal o menos, a ILC-AO não findou derrotada pelos acordistas; retirou-se “de cena”, simplesmente, no momento em que surgiu outra iniciativa. A qual, esta outra, fora apresentada pelos seus promotores como tendo um carácter igualmente cívico, ao que acresce o facto incontornável de a maioria dos subscritores, apoiantes e activistas da Iniciativa Legislativa ter-se alheado desta e ter-se passado, literalmente, para aquela [“Iniciativa de Referendo”](#).

Ora, passando-se quase toda a gente para [o lado daqueles que desde 2012 mantiveram a ILC debaixo de fogo](#)

[cerrado](#), não poderia eu continuar praticamente sozinho a lutar por algo de que a maioria tinha gradualmente desistido. Apanhado de surpresa pelo lançamento do tal [referendo](#), tinha de reagir com urgência: praticamente de um dia para o outro, informei os meus leais companheiros do que se estava a passar e por fim tomei a decisão de publicar o “[Fim](#)” da ILC-AO; contrariando a opinião de metade desses poucos resistentes, é certo, mas, na verdade, a nenhum dos objectores ocorreu qualquer espécie de alternativa. O que tem de ser tem muita força, lá diz o povo.

Povo esse que diz também “fecha-se uma porta, abre-se uma janela”. Visto que apareceram por aí uns quantos salvadores da pátria ortográfica, proclamando a sua enésima “démarche” como sendo a derradeira, definitiva, radicalmente eficaz “bomba atómica” que iria finalmente resolver o problema, pois muito bem, perfeitamente, se é isso que “quase toda a gente” quer, quem sou eu para contrariar essa gente “quase toda”! Faça-se então aquilo que prefere a maioria, com certeza, nesse caso a ILC retira-se com modéstia e discrição: resolvi lá vossemecês o imbróglio, lançai vosso referendário [Little Boy](#) sobre a imperial urbe da escrita desconchavada.

Termina assim, pela nossa parte, porque é apenas isso que podemos e devemos fazer em prol de uma Causa que a todos diz respeito, uma já longa e por vezes extenuante luta. Fizemos o nosso dever, nunca virando a cara a essa mesma luta que, pelo menos, conseguimos manter viva, pulsante, vibrante, ao longo de vários anos, quando praticamente não havia mais ninguém além de uns poucos resistentes nem mais nada além desta iniciativa cívica como arma para travar um combate que sempre foi desigual.

Cumprimos a nossa parte e assumimos as nossas responsabilidades, desde sempre e também agora mesmo, com esta derradeira atitude. Que outros cumpram a sua e assumam as suas.

Permanece, repita-se, a certeza de um facto tão evidente quanto incontornável: a ILC-AO foi, até à data, a única iniciativa que os acordistas não conseguiram derrotar. Aos nossos mais acérrimos inimigos jamais terá ocorrido que acabariam eles mesmos por prestar esse relevante serviço à Causa anti-acordista. Foi portanto “friendly fire”, como se diz em jargão militar, aquilo que por fim abateu a ILC ao efectivo, e [mesmo que me pareça não ter sido aquele “fire” lá muito “friendly”](#), bem, pronto, ao menos não foi o AO90, não foram propriamente as “hostes” acordistas a fazê-lo.

Deixemos, por conseguinte, assentar a poeira sobre este “efeito colateral”. O que lá vai, lá vai, o que por aí vier ainda está por estrear, novo em folha, rebrilhante futuro à espera de que façamos alguma coisa com ele.

E porque a luta continua, não posso nem devo encerrar o derradeiro “capítulo” [desta história](#) — que para sempre ficará mal contada mas agora já não muito — sem nele deixar um testemunho de gratidão a alguns e uma palavra de homenagem a todos os que desinteressadamente continuam a lutar pela Língua Portuguesa.

A militância não se agradece, reconhece-se, assim como a capacidade de resistência não se enaltece, admira-se. E [houve, de facto, ao longo destes anos, muita gente](#) digna de reconhecimento e de admiração. Causa alguma sobrevive — ou sequer existe — sem militantes resistentes. Porém, há outras qualidades que vão muito para além da Causa em causa e todas elas resultam de algo bem mais indefinível do que a simples dedicação a um objectivo: o carácter, coisa que ou se tem ou não se tem de todo.

Aqui fica, por conseguinte, o meu testemunho de gratidão eterna àqueles que se mantiveram na ILC-AO com lealdade, não apenas até ao “[Fim](#)” como bem para além dele, isto é, até hoje — o que equivale por dizer... até sempre. Não carece de nomes este testemunho, pois muito bem sabe cada qual de si e, visto ser a lealdade que me refiro, apenas gente decente é capaz de se reconhecer nesse límpido espelho do carácter.

É portanto a esta gente, à nossa gente, que deixo aqui também, em jeito de fecho com chave de ouro, as mais sinceras palavras de homenagem à sua coragem admirável, à sua indomável valentia. Já vai longa a luta, foram e continuam a ser muitos e muito duros os combates, mas isto é gente que não esmorece, é o nobre povo, a nação valente que [A Portuguesa](#) canta com justificado orgulho.

A nossa ILC acabou porque tinha de acabar, o “site” da [Iniciativa](#) parou porque tinha de parar, mas o “Fim” não representa de forma alguma o *fim da linha* nem, de resto, o fim de coisa nenhuma no que ao essencial diz respeito. A luta continua!

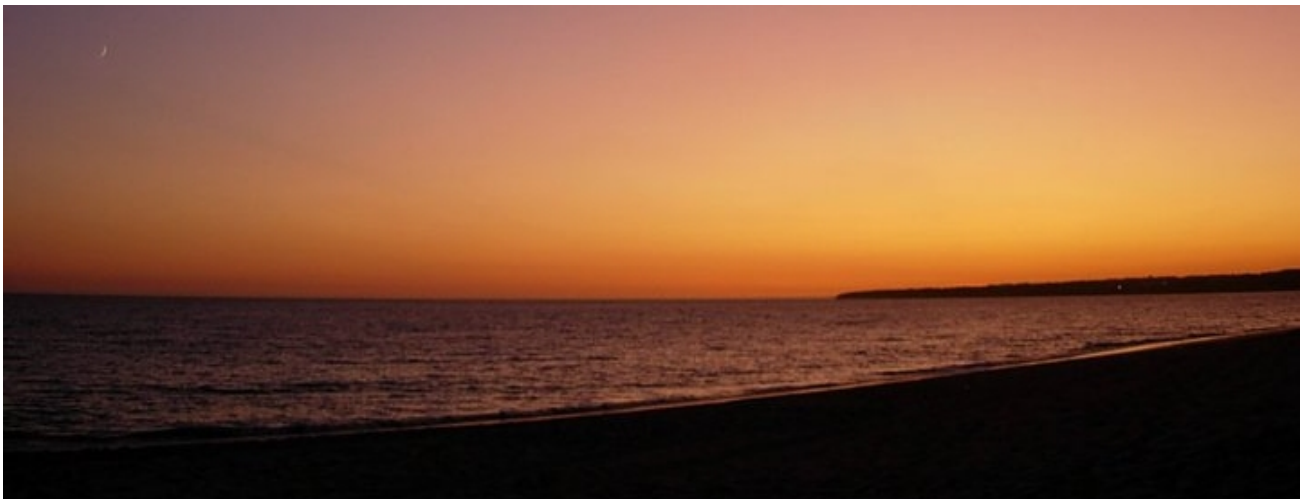
O [Apartado 53 que havia nos CTT de Carcavelos](#) só recebia cartas com assinaturas, já as não recebe, mas a luta prossegue neste [Apartado 53 virtual](#), que aqui mesmo continua a não apenas receber cartas (sem assinaturas) como, e principalmente, a enviar outras “cartas”, denunciando a mentira de Estado, o crime de lesa-património a que vulgarmente se chama “acordo ortográfico”.

E este é apenas um dos inúmeros focos de resistência que se mantêm firmes, há muitos outros e não só na Internet: em jornais, revistas, editoras, organizações profissionais, associações culturais e outras, em áreas diversas. Por todo o lado, em Portugal e fora dele, a luta prossegue sem desmoralizar. A qualquer momento, portanto, poderá estalar outra vez a guerra aberta, abrir-se algures uma nova frente de combate.

É bem verdade que por estes dias o tempo vai agreste. Alastra o maldito cancro na Língua. Caiu a noite sobre [as nossas palavras](#), amortalharam-nas em total escuridão, grasnam sinistros seres que estavam erradas. Mas elas [continuam certas](#), bem o sabemos, e por isso amanhã acordaremos com a mesma convicção, com a mesma determinação na sua defesa.

Pois queiram Vieira, o padroeiro da Língua Portuguesa, que não é santo mas devia ser, e queira António, santo de Lisboa e de Pádua, queira toda a corte celeste que assim como acordaremos nós amanhã, pois faça a nova madrugada acordar finalmente nossos demais compatriotas, os que até agora têm preferido virar-se para o outro lado e dormir sobre o assunto. Se assim for, como não poderá deixar de ser porque à escuridão da noite invariavelmente sucede uma nova e esplendorosa madrugada, todos juntos poderemos então lutar pela memória que guardamos do futuro. Bastará que sejamos novamente portugueses, não é necessário sermos santos.

Esta história acaba aqui mas não acaba aqui a história.



«Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos apenas duramos.» [António Vieira]

Imagem de topo: Vitral do Mosteiro dos Jerónimos, [foto original alojada em Panoramio](#) por Carlos Gameiro.

Citação de topo: [Padre António Vieira](#), “Sermão de Santo António aos peixes”.

[R1_050216]

Uma história (muito mal contada)

30 textos publicados no “blog” [Apartado 53](#) entre 26 de Julho de 2015 e 31 de Janeiro de 2016.

João Pedro Graça